MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Mestrado em Ensino em Biociências e Saúde

ANÁLISE DE AUDIOVISUAIS SOBRE DROGAS PRODUZIDOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO - ABORDAGENS SOB FOCO

FLÁVIO DA SILVA MIRANDA

Rio de Janeiro Maio de 2025



INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde

FLAVIO DA SILVA MIRANDA

Análise de audiovisuais sobre drogas produzidos na rede pública de ensino - abordagens sob foco

Dissertação apresentada ao Instituto Oswaldo Cruz como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências

Orientadores: Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho

Profa. Dra. Maria de Lourdes da Silva

RIO DE JANEIRO

Maio de 2025

Título do trabalho em inglês: Analysis of audiovisuals about drugs produced in the public education system: approaches in focus.

M672a Miranda, Flávio da Silva

Análise de audiovisuais sobre drogas produzidos na rede pública de ensino: abordagens sob foco / Flávio da Silva Miranda. -- 2025.

159 f. : il.color.

Orientadores: Francisco José Figueiredo Coelho e Maria de Lourdes da Silva.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Ensino em Biociências e Saúde) -Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2025. Bibliografia: f. 136-144.

1. Ensino. 2. Educação em Saúde. 3. Redução do Dano. 4. Filme e Vídeo Educativo. 5. Drogas Ilícitas. 6. Transtornos Relacionados ao Uso de Substâncias – prevenção & controle. 7. Análise do Discurso Narrativo. I. Título.

CDD 372.378

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).



INSTITUTO OSWALDO CRUZ

Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde

FLÁVIO DA SILVA MIRANDA

ANÁLISE DE AUDIOVISUAIS SOBRE DROGAS PRODUZIDOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO - ABORDAGENS SOB FOCO

ORIENTADORES: Prof. Dr. Francisco José Figueiredo Coelho

Profa. Dra. Maria de Lourdes da Silva

Aprovada em: 28/05/2025

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Simone Souza Monteiro (PG-EBS) - Presidente e membro interno Prof. Dr. Cauê Almeida Galvão (UFRN) - Membro externo Profa. Dra. Luciana Bessa Diniz de Menezes (SME/RJ) - Membro externo Prof. Dr. Marcelo Diniz Monteiro de Barros (PG-EBS) - Revisor e suplente Profa. Dra. Thalyta Botelho Monteiro (IFES) - Suplente externo

Rio de Janeiro, 28 de maio de 2025







Ata da defesa de dissertação de Mestrado Acadêmico em Ensino em Biociências e Saúde de Flávio da Silva Miranda, sob orientação do Dr. Francisco José Figueiredo Coelho e coorientação da Dra. Maria de Lourdes da Silva. Ao vigésimo oitavo dia do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, realizou-se às nove horas, de forma síncrona remota, o exame da dissertação de Mestrado Acadêmico intitulada: "Análise de audiovisuais sobre drogas produzidos na rede pública de ensino - abordagens sob foco", no programa de Pós-graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz, como parte dos re·quisitos para obtenção do título de Mestre em Ciências - área de concentração: Ensino Formal em Biociências e Saúde, na linha de pesquisa: Ensino e Aprendizagem em Biociências e Saúde (F). A banca examinadora foi constituída pelos Professores: Dra. Simone Souza Monteiro -IOC/FIOCRUZ (Presidente), Dr. Cauê Almeida Galvão - UFRN/RN, Dra. Luciana Bessa Diniz de Menezes - SME/RJ e como suplentes: Dr. Marcelo Diniz Monteiro de Barros - IOC/FIOCRUZ e Dra. Thalyta Botelho Monteiro – IFES/ES. Após arguir o candidato e considerando que o mesmo demonstrou capacidade no trato do tema escolhido e sistematização da apresentação dos dados, a banca examinadora pronunciou-se pela APROVAÇÃO da defesa da dissertação de Mestrado Acadêmico. De a cordo com o regulamento do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz, a outorga do título de Mestre em Ciências está condicionada à emissão de documento comprobatório de conclusão do curso. Uma vez encerrado o exame, a Coordenadora do Programa, Dra. Clélia Christina Mello Silva Almeida da Costa, assinou a presente ata tomando ciência da decisão dos membros da banca examinadora. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2025.

Dra. Simone Souza Monteiro (Presidente da Banca): Simone Souza Monteiro (Presidente da Banca):

Dr. Cauê Almeida Galvão (Membro da Banca):

CAUE ALMEIDA GALVAO
Data: 29/05/2025 10:36:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.bi

Dra. Luciana Bessa Diniz de Menezes (Membro da Banca):

LUCIANA BESSA DINIZ DE MENEZES Data: 29/05/2025 07:55:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.l

Dra. Clélia Christina Mello Silva Almeida da Costa (Coordenadora do Programa)



Registro de Ata-089/25 PGEBS em 28/05/2025

Instituto Oswaldo Cruz | Fiocruz - Av. Brasil, 4365 • Campus Manguinhos Fiocruz • Rio de Janeiro • RJ • Brasil CEP 21040-900 • Tel (21) 2598-4220 • www.loc.flocruz.br

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Araruara da Silva Miranda (*in memoriam*), pelo amor e dedicação ao longo da vida, que me ajudaram a chegar até aqui.

Agradeço a Vinícius Townsend pelo carinho e companheirismo. Sua presença e apoio foram fundamentais em cada instante deste processo.

Agradeço a Marcelo Miranda e à Renata Dainez pelo apoio na trajetória.

Agradeço ao meu orientador, Dr. Francisco Coelho, que, bem antes da entrada no mestrado, já era exemplo de como ser um professor-pesquisador crítico e atuante.

Agradeço à minha orientadora, Dra. Maria de Lourdes da Silva, que me acolheu enquanto aluno e pesquisador colaborador do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GPED/UERJ). Com ela, tenho aprendido muito sobre pesquisa na área de Educação para as Drogas.

Agradeço a todos os colegas do GPED, principalmente João Paulo Parada e Vinícius Motta, companheiros de pesquisa e mediação nos cursos de extensão em Educação, Drogas e Redução de Danos oferecidos pela Fundação CECIERJ.

Agradeço aos professores, Dra. Simone Monteiro, Dra. Maria da Conceição Barbosa-Lima, Dra. Jane Costa e Dr. Marcelo Diniz de Barros, que me orientaram e avaliaram na disciplina Seminários de Resultados para Acompanhamento de Projetos. Suas análises contribuíram muito para o encaminhamento final do projeto.

Agradeço aos membros da banca examinadora, Dra. Simone Monteiro, Dr. Marcelo Diniz de Barros, Dra. Luciana Bessa, Dr. Cauê Galvão e Dra. Thalyta Monteiro, pela disponibilidade, incentivo e contribuições.

Agradeço aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde (PG-EBS), pois juntos aprendemos e dividimos nossas alegrias e dificuldades.

Agradeço aos meus estudantes da Educação de Jovens e Adultos, com os quais venho aprendendo, na prática, o que é ser um educador popular.

Agradeço aos professores e estudantes participantes do Concurso Tirando a Droga de Cena, que construíram um rico material documental fundamental para esta pesquisa.

Agradeço à professora Glória Antonieta Macedo, uma das criadoras do Projeto Tirando a Droga de Cena, pelas conversas, orientações e material disponibilizado.

Agradeço aos funcionários do PG-EBS, sempre muito solícitos em nossas demandas acadêmicas.

Agradeço também ao Governo Federal, ao Ministério da Saúde, à CAPES, ao Instituto Oswaldo Cruz, à Fundação Oswaldo Cruz e ao Programa de Pós-Graduação de Ensino em Biociências e Saúde.

Agradeço, enfim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a conclusão deste trabalho.

"Já perdi a ilusão de que o cinema podia mudar o mundo.

Mas filmes podem fazer as pessoas pensarem através de sentimentos. E quando pensamos, podemos mudar a maneira de ver o mundo."

(Cacá Diegues)



INSTITUTO OSWALDO CRUZ

ANÁLISE DE AUDIOVISUAIS SOBRE DROGAS PRODUZIDOS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO - ABORDAGENS SOB FOCO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO EM BIOCIÊNCIAS E SAÚDE

RESUMO

Flávio da Silva Miranda

Mesmo num contexto milenar de conhecimento e utilização das mais diversas drogas em nossa sociedade, o Brasil segue uma trajetória internacional de controle dessas substâncias. Optando pela implementação de um sistema preconcebido de programa político-criminal que configura um enfoque proibicionista — produzindo o que chamamos de guerra às drogas, marcada por conflitos que geram cenários de violência e morte, evidenciados em um contexto bélico e de exclusão social. Esse panorama se reflete nas escolas, sendo reforçado por projetos educativos que em sua maioria, envolvem debates voltados ao proibicionismo que não têm gerado resultados positivos. Dentro do estudo da temática das drogas na educação, em contraponto ao proibicionismo, encontramos a abordagem da Redução de Danos, como uma estratégia pedagógica que não considera a abstinência como seu principal objetivo, configurando um resgate da cidadania e do respeito aos direitos humanos. Observando as audiovisualidades como um termo plural e contemporâneo, que se atualiza na chegada da internet e dos dispositivos móveis, vislumbramos o uso de vídeos estudantis como forma de trabalhar a Educação para as Drogas em contextos mais democráticos. Sendo assim, essa pesquisa objetivou analisar o que produções audiovisuais, participantes do Concurso Tirando a Droga de Cena, entre os anos de 2014 e 2019, nos apresentam sobre abordagens ligadas ao proibicionismo e à Redução Danos em contextos educativos. Desenvolvemos um estudo qualitativo do tipo exploratório, em que as informações presentes em documentos orientadores do Concurso serviram de base para organizar um registro histórico do contexto político e organizacional. Os assuntos presentes nos vídeos foram organizados usando o Instrumento de Aferição Dual, a fim de determinar os conteúdos marcados em cada abordagem pedagógica, sendo analisados juntamente com entrevistas de cinco professores orientadores do trabalho audiovisual e uma coordenadora do projeto, através da análise do discurso baseada nos estudos da linguagem propostos por M. Bakhtin. Encontramos a predominância de discursos voltados ao proibicionismo e uma tímida presença da abordagem da Redução de Danos nas análises realizadas. Desde que o uso de drogas, principalmente as ilícitas, passou a ser considerado um problema de saúde pública, os discursos de poder, produzidos no caminho da prevenção, acabaram tomando os rumos da abstinência, reforçando o contexto de guerra às drogas. Entendemos que propostas educativas sobre drogas devem assumir a Redução de Danos como referência no desenvolvimento de um aluno mais autônomo e capaz de bem-viver em um mundo real, onde dificilmente não teremos drogas. Nesse caminho, vislumbramos as audiovisualidades com reais possibilidades no encaminhamento do trabalho pedagógico sobre drogas. É necessário construir um projeto de trabalho próprio da educação, onde a Redução de Danos interaja fortemente com os princípios da educação para autonomia, que considere a realidade dos estudantes e estimule seu protagonismo. A partir dos achados e das problematizações que emergiram desta pesquisa, percebemos que projetos educativos como o Tirando a Droga de Cena precisam reconfigurar sua forma de elaboração e desenvolvimento na perspectiva da RD. Esperamos ter contribuído com reflexões para o encaminhamento de projetos nessa linha, para além do âmbito municipal.

Palavras-chave: Audiovisualidades; Educação para as Drogas; Redução de Danos; Tirando a Droga de Cena; Vídeo Estudantil.



INSTITUTO OSWALDO CRUZ

ANALYSIS OF AUDIOVISUALS ABOUT DRUGS PRODUCED IN THE PUBLIC EDUCATION SYSTEM - APPROACHES IN FOCUS

MASTER DISSERTATION IN TEACHING IN BIOSCIENCES AND HEALTH

ABSTRACT

Flávio da Silva Miranda

Even within a millennia-old context of knowledge and use of a wide variety of drugs in our society, Brazil follows an international trajectory of controlling these substances. Opting to implement a preconceived system of political-criminal programs—which constitute a prohibitionist approach—produces what we call the war on drugs, marked by conflicts that generate scenarios of violence and death, evidenced in a context of war and social exclusion. This panorama is reflected in schools, reinforced by educational projects that, for the most part, involve debates focused on prohibitionism, which have not yielded positive results. Within the study of drugs in education, in contrast to prohibitionism, we find the Harm Reduction approach, as a pedagogical strategy that does not consider abstinence as its primary objective, configuring a recovery of citizenship and respect for human rights. Observing audiovisualities as a plural and contemporary term, updated with the arrival of the internet and mobile devices, we envision the use of student videos as a way to address Education for the Drugs in more democratic contexts. Therefore, this research aimed to analyze the insights presented by audiovisual productions participating in the Taking Drug Out of the Scene Concourse between 2014 and 2019 regarding approaches related to prohibition and harm reduction in educational contexts. We conducted a qualitative, exploratory study, using information from the Competition's guiding documents as a basis for organizing a historical record of the political and organizational context. The topics presented in the videos were organized using the Dual Assessment Instrument to determine the content identified in each pedagogical approach. These were analyzed alongside interviews with five teachers supervising the audiovisual work and a project coordinator, using discourse analysis based on the language studies proposed by M. Bakhtin. We found a predominance of discourses focused on prohibition and a limited presence of the harm reduction approach in the analyses performed. Since drug use, especially illicit drugs, began to be considered a public health problem, discourses of power, developed in the context of prevention, have ended up shifting toward abstinence, reinforcing the context of the war on drugs. We understand that educational proposals on drugs must adopt Harm Reduction as a framework for developing more autonomous students capable of living well in a real world where it is unlikely to be drug-free. Along these lines, we see audiovisual media as having real potential in guiding educational work on drugs. It is necessary to develop a work project specific to education, where Harm Reduction interacts strongly with the principles of education for autonomy, that considers the reality of students and encourages their protagonism. Based on the findings and problematizations that emerged from this research, we realize that educational projects like Taking Drug Out of the Scene Concourse need to reconfigure their design and development from a HR perspective. We hope to have contributed reflections for the development of projects along these lines, beyond the municipal sphere.

Keywords: Audiovisualities; Education for the Drugs; Harm Reduction; Taking Drug Out of the Scene; Student Video.

SUMÁRIO

APR	ESEN	TAÇÃO.	16			
1	INTRODUÇÃO2					
	1.1.	Avanço	os tecnológicos 31			
		1.1.1 0	s audiovisuais, as audiovisualidades e suas articulações pedagógicas . 33			
	1.2.	Objetiv	os37			
		1.2.1 0	bjetivo Geral			
		1.2.2 O	bjetivos Específicos			
2	REFERENCIAL TEÓRICO					
	2.1	Proibicionismo: caminho histórico e efeitos na sociedade				
	2.2	A Redução de Danos: contextualizando e considerando possibilidades 43				
	2.3	Do audiovisual às audiovisualidades: produção do vídeo estudantil 48				
	2.4	O dialo	gismo de Bakhtin 52			
3	PER	RCURSO METODOLÓGICO57				
	3.1	Univers	so de estudo58			
	3.2	Instrum	nentos e estratégias de coleta de dados59			
	3.3	Tratam	ento, Análise e Interpretação dos dados61			
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO6					
	4.1	Concur	curso Tirando a Droga de Cena: resgate histórico e contexto político 63			
	4.2	Os vídeos estudantis vencedores do Concurso TDC no período de 2014 a				
		2019	72			
	4.3	Entrevistas semiestruturadas				
		4.3.1	Perfis, formação e experiência profissional dos entrevistados 84			
		4.3.2	O que pensam a respeito da temática das drogas na educação 102			
		4.3.3	O Concurso Tirando a Droga de Cena - acesso às informações e			
			motivações do professor			
		4.3.4	Processo de desenvolvimento do trabalho de pedagógico com os			
			vídeos112			
		4.3.5	A Educação para as Drogas na escola: agentes envolvidos e papel do			
			professor			
		4.3.6	Impactos da participação no Concurso Tirando a Droga de Cena 119			
		4.3.7	A Coordenação do Concurso Tirando a Droga de Cena 123			
5	CON	SIDERA	ÇÕES FINAIS 133			

3	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 136
7	APÊNDICES E ANEXOS 145
	Apêndice A – Texto para convite aos participantes da pesquisa (professor orientador das produções audiovisuais)145 Apêndice B - Texto para convite aos participantes da pesquisa
	(Coordenador)146
	Apêndice C – Texto presente no Termo de Esclarecimento Livre Esclarecido (TCLE)147
	Apêndice D – Texto presente no Termo de Autorização de uso de imagem e som150
	Apêndice E – Roteiro de entrevista com coordenadores do Concurso TDC151
	Apêndice F – Roteiro de entrevista com professores participantes do Concurso TDC
	Fundação CECIERJ154
	Anexo B - Parecer consubstanciado do CEP/IOC155
	Anexo C- Instrumento de aferição quanti-qualitativo para avaliação de programas
	e materiais didáticos e paradidáticos sobre drogas156
	Anexo D - Carta de aceite XI Encontro Regional de Ensino de Biologia - RJ/ES -
	EREBIO 2025157
	Anexo E – Anais do III Seminário Interno GPED/UERJ158
	Anexo F – Anais do IV Seminário Interno GPED/UERJ159

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de participação no Concurso TDC	73
Quadro 2 - Categoria Aː 1º segmento EF – 4º e 5º anos e projetos de reforço escolar	74
Quadro 3 - Categoria B: 2º segmento EF - 6º ao 9º ano e projetos de reforço escolar	74
Quadro 4 - Categoria C – PEJA – Educação de Jovens e Adultos	74
Quadro 5 - Categoria D – Centros de Pesquisa e Formação em Ensino Escolar de	Arte e
Esporte e projetos de reforço escolar	75
Quadro 6 - Síntese dos conteúdos/temas presentes nos vídeos	82
Quadro 7 - Síntese de informações relevantes sobre os entrevistados	85
Quadro 8 - Professor Luiz	112
Quadro 9 - Professor Antônio	113
Quadro 10 - Professora Lúcia	113
Quadro 11 - Professora Rita	114
Quadro 12 - Professora Tânia	114
Quadro 13 - Destagues no trabalho pedagógico e impactos na comunidade escolar	122

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIDS Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ALERJ Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CECIERJ Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do

Estado do Rio de Janeiro

CEP Comitê de Ética em Pesquisa

CME Conselho Municipal de Educação

COMAD Conselho Municipal Antidrogas

COVID-19 Coronavirus Disease 2019 (Doença do coronavírus)

DOMRJ Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro

DVD Digital Versatile Disc (Disco Digital Versatil)

EF Ensino Fundamental

EJA Educação de Jovens e Adultos

FIOCRUZ Fundação Oswaldo Cruz

GPED Grupo de Pesquisa Educação e Drogas

GPPE Gerência de Projetos Pedagógicos Extracurriculares

HIV Human Immunodeficiency Virus (Vírus da Imunodeficiência Humana)

INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOC Instituto Oswaldo Cruz

LIEJA Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens

e Adultos

MBA Master in Business Administration (Mestre em Administração de

Negócios)

ONU Organização das Nações Unidas

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

PEJA Programa de Educação de Jovens e Adultos

PeNSE Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar

PMERJ Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PG-EBS Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde

PO Professor Orientador

PPP Projeto Político-Pedagógico

PROERD Programa Educacional de Resistência às Drogas

RD Redução de Danos

SECT Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia

SELIEJA Seminário do Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em

Educação de Jovens e Adultos.

SEPDQ Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química

SME-RJ Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro

SP São Paulo

STF Supremo Tribunal Federal

STJ Superior Tribunal de Justiça

TCLE Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDC Tirando a Droga de Cena

UERJ Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF Universidade Federal Fluminense

UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

VHS Video Home System (Sistema de Vídeo Doméstico)

APRESENTAÇÃO

Realizei graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Durante esse período, tive a oportunidade de conhecer a Casa da Ciência – Centro Cultural de Ciência e Tecnologia da UFRJ e trabalhar como estagiário em diversas frentes dentro do espaço. Nesse local, que funciona atendendo públicos variados – estudantes, professores e visitantes espontâneos –, apresentando atividades de divulgação científica em exposições e eventos voltados a discutir a ciência e a tecnologia de forma lúdica e interativa, desenvolvi o gosto pelo trabalho em educação, atuando como mediador de exposições científicas, instrutor e coordenador de equipe e membro do setor de educação da instituição.

Ao finalizar a graduação, iniciei a carreira como docente da educação básica em escolas da rede particular e posteriormente somente na rede pública, locais onde me encontro até hoje, chegando à gestão escolar de uma unidade que atende exclusivamente estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse período, concluí a pós-graduação, na modalidade MBA em Gestão e Empreendedorismo com ênfase em Educação, na Universidade Federal Fluminense e o curso de Aperfeiçoamento em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade e Inclusão Social, ofertado pela Faculdade de Educação da UFRJ e pelo Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (LIEJA).

Paulo Freire, o patrono da educação brasileira, nos mostra uma relação imbricada entre o ato de ensinar e o ato de fazer pesquisa. Trazendo a noção do professor-pesquisador que, durante o seu processo laboral, ensina porque continua buscando, reprocura, indaga, segue indagando e reprocurando: "Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que não conheço e comunicar ou anunciar a novidade" (Freire, 2002, p.32). O autor demonstra que faz parte da natureza da prática docente, a indagação, a busca e a pesquisa.

Refletindo em Freire, entendi a necessidade de seguir a carreira docente como um professor-pesquisador. Como resultado dos cursos de Aperfeiçoamento e MBA, produzi dois trabalhos acadêmicos que tratam de um problema grave na educação básica e muito comum na EJA: a evasão escolar. Um dos trabalhos foi publicado como

capítulo de livro¹, coleção que reúne textos escritos por professores-pesquisadores atuantes na EJA.

A partir daí, tive a experiência de participar como pesquisador colaborador do grupo de pesquisa, ensino e extensão Coletivo de Pesquisa, Juventude, Desigualdade Social e Educação de Jovens e Adultos (Coleja).² Nesse período, pude publicar um artigo³ e participar de eventos científicos, problematizando as imensas dificuldades de continuidade de estudo, as quais estudantes da EJA enfrentaram durante a pandemia de COVID-19⁴.

Retomando ao período em que estive como membro da gestão escolar, cabe lembrar que continuei atuando como regente em turmas de ensino fundamental como professor na disciplina Ciências da Natureza. Essas práticas me oportunizaram uma visão ampliada de inúmeras questões presentes no ambiente escolar.

Uma situação que sempre trouxe muitas reflexões e questionamentos é como a escola trata as questões ligadas às drogas e outros temas considerados tabus. Visões, muitas vezes, preconceituosas e discriminatórias, centradas numa tentativa de apagamento ou minimização dessa presença no dia a dia dos estudantes e no ambiente escolar.

Por que somente os professores das Ciências da Natureza devem desenvolver atividades nesse caminho? Essa pergunta não saía da minha cabeça.

Como participava dos cursos de formação continuada/extensão oferecidos pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ) e buscando encontrar orientações que pudessem contribuir às minhas indagações, participei do curso Educação, Drogas e Saúde nas Escolas. Nessa primeira experiência, desempenhei o trabalho de professor mediador voluntário nos debates sobre o acompanhamento de projetos educativos desenvolvidos pelos professores do curso. Isso me motivou na participação de outros cursos dentro da

² O grupo é coordenado pela professora da Faculdade de Educação da UFRJ, Dra. Alessandra Nicodemos e está ligado ao Laboratório de Investigação, Ensino e Extensão em Educação de Jovens e Adultos. Para saber mais: https://lieja.fe.ufrj.br/coleja/.

¹ MIRANDA, F. S.; SILVA, A. B. Uma análise do papel dos gestores na diminuição da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) semipresencial. *In:* Alessandra Nicodemos; Ana Carolina Oliveira Alves; Henrique Dias Sobral Silva (org.). **Professores-pesquisadores da Educação de Jovens e Adultos e suas escritas**. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2018. p.103 -122.

³ CRUZ, C. F.; MIRANDA, F. S. Na corda bamba e de sombrinha: práticas docentes na Rede CEJA/RJ em tempos pandêmicos: **Revista Cocar**, Belém, ed. esp., n. 11, p. 1-16, 2022. Disponível em: https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4738. Acesso em: 11 nov. 2024.

⁴ A pandemia de COVID-19 foi determinada pela Organização Mundial da Saúde em 11 de março de 2020. Neste mesmo mês, as escolas de todo o Brasil, seguindo orientações dos órgãos de saúde competentes, suspenderam as atividades presenciais. A partir daí, até a retomada das atividades em sala de aula, o atendimento aos estudantes foi realizado remotamente, via tecnologias diversas. Essa realidade trouxe muitas dificuldades de acesso aos estudantes em geral.

área de Educação, Drogas e Redução de Danos (Do biológico ao social: ciência por trás da maconha; Bases Pedagógicas da Automedicação e do Uso Racional de Medicamentos; Educação sobre drogas: do Alimentar ao Digital). Atualmente, atuo como um dos professores mediadores à distância dos cursos de extensão para professores na área de prática docente/educação, drogas e redução de danos da Fundação CECIERJ.

Foi aí que, ancorado em Freire, e nas noções de professor-pesquisador, fui inspirado a caminhar rumo ao aperfeiçoamento dos estudos na área de educação e drogas.

Como docente, participei do desenvolvimento de dois projetos pedagógicos, em colaboração com colegas de trabalho e estudantes da EJA. O primeiro, no campo do audiovisual, tratou-se da produção de um vídeo curta-metragem abordando a temática da ciência e do conhecimento científico⁵, no outro, uma atividade de Educação à Distância, discutimos questões relativas ao temário das drogas inseridas na perspectiva da Redução de Danos (RD). Ambos os projetos foram agraciados pelo Prêmio Paulo Freire para ações inovadoras no campo da valorização da educação no estado do Rio de Janeiro, oferecido pela comissão de educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

A participação nas diferentes disciplinas do curso de extensão Educação, Drogas e Redução de Danos da Fundação CECIERJ me manteve em contato contínuo com o Professor Dr. Francisco José Figueiredo Coelho, meu atual orientador no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (PG-EBS/IOC/Fiocruz). Sendo assim, fui convidado a integrar o Grupo de Pesquisa Educação e Drogas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (GPED/UERJ), no qual conheci a professora Dra. Maria de Lourdes da Silva, atualmente minha coorientadora no desenvolvimento deste trabalho.

Unindo a trajetória de professor-pesquisador à experiência de prática docente com o audiovisual escolar, aliadas aos questionamentos que venho fazendo no temário da educação para as drogas, surge a vontade de ampliar os conhecimentos nessa área, não só pela importância dessa discussão no ensino em Biociências e Saúde, mas como um tema multidisciplinar na área de ensino. Senti a necessidade

18

⁵ Flávio S. Miranda. Luz, câmera, ciência em ação. Um curta produzido por estudantes da EJA da SME/RJ. **Youtube**, 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=YFyiPQRPXZg. Acesso em: 12 nov. 2024.

de estudar, ampliar os conhecimentos e poder contribuir de alguma forma com a educação para as drogas dentro do espaço escolar.

Sendo assim, como professor da rede pública municipal de educação da cidade do Rio de Janeiro, participei da formação de professores e orientei estudantes em uma produção participante da 1ª Mostra Audiovisual Tirando a Droga de Cena, no ano de 2021, conhecendo melhor o Concurso Audiovisual Tirando a Droga de Cena (TDC). Resolvi ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz com a proposta de analisar o encaminhamento e as abordagens pedagógicas presentes nas discussões da educação para as drogas no projeto do concurso.

Esta apresentação foi escrita na primeira pessoa do singular, por se tratar de um texto que reproduz minha trajetória profissional enquanto professor-pesquisador. As próximas seções serão apresentadas na primeira pessoa do plural, por entender que este trabalho foi elaborado em conjunto entre orientando e seus orientadores.

Organizamos a escrita da seguinte forma: na seção 1 (Introdução), trouxemos um panorama geral da questão das drogas, os efeitos do seu uso pela sociedade e os reflexos de sua presença na educação, trazendo as abordagens proibicionista e da Redução de Danos como formas de trabalho pedagógico dentro da temática.

Realizamos uma contextualização histórica do uso da tecnologia pelo ser humano, sua evolução e mudanças ao longo do tempo (1.1), passando pelo uso do audiovisual e das audiovisualidades enquanto possibilidades pedagógicas. Fizemos uma apresentação inicial do Concurso Tirando a Droga de Cena, como proposta/projeto pedagógico promovido pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o qual estimula produções audiovisuais de estudantes (orientados por seus docentes) com o objetivo fomentar a discussão sobre a prevenção à dependência química nas escolas da sua Rede (1.1.1). Além da pergunta da pesquisa e objetivos geral e específicos (1.2).

Na seção 2, abordamos o referencial teórico que serviu de alicerce para as análises, discussões e conclusões levantadas durante o desenvolvimento do trabalho de pesquisa em quatro itens: o proibicionismo (2.1), a Redução de Danos (2.2), o audiovisual e as audiovisualidades (2.3) e o dialogismo de Bakhtin (2.4).

Na seção 3, descrevemos o percurso metodológico empregado no estudo, estruturado em três itens: universo de estudo (3.1), instrumentos e estratégias de coleta de dados (3.2) e tratamento, análise e interpretação de dados (3.3).

Na seção 4, apresentamos os resultados obtidos através da pesquisa documental e das entrevistas semiestruturadas com os professores e a coordenação do concurso, além das discussões realizadas em articulação com os referenciais teóricos e metodológicos que sustentam esse estudo. A apresentação está organizada em três blocos: O Concurso Tirando a Droga de Cena – resgate histórico e contexto político (4.1); Os vídeos estudantis vencedores do Concurso TDC no período de 2014 a 2019 (4.2); Entrevistas semiestruturadas (4.3). O bloco 3, no entanto, foi subdividido em sete partes: Perfis, formação e experiência profissional dos entrevistados (4.3.1); O que pensam a respeito da temática das drogas na educação (4.3.2); O Concurso Tirando a Droga de Cena – acesso às informações e motivações do professor (4.3.3); Processo de desenvolvimento do trabalho pedagógico com os vídeos (4.3.4); A Educação para as Drogas na escola: agentes envolvidos e papel do professor (4.3.5); Impactos da participação no Concurso Tirando a Droga de Cena (4.3.7).

Na seção 5, reunimos as considerações finais referentes ao estudo. A partir das discussões e análises realizadas, vislumbramos a possibilidade de continuidade das ações do Concurso Tirando a Droga de Cena, enquanto projeto pedagógico da Rede municipal de ensino, sugerindo uma maior apropriação da abordagem da Redução de Danos, como forma de desenvolver uma Educação para as Drogas voltada para a autonomia dos estudantes.

1 INTRODUÇÃO

O uso de drogas e os conhecimentos sobre seus efeitos no organismo estão presentes há muito tempo em nossa sociedade. Seja como medicação e fins curativos, em experiências espirituais ou na perspectiva agregadora e da diversão (Carneiro, 2018; Ribeiro; Bellini Júnior, 2020). MacRae (2021) afirma que o uso dessas diferentes substâncias psicoativas⁶ ocorre desde a pré-história, com grande variedade de formas, estendendo-se do emprego lúdico e com fins estritamente prazerosos, até o desencadeamento do estado de êxtase místico/religioso e no contexto médico-científico.

A origem do termo "droga" se apresenta com algumas possibilidades: do latim *drogia*, do irânico *daruk*, do árabe *durâwa*, do celta *druko* e do neerlandês *drogghe vate*, que significa barris de coisa seca, tendo o uso registrado desde o século XIV (Vargas, 2008). O surgimento mais provável, no entanto, deriva do holandês *droog*, que serviu para designar, entre os séculos XVI e XVIII, um conjunto de substâncias naturais utilizadas na alimentação e principalmente na medicina, mas também na tinturaria ou como promotoras de prazer (Vargas, 2008; Carneiro, 2005).

Vargas (2008) expõe um caráter polissêmico no emprego da palavra "droga", que permeia ondas de propagação controversas e inúmeras torções sobre os entendimentos do termo, sendo muito usado na sociedade contemporânea como elemento de repressão e para identificar medicamentos e fármacos diversos, ou até mesmo alguns alimentos e bebidas. Para Carneiro (2018), o conceito de droga aparece na história cultural atual como um fantasma do mal e um emblema da saúde, carregando narrativas amedrontadoras, "[...] mas também veículo de salvação e cura, como uma pílula mágica e panaceia para todos os males" (Carneiro, 2018, p. 8).

Historicamente, os contextos que fomentam visões fatalistas e demonizadoras sobre substâncias psicoativas tomam corpo a partir do século XX. Seguindo uma trajetória internacional de controle das drogas, o Brasil optou pela importação de um sistema preconcebido de um programa político criminal – que foi se solidificando nos Estados Unidos da América e em diversas convenções ao redor do mundo –, implementando um conjunto de reformas que configuraram um enfoque proibicionista

_

⁶ Segundo o Ministério da Saúde, as substâncias psicoativas atuam sobre o cérebro modificando o seu funcionamento, podendo provocar alterações no humor, na percepção, no comportamento e em estados da consciência. Mais informações em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/substancias-psicoativas.

(Rodrigues, 2014; Fernandes, 2015). Uma ação pautada principalmente nas drogas ilícitas, sem muitas justificativas científicas que determinem a proibição de umas e não de outras substâncias, fator que produziu o que alguns autores chamam de problema das drogas ou guerra às drogas.

Como afirmam Ribeiro e Bellini Júnior (2020), nesse ordenamento, as drogas se apresentam com efeito devastador, associadas a danos irreparáveis, reforçando a opressão e o medo. Estabelecendo, assim, a predominância de efeitos nocivos geradores de violência, associados à questão bélica e de criminalização dos usuários.

A partir do contexto histórico, relacionado ao cenário produzido pela guerra às drogas, encontramos um dilema levantado na constatação a seguir: "Não existe a possibilidade de eliminarmos as drogas da sociedade, pois elas fazem parte da cultura humana" (Bucher, 2002, p. 16). Seguindo nessa linha, Feffermann e Figueiredo (2006) trazem o entendimento de que, ao longo do tempo, a diferenciação da legalidade/ilegalidade dos psicotrópicos está ligada sobretudo a interesses políticos e econômicos, inexistindo uma situação de tal forma específica que justifique a ilegalidade de uma substância, reforçando um caráter de construção social.

Questões complexas presentes em nossa sociedade, a temática das drogas e os reflexos instaurados pelo proibicionismo aparecem na realidade das instituições escolares e expressam a importância da discussão dentro desses espaços.

Com base na revisão de periódicos que tratam de informações presentes na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), referentes aos anos de 2009, 2012 e 2015, Reis, Malta e Furtado (2018) relatam problemas e desafios na implementação de políticas públicas sobre drogas no Brasil. Para os autores, é necessário desconstruir essa visão meramente proibitiva e, muitas vezes, segregatória que as abordagens sobre drogas têm trazido⁷.

Identificamos que a maioria dos projetos referentes à Educação e Drogas, são fortemente influenciados pela visão proibicionista. Corroboramos com a ideia de Adade e Monteiro (2014) ao indicarem os insucessos dessa abordagem na educação, insistindo que esse modelo recorrente não traz resultados positivos. Enfatizamos a ideia de que a escola é um espaço importante para que sejam ampliadas as discussões sobre drogas, a partir do desenvolvimento de práticas educativas que

_

⁷ Ampliamos essa discussão no artigo: MIRANDA, F. S.; COELHO, F. J. F. Audiovisualidades na Educação para as Drogas: possibilidades educativas no ensino em Biociências e Saúde. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 1-16, 2024. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/9/audiovisualidades-na-educacao-para-as-drogas-possibilidades-educativas-no-ensino-em-biociencias-e-saude. Acesso em: 20 jan. 2025.

possam expandir as reflexões no tema, através de trabalhos que estimulem uma posição mais participativa e crítica dos estudantes nesse processo. Operando, assim, uma educação mais dialógica e democrática.

Citamos aqui o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) ⁸, que foi importado dos Estados Unidos, na década de 1990, pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Com um trabalho centrado em discursos de abstinência e focado basicamente nas drogas ilícitas, o programa está presente em escolas de todos os estados brasileiros, sendo ministrado por profissionais militares. Para Acselrad (2005), assim como observamos na estrutura de funcionamento do PROERD, essas práticas limitam as ações pedagógicas dos professores e da instituição escolar sobre drogas.

Temas sensíveis e carregados de tabus – como drogas e questões ligadas à sexualidade – começam a circundar mais intensamente a vida dos jovens no período escolar. Normalmente, é nesse momento que despertam as possibilidades de se relacionarem sexualmente e consumirem bebidas alcoólicas e outras drogas, um acesso, muitas vezes, associado a interações com os amigos.

Dados demonstram que o consumo de álcool e medicamentos, que são drogas lícitas, vem assumindo contornos de uso/abuso crescentes. Essas constatações acendem um alerta para esse desafio constante – encontrado no interior das escolas – e necessita ser discutido amplamente, considerando o consumo uma realidade entre os jovens.

Atualmente no Brasil se fala amplamente sobre questões ligadas à utilização da maconha (*Cannabis* e seus derivados) com fins medicinais. ⁹ Isso ocorre desde a liberação para a prescrição médica e importação de medicamentos à base da planta, passando pela autorização dada pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça) para o plantio da *Cannabis* com fins exclusivamente medicinais, farmacêuticos e industriais, e pela decisão histórica do STF (Supremo Tribunal Federal) – reafirmada após recurso contrário interposto pela Defensoria Pública e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo – que distingue de forma mais clara a situação do usuário e do traficante de maconha. Apesar de presente na Lei n° 11.343, de 23 de agosto de 2006,

⁸ O PROERD é uma tradução de *Drug Abuse Resistance Education* (DARE), termo criado pela polícia de Los Angeles, em 1984.

⁹ Nota técnica da Fiocruz sobre o uso terapêutico de maconha (*Cannabis*) e seus derivados. LANG, P. Fiocruz divulga nota técnica sobre cannabis medicinal. **Fiocruz**, 19 de abril de 2023. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-divulga-nota-tecnica-sobre-cannabis-medicinal. Acesso: 20 out.2024.

conhecida como Lei de Drogas, o documento não traz uma definição sobre a quantidade liberada ao usuário. Assim, a decisão do STF descriminalizou o porte de maconha para uso pessoal, fixando a quantidade em 40 gramas (Brasil, 2006).

Paralelamente, caminha no Congresso Nacional o Projeto de Emenda Constitucional – PEC 45¹⁰ – de autoria principal do senador Rodrigo Pacheco, expresidente do Senado Federal, que, após ser aprovada nesta casa legislativa, passa por análise na Câmara dos Deputados. Estabelecida, pretende criminalizar a posse e o porte sem distinção de entorpecentes e drogas afins não autorizadas, o que, ao nosso ver, intensifica a proibição de drogas no Brasil. Situação que vem ocasionando o encarceramento e a morte de muitos brasileiros, usuários ou não de drogas – em sua maioria negros e pobres –, atravessados por uma política violenta, de controle de áreas mais pobres das cidades, resultado da guerra às drogas (Ferrugem, 2020; Rodrigues, 2024). Problemas que perpassam o cotidiano dos estudantes, estando presentes na realidade diária de familiares, amigos e dos territórios onde vivem.

Devido a ampla circulação dessas informações, nos espaços escolares podem surgir questões do tipo: Por que liberar o plantio de uma determinada droga para segmentos específicos e para outros não? Quais grupos sociais e/ou étnico-raciais sofrem mais com estigmas ligados ao uso de drogas? Por que jovens, em sua maioria negros e periféricos, são presos ou assassinados por consumirem determinadas substâncias consideradas ilegais? Quais áreas da cidade sofrem mais fortemente com o fechamento de escolas públicas e redes de atendimento de saúde, por questões de violência ligadas à guerra às drogas? E várias outras indagações que reforçam a ideia da complexidade do tema, traduzindo a importância de considerarmos as influências dos contextos sociais reais nas intervenções pedagógicas. Com essa constatação, ampliamos o reconhecimento da escola como um campo fértil para discentes e professores discutirem sobre essas e outras questões que permeiam o campo (Coelho; Silva; Monteiro, 2020).

Esses tópicos têm a capacidade de construir um discurso educativo potente e necessário na compreensão do problema social das drogas, nos avanços e retrocessos ligados à sua presença em nossa história e os diferentes tipos de utilização na sociedade (Galvão; Figueredo; Santos, 2024).

https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/160011. Acesso: 15 jan. 2025.

¹⁰ BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 45, de 15 de setembro de 2023. Altera o art. 5º da Constituição Federal para prever como mandado de criminalização a posse e o porte de entorpecentes e drogas afins sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em:

Refletindo, encontramos uma aproximação com a pedagogia de Paulo Freire, que permeia a história da educação brasileira e influencia a prática de muitos professores pelo país. Através dela, podemos construir uma educação no temário das drogas, comprometida com a emancipação dos estudantes, a partir do estímulo ao exercício de sua autonomia.

Uma educação que, para Acselrad (2013), traga a reflexão sobre as diversas práticas/formas de uso no presente e de um passado não tão distante. E representando um consumo sem danos e ligado ao prazer – criando "condições para que cada sujeito se torne autor, na construção e reconstrução do sentido do uso de drogas" (Acselrad, 2013, p. 97).

A autora, ainda, levanta a produção de discurso próprio e mais abrangente sobre drogas, isto é, que saia do que está posto (o discurso do poder – orientado por leis e instituições) e considere as complexidades do fenômeno. Um caminho biopsicosociocultural, que inclua as vulnerabilidades, o entendimento de mundo e as realidades locais e individuais de cada ser humano.

Assim como nos questiona Freire (2002), devemos pensar sobre o respeito aos saberes dos educandos no processo de uma educação concreta para autonomia. Por que não aproveitar as experiências que têm os alunos, justamente por viverem em áreas descuidadas pelo poder público e/ou conflagradas pelas questões de violência atreladas à guerra às drogas?

A partir do que foi exposto por Acselrad (2013) ao criticar o discurso pronto sobre drogas, um professor democrático deve fugir da prática de uma educação bancária – na qual os conhecimentos são simplesmente transferidos ao estudante – e ser, sim, um promotor de condições em que aprender criticamente seja possível aos estudantes. Portanto, "[...] nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado de educador igualmente sujeito do processo" (Freire, 2002, p. 29).

Nessa discussão, Freire (2002) apresenta várias questões que nos ajudam a perceber em sua fala a necessidade de uma relação de intimidade entre os saberes escolares/curriculares e a experiência social que os discentes têm enquanto indivíduos. "Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso pelas áreas pobres da cidade?" (Freire, 2002, p. 34).

Na perspectiva de educação para autonomia, resolvemos problematizar a questão de um discurso próprio da educação, produzido dentro dos espaços educativos. Alinhado ao desenvolvimento de uma educação crítica, na qual, para

Freire (2002), o professor deve estar convicto que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua realização. Assim, entendemos que o docente tem função importante no encaminhamento e no desenvolvimento pedagógico do que estamos chamando em nossas pesquisas de Educação para as Drogas. Concordamos com Galvão, Figueredo e Santos (2024) quando dizem que:

[...] a partir da educação **para** as drogas, espera-se que a pessoa tenha maior clareza não apenas dos usos e abusos das drogas, mas sim, da política de proibição e seus reais interesses. E nesse sentido, nem o discurso **sobre** drogas da **saúde**¹¹, nem o discurso **contra** as drogas da **segurança pública** e **justiça**, estão dispostos a dialogar com a juventude desde a educação para a autonomia como diz Paulo Freire (Galvão; Figueredo; Santos, 2024, p. 248, grifo nosso).

Evoluindo na discussão de que a maioria das iniciativas sobre o uso/abuso de drogas, realizadas no âmbito do ensino, tomam um rumo orientado pelo enfoque proibicionista (Figueiredo, 2017; Sodelli, 2020), trazemos para o foco de nossa conversa uma outra abordagem, oriunda da área da saúde. Esta perspectiva aparece como possibilidade de trabalho pedagógico, conversando mais de perto com a proposta de Educação para as Drogas, voltada para a formação de um indivíduo autônomo para suas escolhas.

A Redução de Danos leva em conta a multiplicidade e a complexidade dos fatores ligados ao uso/abuso de drogas; as particularidades e vulnerabilidades individuais; e não considera a abstinência ou um mundo sem drogas como única possibilidade de tratarmos do tema (Coelho; Silva; Monteiro, 2020; Ribeiro; Bellini Júnior, 2020).

Alguns trabalhos mostram que professores, mesmo cientes da necessidade em produzir dentro do contexto educacional uma Educação para as Drogas numa perspectiva mais crítica e reflexiva para seus estudantes, não se sentem capazes de

_

¹¹ Pensando em políticas públicas relacionadas às drogas, Machado e Boarini (2013) mostram que, a partir do século XX, grande parte do caminho histórico da problemática das drogas no Brasil esteve muito mais conectado às questões de segurança – com enfoque nitidamente repressivo – do que com a saúde pública.

Em 1961, a Organização das Nações Unidas (ONU) passa a considerar o uso problemático de drogas como um problema de saúde pública, abrindo espaço para especialistas em saúde discutirem ações educativas de prevenção. A partir daí, no Brasil, a prevenção ao abuso de drogas foi considerada uma necessidade urgente, sob a responsabilidade da educação (Coelho; Silva, 2024). Valendo ressaltar a grande influência de abordagens proibicionistas nos diferentes contextos educativos de prevenção. Para Acselrad (2005), a ideia de prevenir — dentro da prevenção primária — é entendida num caminho de abstinência, que prioriza aspectos danosos num processo de legitimação da repressão em que determinados grupos ficam marginalizados. A autora reforça ainda que essa política antidrogas que evita a experiência de uso se distancia da realidade de muitos jovens e busca se ancorar no discurso médico ou repressivo, a fim de justificar o controle de indivíduos. Tal cenário nos faz perceber que esse caminho de prevenção vem fracassando, pois dificulta a capacidade de reflexão e ações reais (Acselrad, 2005; Adade; Monteiro, 2014).

realizar ações educativas sobre o tema por diversos motivos. Seja devido à complexidade de abordagem ou até mesmo por medo de represálias de superiores, responsáveis (pais) e até da criminalidade local (Machado, 2023).

Para Rodrigues (2024), na sociedade brasileira circula um discurso hegemônico ideológico que se aproveita dos preconceitos morais amplamente difundidos sobre as drogas que atravessam todas as classes sociais. Neste viés, todos são ameaçados por um inimigo comum, indivíduos ligados a determinados grupos sociais marginalizados. Essa conjuntura simplifica uma complexa discussão que retira o foco das verdadeiras fontes de violência, próprias da sociedade (Rodrigues, 2024).

"A hegemonia do proibicionismo como princípio ideológico" (Rodrigues, 2024, p. 99) contribui para a formulação e legitimação de leis e políticas nele centradas. Essas servem de base não só para o pensamento e o agir pedagógico, mas também nas produções educativas e na elaboração de currículos e projetos escolares sobre o tema das drogas (Coelho; Silva, 2024).

Reconhecemos a possibilidade real de construção de uma Educação **para** as Drogas, disposta a promover um diálogo aberto e crítico – pilares da educação para a autonomia. Uma educação que esteja preocupada com a realidade dos estudantes e que considere um mundo onde dificilmente as drogas deixarão de estar presentes. É nesse caminho que nossa pesquisa se propõe a avançar.

Baseados na literatura discorrida até agora e dentro das discussões realizadas no GPED/UERJ, problematizamos uma Educação para as Drogas que vislumbre pontos importantes como: a) crítica à utilização de protocolos da área da saúde que não contemplem as questões pedagógicas postas no interior das escolas, entendendo que a experiência social viva que circula nesses espaços é detentora de um saber que precisa ser incluído nas abordagens sobre drogas neles desenvolvidos; b) necessidade de envolver a comunidade escolar em ações sobre o tema, seja nas aulas e/ou projetos educativos a qualquer tempo e de maneira multidisciplinar; c) estímulo para refletir e ampliar os conteúdos presentes no Currículo Mínimo Irredutível (CMI) da educação sobre drogas¹², agregando a ele novos conteúdos, especialmente

proibicionistas, e outra ligada à redução de danos, na qual encontramos a presença de visões mais interdisciplinares, incluindo as produzidas dentro do campo das ciências humanas (Silva, 2019).

¹² É possível perceber em muitos materiais didáticos e paradidáticos que tratam do tema das drogas um núcleo invariável de conteúdos comuns e frequentes, chamado de Currículo Mínimo Irredutível. Muito desse currículo presente nesses materiais passa por uma forte interferência das ciências médicas, remetendo à área da saúde como grande influenciadora na produção desse conteúdo. Observa-se, assim, a presença de duas vertentes que se opõem nas abordagens sobre drogas, ambas atreladas ao paradigma da saúde: uma ligada à guerra às drogas, orientada pelas políticas

os das ciências humanas; d) e, mais do que nunca, é preciso problematizar as drogas como dispositivo a servico do capital na nova etapa neoliberal (Freire, 2002; Acselrad, 2005; Coelho; Monteiro, 2019; Silva, 2019; Coelho; Silva; Monteiro, 2020; Silva; Coelho, 2022a; Silva; Coelho, 2022b; Silva; Coelho, 2023; Galvão; Figueredo; Santos, 2024; Rodrigues, 2024).

Como alternativa ao proibicionismo, a abordagem da Redução de Danos apresenta experiências educativas que podem desenvolver um sujeito reflexivo, capaz de fazer suas escolhas e contribuir para alcançarmos, quem sabe, uma sociedade menos violenta, sem reforçar estigmas e preconceitos oriundos da guerra às drogas que circulam tão fortemente na sociedade. Assim, veremos abaixo iniciativas que utilizam a RD como abordagem pedagógica e podem sensibilizar estudantes da educação básica, licenciandos e professores em servico nessa perspectiva,

Trabalhando de forma lúdica, O Jogo da Onda¹³ teve sua primeira edição publicada em 1998. Produzido pelas pesquisadoras do Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Dra. Sandra Rebello e Dra. Simone Monteiro, o jogo aborda temas relacionados ao uso de drogas, tais como: conceitos e efeitos de drogas lícitas e ilícitas, legislação brasileira, políticas preventivas, relacionamento familiar e amoroso, práticas sexuais, conflitos pessoais, AIDS, pressão social do grupo, entre outros. Essas temáticas são tratadas por meio da divulgação de conceitos e mensagens, bem como de perguntas e respostas referentes a situações do cotidiano que estão vinculadas, direta ou indiretamente, ao consumo de drogas (Monteiro; Vargas; Rebello, 2003).

Trata-se de um jogo de tabuleiro e cartas que procura, de forma divertida, educativa e motivadora, esclarecer dúvidas e promover reflexões sobre a prevenção da AIDS e sobre a dimensão social e afetiva do uso indevido de drogas, enfocando questões emocionais, familiares e pedagógicas. Adade e Monteiro (2014), em estudos que contemplam avaliação e revisão bibliográfica, a fim de fundamentar modificações no conteúdo das cartas presentes no jogo, afirmam que a ferramenta, enquanto material pedagógico, contempla uma perspectiva de educação para autonomia baseada na RD.

conferindo a preocupação das pesquisadoras em produzir material educativo no caminho da Educação para as Drogas na abordagem da RD (Monteiro; Vargas; Rebello, 2003; Adade; Monteiro, 2014; Coelho,

2019).

¹³ A partir de avaliações baseadas na escuta de professores e estudantes e revisões bibliográficas, o jogo passou por atualizações em 2001 e 2014, as quais fundamentaram a nova versão digital em 2018,

Atualmente, uma versão digital do jogo está disponível gratuitamente em acesso aberto, para utilização *on-line* via *web* ou executável no computador. 14 Coelho e Monteiro (2021) reconhecem que a versão digital do jogo se distancia das abordagens tradicionais, direcionadas para a classificação e os efeitos nocivos das drogas em nosso organismo. E, no processo de uma Educação para Drogas que valorize a RD, estimulam espaços participativos que possibilitam o desenvolvimento do senso crítico dos estudantes. Os autores avaliaram o Jogo da Onda digital e notaram que a presença de um monitor – podendo ser o professor – favoreceu o jogo em equipe, ampliando as possibilidades de trabalhar pedagogicamente o temário.

Outra experiência educativa no âmbito da formação continuada de professores e licenciandos são os cursos na área de Educação, Drogas e Redução de Danos. Coordenados e ministrados por profissionais membros do GPED/UERJ, os cursos são oferecidos de forma gratuita e à distância, em parceria com a Fundação CECIERJ, utilizando como principal referencial de apoio a educação centrada na abordagem da Redução de Danos. O projeto que deu origem aos cursos foi criado dentro da pesquisa de doutoramento apresentada pelo professor Dr. Francisco Coelho, no Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, em 2019, e teve como objetivo principal investigar em que medida um curso de educação à distância para docentes pode promover a possibilidade de desenvolvimento de espaços de diálogo e aprendizagem na Educação para as Drogas (Coelho, 2019).

Assim como o Jogo da Onda, o curso foi orientado dentro da abordagem da RD, com perspectiva centrada nas individualidades e no contexto sociocultural, podendo gerar reflexões e questionamentos sobre o uso e o consumo abusivo de drogas lícitas e ilícitas. Os conteúdos e os recursos didático-pedagógicos guiaram uma proposta de prevenção democrática, transversal, interdisciplinar e colaborativa que estimula o diálogo e reflete sobre os equívocos e estigmas normalmente associados às drogas (Coelho, 2019).

Sobre políticas públicas que utilizam ou, de alguma forma, aproximam-se de ações voltadas à Redução de Danos na educação, trazemos como exemplo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (sobre saúde), publicados em 1998¹⁵, e a

15 BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e

¹⁴ Site: https://www.ioc.fiocruz.br/educacao-em-saude/jogo-da-onda.

quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

Cartilha para Educadores (sobre drogas), publicada em 2010¹⁶, que trouxeram de forma transversal aos conteúdos orientações acerca do trabalho sobre drogas, auxiliando docentes de qualquer disciplina a desenvolver seus projetos na temática. Coelho (2019) afirma que esses documentos orientadores se baseiam em um enfoque pedagógico guiado pela minimização de danos — ou, mais precisamente, pela Redução de Danos. No âmbito da saúde, pensando numa perspectiva integral de prevenção ao vírus da AIDS e outras doenças, o Brasil, dentro da política nacional de saúde, contempla ações de Redução de Danos¹⁷ na atenção a pessoas que usam álcool e outras drogas.

Como vimos até aqui, ainda que de forma tímida, tivemos um certo avanço no caminho da Educação para as Drogas, alguns presentes também na Lei 11.343 de 2006, que tratam de atividades de prevenção ao uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, formação continuada de professores e implementação de projetos pedagógicos de prevenção ao uso indevido, alinhados às Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2006).

Mais recentemente, alguns retrocessos atingiram o campo. A publicação da nova Base Nacional Comum Curricular¹⁸, que na contramão aos PCN, limita a discussão no 6º ano do ensino fundamental, deixando a responsabilidade para a área das Ciências da Natureza, e focada nos efeitos das drogas no sistema nervoso central. E a criação, em 2019, da Semana Nacional de Políticas Sobre Drogas, que, alinhada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina que atividades escolares devem seguir no caminho da prevenção ao uso de drogas, promovendo um ambiente seguro, a partir de estratégias de enfrentamento ao uso ou dependência de drogas.

Em suas análises, Coelho e Silva (2024) observam um apelo forte da gestão da saúde, assim como em leis anteriores, podendo dificultar a construção de um discurso próprio da educação e de seus agentes no contexto da Educação para as Drogas. Essas observações indicam um reforço de aspectos ligados à dinâmica da

https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/obid/publicacoes/cartilhas/drogas-cartilha-para-educadores.pdf. Acesso em: 5 jan. 2025.

¹⁶ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Drogas**: cartilha para educadores. Brasília: Presidência da República/Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2010.
Disponível

¹⁷ Para mais informações: https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/reducao-dedanos.

¹⁸ É importante ressaltar que a modificação na lei ocorreu em um período histórico de pós-golpe da presidente Dilma Rousseff, em 2016. O documento foi imposto de cima para baixo e sem discussão entre pares da educação. Uma construção que representa muito bem a nova etapa neoliberal que vem sendo fortemente implementada no Brasil.

proibição e do moralismo que refletem na educação através de práticas docentes, assim como em materiais didáticos e paradidáticos e em projetos educativos.

A partir de propostas formativas no caminho da RD, pensamos que o professor possa refletir sobre outra forma de realizar uma Educação para as Drogas, isto é, que se distancie do que geralmente está posto nas abordagens proibicionistas. Propomos que o docente tenha segurança e a liberdade de trabalhar uma Educação para as Drogas, ancorada na RD e vislumbrando, assim, uma Educação para Autonomia.

1.1. Avanços tecnológicos

Refletindo sobre alternativas e possibilidades de trabalho no campo do Ensino e da Educação para as Drogas, discutimos o uso da tecnologia pela humanidade, um processo tão antigo que quase acompanha o surgimento de nossa espécie no planeta.

A capacidade de criação e a engenhosidade foi/é capaz de dar origem a diversos equipamentos, instrumentos e recursos, o que chamamos de tecnologia. É importante entender que o termo não está ligado diretamente à produção de máquinas, mas a instrumentos e recursos que, de certa forma, estabelecem uma relação entre nós, suas formas de uso e aplicações no cotidiano.

Os avanços tecnológicos deixam marcas em cada época de nossa história, podendo trazer transformações nas formas de organização da sociedade, na cultura, na comunicação e até na aprendizagem. Desde o início, o uso e o domínio da tecnologia distinguem os seres humanos, conferindo relações de poder e dominação (Kenski, 2012). "Essa relação não mudou até hoje. As grandes potências — sejam países, e/ou grandes corporações multinacionais — preocupam-se em manter e ampliar seus poderes políticos e econômicos" (Kenski, 2012, p. 14), investindo grandes quantias e esforços em pesquisas para manutenção deste status.

A partir do século XIX, sobretudo no período pós-revolução industrial e o desenvolvimento tecnológico a ela atribuído, culminou no surgimento de determinadas máquinas e equipamentos que ajudaram a facilitar tanto o transporte das pessoas quanto, mais tarde, a comunicação entre elas. Chegando ao século XX, após as duas grandes guerras, o mundo passou por modificações importantes no panorama político, social e cultural – mudanças que irão reverberar mais diretamente na produção de tecnologia voltada a área da comunicação (Pretto, 2013a).

Sobre a relação entre o novo cenário mundial e o surgimento de uma comunicação de massa, Pretto (2013a) reflete:

Durante esse período, a comunicação, com o auxílio dos novos meios eletrônicos que surgiam, começa a se transformar em uma comunicação de massa, ao mesmo tempo em que as indústrias eletrônicas e de equipamentos investem cada vez mais nas pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias para a ampliação de um sistema comunicativo planetário (Pretto, 2013a, p. 58).

Com o fim da Segunda Grande Guerra, e o estabelecimento da Guerra Fria, um novo panorama mundial se estabeleceu. O poder estava dividido em dois grandes blocos. E é nesse momento que a indústria da informática e da comunicação assume um papel marcante e transformador na história da modernidade, trazendo novas possibilidades e desafios (Pretto, 2013a). Vejamos o que Kenski (2012) nos fala sobre o desenvolvimento de aparatos tecnológicos neste contexto histórico:

[...] impulsionou a ciência e a tecnologia de forma jamais vista na história da humanidade. Muitos equipamentos, serviços e processos foram descobertos durante a tensão que existiu entre Estados Unidos e União Soviética pela ameaça, de ambos os lados, de ações bélicas, sobretudo com o uso da bomba atômica. A corrida espacial, resultante do avanço científico proporcionado por essa tensão, trouxe inúmeras inovações: o isopor, o forno de micro-ondas, o relógio digital e o **computador** (Kenski, 2012, p. 15-16, grifo nosso).

Mesmo sabendo que o acesso não está disponível a todos na velocidade em que surgem e se transformam, os novos aparatos tecnológicos e os recursos comunicacionais do novo milênio têm gerado uma adesão intensa da população. A partir do século XX, principalmente, observamos uma proliferação generalizada do uso de imagens pelos diferentes meios de comunicação. Sendo fixas ou móveis, elas vêm se estabelecendo como um poderoso instrumento de interação social.

A percepção visual é um dos meios possíveis de aproximação da realidade. Apreciar uma imagem ou produto artístico possibilita uma experiência subjetiva de conhecimento do mundo. Assim, professores e alunos podem encontrar um caminho para aprendizagem, partindo de experiências mais particulares até a interação com manifestações culturais de diferentes contextos e épocas. A apropriação das novas tecnologias vem influenciando no redimensionamento das formas de expressão e comunicação presentes na organização da sociedade contemporânea.

Os novos equipamentos atuam como mediadores do olhar, podendo afetar diretamente a relação dos indivíduos com a produção de imagens. Os avanços tecnológicos estimularam um movimento de democratização muito grande no que se refere ao uso das imagens que, somado à linguagem audiovisual, tornou-se ainda mais dinâmico (Lopes, 2003). Esse movimento vem fazendo com que as tecnologias se tornem cada vez mais presentes em nosso dia a dia, criando um elo de conexão

global, produzido como nunca antes visto, por meio de informações, imagens, sons e vídeos.

1.1.1 Os audiovisuais, as audiovisualidades e suas articulações pedagógicas

Apesar de sua entrada tardia na escola, desde sua origem, o cinema foi pensado como possibilidade educativa – sobretudo em relação às massas trabalhadoras. Assim, "trabalhar com o cinema em sala de aula é ajudar a escola a reencontrar a cultura ao mesmo tempo cotidiana e elevada [...]" (Napolitano, 2019, p.11). Para o autor, o cinema abraça, numa mesma obra de arte, aspectos do campo da estética, do lazer e dos valores sociais mais amplos.

Como o processo educativo não ocorre somente nas interações sociais que se estabelecem dentro das escolas, é nas relações de interação entre os espectadores e os diferentes aspectos presentes nos filmes que a maioria das pesquisas em relação ao papel educativo do cinema e suas influências nas relações sociais se estabelecem (Duarte, 2002). Para a autora, muitos dos valores veiculados em nossa cultura surgem numa relação estabelecida entre espectadores e os filmes assistidos.

Pensando no que dizem Duarte (2002), Lopes (2003) e Napolitano (2019) sobre os avanços tecnológicos, a democratização do uso das imagens e as possibilidades educativas do cinema e sua influência, acreditamos que, hoje, por se apresentarem em inúmeras telas e com variadas formas de acesso, acabam ganhando um potencial de interferência direta em nossa subjetividade e na formação de valores. No contexto contemporâneo, é preciso estar atento ao reforço de pensamentos hegemônicos e a manutenção das formas de dominação e poder como resposta do uso pedagógico dos audiovisuais.

Conforme observamos de forma crescente, ao longo dos séculos XX e XXI, as diferentes produções audiovisuais, sejam elas de cinema, televisão, vídeo ou teatro, ocupam lugar cativo em nossas vidas, caminhando lado a lado não somente no cotidiano, como também em processos educativos e de formação. As possibilidades de transferência das obras cinematográficas, das chamadas películas, para diversos outros formatos disponíveis (como VHS, DVD, plataformas de vídeos gratuitos e de *streaming*) nos permitiram o uso de filmes em ambientes escolares com maior facilidade e rapidez.¹⁹

¹⁹ O termo "vídeo", assim como "cinema", está enquadrado na perspectiva do audiovisual. Segundo Pereira e Dal Pont (2023), normalmente, na escola, a expressão "vídeo" é mais utilizada. Alunos e professores costumam dizer "fazer" ou "assistir" a um vídeo. Essa forma de falar ficou popularizada na

Entendemos como pressuposto que a utilização de vídeos e outros elementos audiovisuais como ferramenta pedagógica se constitui como uma prática comum nas escolas. A expressão audiovisual auxilia o professor, pois aproxima a sala de aula do cotidiano do aluno, mobilizando os conhecimentos, a sensibilidade, a intuição e as emoções. Além de atuar como forma de potencializar e contribuir no processo ensino-aprendizagem (Ferrés, 1996).

Há trabalhos que, atentos ao potencial pedagógico do audiovisual na escola, sugerem que vídeos com a temática das drogas podem ser utilizados por professores no desenvolvimento de propostas dialógicas, mas que não reforcem estigmas e préjulgamentos oriundos de uma visão proibicionista. Portanto, nas práticas escolares com uso de vídeos, é preciso que o professor funcione como mediador entre a obra e os estudantes, articulando com as intenções pedagógicas a serem desenvolvidas. Com esse cuidado, é possível aproveitar o uso dessas ferramentas na construção de uma reflexão coletiva centrada nos pressupostos da RD (Coelho; Monteiro, 2018; Coelho, 2019).

Análises como as de Kilpp (2010) e Filho, Berino e Soares (2018) reconhecem que o audiovisual transborda os limites formais das mídias quando ocorre o surgimento da *internet* e dos dispositivos móveis. Nesse contexto, trazemos para discussão o que esses autores nos dizem sobre as audiovisualidades, entendidas como um termo plural e contemporâneo. As formas de exibição de imagens se multiplicam e migram de uma forma incontrolável por várias telas e as produções audiovisuais se intensificam e se realizam por meio de dispositivos cada vez mais acessíveis (Filho; Berino; Soares, 2018).

Filho, Berino e Soares (2018), corroborando com Soares (2016), apontam que, assim como nos diversos contextos da vida cotidiana, os aparelhos de produção e veiculação de imagens habitam também as salas de aula, ocupando de forma diversa esses espaços. Vivemos em um tempo no qual podemos ser público e produtor, emissor e receptor dos audiovisuais. Nesse alinhamento, Soares (2016) e Vieira *et al.* (2016) concordam sobre as possibilidades de produção de vídeos na perspectiva dos praticantes²⁰ das audiovisualidades que, ao utilizar as mais diversas mídias

década de 1980, quando, por conta do surgimento das locadoras de vídeo, disponibilizavam filmes para assistir em casa ou até mesmo nas escolas.

Neste trabalho, chamamos de "praticantes das audiovisualidades" os alunos e professores de diferentes níveis de ensino que realizam suas narrativas audiovisuais em articulação com as produções da indústria cultural, produzindo novas histórias a partir do uso de aplicativos de telefones celulares, com ou sem uso de imagens e sons capturados por uma câmera ou microfone, podendo retirá-los de

disponíveis em diferentes plataformas, têm a possibilidade de produzir novos vídeos que retratem seu dia a dia e as tramas da sua realidade. Em contexto escolar, essas práticas possibilitam questionar modelizações e viabilizar outros modos de conhecer e de se constituir, para além daqueles hegemonicamente fixados conforme os interesses do capital (Soares, 2016), rompendo fronteiras do preestabelecido, potencializando outros e diferentes modos de narrar o mundo.

De acordo com Ferrés (1996), o uso das câmeras de vídeo viabiliza processos dinâmicos de estímulo ao pensamento criativo e do desenvolvimento da aprendizagem, verificando-se a participação do aluno como protagonista e criador ativo do próprio conteúdo curricular. Muitos estudantes, estimulados pelo uso do telefone celular e das redes sociais, podem ser incentivados de uma forma lúdica e colaborativa a integrar linguagens e interagir com diferentes conteúdos e matérias.

No contexto das audiovisualidades, percebemos a possibilidade de uma redefinição na produção/uso de vídeos estudantis²¹ como ferramenta pedagógica promotora de uma Educação para as Drogas pautada numa educação para autonomia, dialógica e democrática.

Trazemos para o centro desta discussão o Concurso Tirando a Droga de Cena, iniciado no ano de 2001²², pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, numa parceria entre a recém-criada Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química (SEPDQ) e a Secretaria Municipal de Educação (SME). Com o objetivo de estimular a reflexão acerca da temática da prevenção à dependência química, através da participação de estudantes da Rede Municipal, orientados por seus professores, inicialmente com a escrita de textos teatrais. Em 2010, ocorre a mudança no formato

.

sites e/ou plataformas gratuitas. Esses audiovisuais podem ser postados ou levados de um lugar para outro através de *pen drives* ou outros dispositivos. Juntam-se a essas, outras narrativas oriundas do vivido no dia a dia, realizadas a partir do uso *webcams*, câmeras de segurança de ruas, prédios e residências. Esse contexto da presença de câmeras em todos os locais possibilita àqueles que produzem e consomem audiovisuais dramatizarem a vida cotidiana, tensionar o previsível, ficcionar sobre si e sobre sua relação com o mundo, imaginando, fabulando e experimentando novas possibilidades de criar suas existências (Soares, 2016).

²¹ Utilizaremos o termo **vídeo estudantil**, proposto por Pereira e Dal Pont (2021), para denominar a ação realizada dentro do espaço escolar com mediação do professor, possibilitando ao aluno a utilização do conhecimento adquirido nas vivências e experiências, com intencionalidade pedagógica e em diálogo entre as mídias e os conteúdos do processo educacional.

²² Segundo a revista *Nós da Escola*, publicada pela Empresa Municipal de Multimeios (MultiRio), vinculada à SME e à Prefeitura do Rio de Janeiro, o Concurso Tirando a Droga de Cena foi criado no ano de 2001.

TIRANDO a droga de cena. **Revista Nós na Escola**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 11-13, 2004. Disponível em: http://multi.rio/index.php/conteudo-geral/3224-revista-n%C2%BA-23-ano-2004. Acesso em: 5 jan. 2025.

de participação dos estudantes e professores, passando a ser um concurso audiovisual, realizado até o ano de 2019²³.

Conforme preconiza o edital do concurso, os vídeos participantes do Concurso TDC são produtos audiovisuais resultantes de trabalhos pedagógicos realizados nas escolas da rede municipal do Rio de Janeiro, voltados ao temário da prevenção à dependência química, baseados num contexto que envolve os diversos saberes de professores e seus estudantes.

Percebendo que a proposta do Concurso TDC segue no sentido da prevenção, encontramos neste estudo um alinhamento com as propostas presentes no âmbito do Ensino em Biociências e Saúde. Mas cabe reforçar que, ao articularmos diferentes áreas do conhecimento no desenvolvimento da temática, ampliamos as possibilidades de discussão, deixando de correr riscos em tornar propostas pedagógicas simplificadas ou pouco reflexivas.

O Concurso TDC resistiu a várias administrações e mudanças na Prefeitura, servindo, por mais de vinte anos, como referência do trabalho pedagógico dentro do temário de educação e drogas na Rede Pública Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Devido ao seu histórico, identificamos a importância que o Concurso TDC representa dentro das discussões sobre a produção de projetos/políticas educativas dentro da temática das drogas. Refletir e entender sobre sua estrutura e funcionamento pode trazer contribuições para os estudos referentes a uma Educação para as Drogas que fuja do contexto hegemônico instaurado em nossa sociedade.

Nossa proposta neste trabalho foi analisar o que vídeos estudantis, documentos oficiais, docentes e a coordenação do Concurso TDC nos mostram sobre as abordagens pedagógicas proibicionista e de Redução de Danos no estudo da Educação para as Drogas.

Com base nos argumentos anteriores, esta pesquisa teve a finalidade de responder a seguinte indagação: O que os audiovisuais e outros documentos, coordenadores e professores participantes do Concurso TDC nos dizem sobre as abordagens proibicionista e de Redução de Danos nas práticas educativas da Educação para as Drogas?

²³ No ano de 2021, o Concurso TDC muda seu formato para Mostra Audiovisual, alterando seu *status* de Concurso. Encontramos aí maior presença das audiovisualidades na dinâmica do programa.

1.2. Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as abordagens pedagógicas presentes nas produções audiovisuais educativas sobre drogas que foram desenvolvidas por estudantes e docentes da rede pública, no âmbito do Concurso Tirando a Droga de Cena, entre os anos de 2014 e 2019.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Organizar um resgate histórico dos contextos políticos e organizacionais do Concurso Tirando a Droga de Cena, dando suporte às análises propostas;
- b) Identificar em documentos (editais, projeto e produções audiovisuais vencedoras do Concurso Tirando a Droga de Cena) as abordagens pedagógicas proibicionistas ou de redução de danos relacionadas à Educação para as Drogas;
- c) Compreender as visões sobre a Educação para Drogas de professores e organizadores/coordenadores participantes do Concurso Tirando a Droga de Cena entre os anos de 2014 e 2019.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Proibicionismo: caminho histórico e efeitos na sociedade

Desde sempre o consumo de drogas acompanha a humanidade, seja para uso religioso e/ou ritualístico, com propósito de cura, para socializar e/ou buscar o prazer. Ademais, a alimentação também entra no rol das possibilidades de uso das drogas. Até determinada época não se considerava com grande efetividade a questão da legalidade dessas substâncias.

"Com o advento do proibicionismo e da separação das drogas em lícitas e ilícitas o hiper-valor foi hipertrofiado" (Carneiro, 2018, p. 19), processo que incentivou o acúmulo de capital desde o século XIX pelo meio da clandestinidade operada por medidas de segurança e justiça. Tal prática tomou contornos de violência a partir de práticas de monopólio, concentração de riquezas e exploração da força de trabalho.

A caminho do século XX, a novidade seria a adoção de um arcabouço jurídicodiplomático internacional sob o respaldo da Liga das Nações, "visando não apenas a regulação, com critérios comerciais e fiscais, mas a proibição internacional dos usos não médicos" (Carneiro, 2017, p. 31). No que se refere às drogas ilícitas, medidas no campo da segurança e da justiça foram adotadas por diversos países, tendo como modelos interventivos de repressão o proibicionismo e a guerra às drogas.

O *modus operandi* atrelado ao hiper valor das drogas foi sofrendo modificações ao longo do século XX. Esse movimento criou um inimigo, o traficante, responsável pelo conjunto de crimes ligados a questões de morte a determinados grupos, principalmente da população pobre e moradora das comunidades periféricas das cidades (Carneiro, 2018).

Essa questão do narcotráfico, como diz Rodrigues (2012), há pouco mais de cem anos não existia. Articulado ao plano interno de vários países, foros internacionais incentivaram, no início do século passado, um enfoque diferente ao que tínhamos anteriormente no que diz respeito às substâncias psicoativas (Rodrigues, 2012).

No momento da criação do primeiro tratado internacional de controle de drogas, em 1912, achamos importante dar destaque que a recriminação do uso recreativo e da defesa estrita de uso médico eram o foco de discussão entre médicos e autoridades espalhadas pelo mundo. Argumentava-se que o uso de ópio e morfina desencadeavam um problema de saúde pública que necessitava ser combatido via o

controle rigoroso de seu uso. A potencialização da aversão ao consumo de determinadas drogas foi impulsionada principalmente pelo vínculo atribuído por determinados grupos de imigrantes e/ou minorias étnicas (Rodrigues, 2012).

Conforme apontam Rodrigues (2012) e Carneiro (2018), entendemos que essas questões que estimulam a violência da guerra às drogas estão atreladas a reais interesses econômicos/imperialistas do norte contra o sul global. Tais fatores ajudam a explicar a catalização da criminalização da produção e consumo de drogas, fortalecida pela alegação do campo da saúde pública, mas ligadas principalmente à somatória entre medos sociais, moralismo, xenofobia e racismo.

A partir dessa análise, percebemos que o proibicionismo surge também como fator de controle social, combinando moralismo e repressão seletiva a certos grupos sociais (Rodrigues, 2012). Essa política de guerra às drogas prima, entre outros fatores, o encarceramento e a morte de determinados grupos sociais já citados anteriormente. Um regime violento e segregador que continua gerando efeitos de sofrimento individual e coletivo.

O artigo publicado por Maia e Lins (2023) apresenta o poder da imprensa do Rio de Janeiro na construção do estigma criminalizador e moralizante sobre usuários de maconha na primeira metade do século XX. No estudo de caso, a construção dessa forma de percepção social do usuário de maconha, pautada em ideias centradas na ciência eugenista da época, é apresentada não somente como forma de controle social, mas também como uma possibilidade de fazer política, tendo como mote a destruição da reputação de pessoas, configurando esses veículos como peças-chave na articulação da representação de estigmas ligados à maconha e seus usos na sociedade, legitimando o projeto proibicionista. Segundo os autores, publicações negativas e positivas sobre a planta são veiculadas na imprensa brasileira desde o século XIX. Entretanto, a partir do século XX, notícias positivas ligadas às finalidades industrial e medicinal tornam-se majoritárias.

Como falamos anteriormente, cabe destacar que atualmente as discussões e mudanças na legislação relacionadas à utilização da *Cannabis* e a sua produção para fins terapêuticos se apresentam com grande intensidade na imprensa. Ainda assim, discursos conservadores recheados de moralismo e ideias preestabelecidas a respeito das drogas parecem se intensificar no Brasil. Rodrigues (2024) revela que, em nosso país, quando o assunto gira em torno das drogas, o conservadorismo se expressa no preconceito e na falta de debates democráticos, alimentando a crença de que o crime precisa ser punido com mais polícia e repressão.

Esse cenário violento de controle social, resultado da guerra às drogas, afeta principalmente determinados grupos. Retomamos agora o debate das questões referentes à manutenção da hierarquização racial produzida e maximizada por essas políticas, falando mais precisamente da morte e do encarceramento da população negra.

Para Ferrugem (2020), no Brasil, o proibicionismo sempre esteve pautado pelo racismo institucional, ligado às marcas do período de escravização. Embora passe por transformações, há uma essência racista e classista em sua forma de operar, visto que, "na guerra às drogas, há uma sinergia entre o racismo e o ódio de classe. A junção desses marcadores sociais determina as vítimas dessa guerra" (Ferrugem, 2020, p. 46). A autora reforça ainda que a guerra às drogas parece ser um confronto contra pessoas, mas não quaisquer pessoas. "Algumas parecem ter um alvo invisível que a maquinaria bélica do Estado sabe reconhecer" (Ferrugem, 2020, p. 46).

Encontramos, assim, articulação desse pensamento com Carneiro (2018) e Rodrigues (2012), ao apresentarem as principais figuras combatidas nessa guerra.

"O discurso de que está em curso no Brasil uma guerra por conta da proibição das drogas é recorrente, mas ainda segue o silenciamento de uma questão central, que é: quem é o inimigo real desta guerra?" (Ferrugem, 2020, p. 45). A autora responde à questão afirmando que as mortes ligadas a esse combate se concentram na camada mais pobre e na população negra, mais precisamente jovens do sexo masculino (Ferrugem, 2020).

Levando em consideração o ano de 2019, dados retiradas do relatório *Tiros no Futuro*, que teve como objetivo trazer informações sobre os impactos diretos da guerra às drogas na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro, mostraram reflexos diretos da violência territorial, provocando alterações na rotina das escolas, além de danos sociais e psicológicos aos estudantes, o que, de certa forma, pode acarretar reflexos na trajetória escolar (Lemgruber, 2022).

É importante ressaltar que a escolha da cidade para o desenvolvimento da pesquisa está atrelada principalmente a sua realidade local, como podemos observar:

O Estado brasileiro tem contribuído com sua política proibicionista e bélica em relação às drogas para expor escolas e estudantes à violência, submetendo-os, especialmente em algumas cidades como o Rio de Janeiro, a rotinas de operações, incursões e tiroteios justificadas como necessárias para combater grupos de traficantes que controlam e disputam territórios (Lemgruber, 2022, p. 8).

Temos no Rio de Janeiro um cenário perverso da política proibicionista, onde tiroteios, operações policiais bélicas, assassinatos e balas perdidas tornaram-se parte do cotidiano de populações que habitam áreas periféricas da cidade. No ano do estudo, a plataforma *Fogo Cruzado*²⁴ registrou 4.346 episódios envolvendo o uso de armas de fogo na cidade do Rio de Janeiro. A partir dos dados fornecidos pela plataforma, os autores do documento conseguiram identificar 1.154 escolas da rede de ensino fundamental público do município do Rio de Janeiro que foram afetadas por, pelo menos, um tiroteio na presença de agentes de segurança.

Episódios desse tipo, conforme relatos registrados na própria SME/RJ, interferem diretamente no funcionamento das unidades escolares e na realidade dos alunos, denunciando como a violência de tais acontecimentos é capaz de atravessar os muros das escolas e afetar a rotina das unidades educacionais. Muitos estudantes, moradores desses territórios, são impactados por essa realidade, mesmo que no ambiente externo ao espaço escolar.

Assim, corroborando com Rodrigues (2012), Carneiro (2018) e Ferrugem (2020), além dos interesses econômicos e políticos contidos nos discursos do proibicionismo, que lucra significativamente com a manutenção dos esquemas de poder e de confronto, o estudo conclui suas observações reforçando a ideia de que o impacto da guerra às drogas na educação é uma das muitas facetas dos custos impostos à sociedade por uma política fracassada, violenta e cara, que, como sempre, pesa desproporcionalmente sobre as populações mais pobres e negras.

Dados do Censo Escolar do ano de 2022²⁵ demonstram que, na cidade do Rio de Janeiro, a maioria dos estudantes matriculados na educação básica se declara preta ou parda. Levando em consideração que a rede pública municipal da cidade atende estudantes do ensino fundamental e da EJA na mesma etapa, essa informação reforça que as questões tratadas até aqui, ligadas ao desenvolvimento das políticas proibicionistas, estão representadas no interior de nossas escolas através desses agentes.

Daqui para frente, a humanidade seguirá cada dia mais na presença de diferentes substâncias psicoativas, sejam elas plantas ou sintéticas (Carneiro, 2017). "A regulação destas moléculas é, antes de tudo, um ensinamento cultural. De

²⁵ Dados retirados da Sinopse Estatística da Educação Básica, disponível no *site* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Mais informações: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022.

²⁴ O Instituto Fogo Cruzado desenvolveu uma metodologia própria e inovadora para monitorar tiroteios nos centros urbanos e seus impactos. Mais informações: https://fogocruzado.org.br/.

aprendizado na moderação, no conhecimento de si, no uso dos prazeres, nos cuidados com o corpo" (Carneiro, 2017, p. 30). Para o autor, a educação no uso das drogas – que, há algum tempo, vem sendo utilizada como um instrumento importante para o aprendizado das virtudes – deve seguir nesse propósito.

São crescentes os questionamentos e o clamor pela superação dessa guerra. Na passagem para o século XXI, ocorreram quebras importantes na hegemonia das políticas proibicionistas. Muitas críticas relativas ao mercado ilegal das drogas e ao narcotráfico. Grupos de usuários se organizaram e passaram a exigir mudanças nas leis repressivas. Propriedades terapêuticas de muitos psicoativos vêm sendo aceitas pela comunidade médica (Rodrigues, 2017).

Carneiro (2017) nos mostra que as políticas proibicionistas sobre certas drogas se desenvolvem através de um mecanismo custoso e que há muito tempo ceifa vidas, em sua maioria, de pessoas pertencentes a grupos específicos. Ultrapassar essa barreira se apresenta como uma das maiores reformas democráticas do nosso século.

No Rio de Janeiro, a realidade violenta de combate que mata e encarcera determinados grupos de pessoas traz danos irreparáveis à população, pois, muitas vezes, impede crianças, jovens e adultos de frequentar os bancos escolares, conferindo à política de segurança da cidade um caráter que pouco se aproxima do que conhecemos como práticas democráticas.

Percebemos que é praticamente impossível viver num mundo em abstinência de drogas; o uso delas é milenar e seu contorno de uso tende a aumentar. Como citado anteriormente, assim como os resultados da guerra às drogas estão presentes na realidade dos indivíduos e os pressupostos do proibicionismo enquanto abordagem pedagógica se refletem diretamente nas escolas, através de discursos construídos nesse caminho, em materiais didáticos e paradidáticos e diferentes projetos pedagógicos, a partir da bibliografia discutida até agora, tomamos consciência dos resultados negativos das políticas proibicionistas entendendo que é necessário o desenvolvimento de uma Educação para as Drogas em outra perspectiva.

Para Acselrad (2013), fica difícil romper com essas questões, visto que os cidadãos já se acostumaram com as penalidades impostas por meio de leis e modelos há muito concebidos. Cientes da escola enquanto espaço formador e potente nas transformações da sociedade, vislumbramos outras possibilidades no desenvolvimento da Educação para as Drogas.

2.2 A Redução de Danos: contextualizando e considerando possibilidades

No caminho contrário, reconhecemos a estruturação de um pensamento coletivo antiproibicionista. Assim, encontramos como uma estratégia nesse processo a abordagem de Redução de Danos. Ela não contempla a imposição da abstinência como única possibilidade, envolve tratamento igual para drogas lícitas e ilícitas, além da compreensão das fragilidades e vulnerabilidades individuais e coletivas presentes no(s) contexto(s) de uso. Conferindo, assim, a capacidade de avaliação e consideração dos riscos ligados ao consumo de substâncias psicotrópicas pelos usuários.

A Redução de Danos é um conjunto de estratégias de cuidado em saúde que visa minimizar os danos causados às pessoas que usam drogas lícitas e ilícitas e não preconiza a abstinência como objetivo único de cuidado. Isto é, "leva em consideração a complexidade do fenômeno e a multiplicidade de variáveis, a individualização do risco na cena de uso de drogas" (Ribeiro; Bellini Júnior, 2020, p. 32). Trata-se de uma estratégia que entende as vulnerabilidades e toma como base os direitos humanitários — sendo considerada atualmente uma perspectiva ético-clínico-política para a compreensão e intervenção acerca da problemática do uso de drogas. É direcionada àqueles usuários que não querem ou não conseguem, por algum motivo, interromper o consumo (Surjus; Formigoni; Gouveia, 2018; Ribeiro; Bellini Júnior, 2020; Prado; Vicente; Lopes, 2023;). Deste modo, considerando os caminhos e contextos históricos da Redução de Danos, resolvemos traçar uma linha do tempo que vai da sua origem até a chegada da abordagem ao Brasil.

O governo da Inglaterra, preocupado com políticas públicas de saúde no período pós-guerra, aperfeiçoava o seu sistema público e universal de saúde. A partir das tentativas de lidar com o uso problemático de morfina e heroína, e os tratamentos ineficientes ligados às síndromes de abstinência que interferiam na completa adesão dos pacientes, foi criado um comitê para discutir essa problemática. Os resultados deram origem ao relatório *Rolleston*, publicado em 1926. O documento recomendava a administração de morfina e heroína, sob supervisão médica, como alternativa à retirada brusca dessas drogas. Surgia, assim, a terapia de substituição, inaugurando um leque de estratégias de Redução de Danos (Petuco, 2016; Domanico, 2021).

No ano de 1984, em Amsterdã, na Holanda, situações relacionadas ao medo de funcionários de uma farmácia em atender usuários de drogas injetáveis, e a preocupação com uma possível epidemia de hepatite B, estimularam uma associação

de ex-usuários de drogas na criação de um projeto de troca de seringas. Apoiados pelo Serviço Municipal de Saúde, o trabalho foi ampliado para outros locais. Surge aqui um movimento de redução de danos à saúde associado às drogas injetáveis, possibilitando a incorporação desses usuários aos serviços de saúde (Petuco, 2016; Domanico, 2021).

Segundo Rolim (2021), a Redução de Danos chega ao Brasil em 1989, com uma ligação estreita às políticas públicas de HIV/AIDS, a partir de um programa de troca de seringas implementado pela Secretaria Municipal de Saúde da cidade de Santos-SP. A ideia era: se o usuário não consegue abandonar o uso de drogas, que não se contamine pelo compartilhamento de seringas e agulhas no uso de drogas injetáveis. O projeto causou bastante polêmica, pois muitas pessoas consideravam que havia um incentivo ao uso de drogas, o que ocasionou em sua interrupção. Já no transcorrer da década de 1990, cerca duzentos programas desse tipo se espalharam pelo Brasil (Surjus; Formigoni; Gouveia, 2018).

É curioso perceber que, nesse percurso histórico da Redução de Danos, identificamos a participação social no desenvolvimento de políticas públicas aos usuários de drogas. E é a partir desse entendimento que as políticas relacionadas ao proibicionismo resultam em efeitos deletérios que a RD surge como uma luta de determinados grupos que pressionam seus representantes governamentais para a criação de políticas públicas participativas e horizontais a fim de contemplar as potências e vulnerabilidades dos indivíduos (Prado; Vicente; Lopes, 2023). Esse cenário se confirma com um documento chamado *Carta de Santos*²⁶, no qual encontramos a seguinte informação sobre a situação da Redução de Danos no Brasil:

[...] a RD continua se reinventando no Brasil graças à situação de organizações da sociedade civil, organizações de pessoas que usam drogas, iniciativas públicas locais e acadêmicas comprometidas com a defesa da vida e dos direitos humanos (Plenária..., 2024, p. 2).

Pensando numa perspectiva integral de prevenção ao vírus HIV e outras doenças, o Ministério da Saúde contempla a Redução de Danos como uma das estratégias dentro das diretrizes de prevenção combinada a usuários de álcool e outras drogas. Cabe acrescentar que no documento *Carta de Santos*, emitido em 2024, umas das advertências apresentadas foi a urgente retomada da abordagem

-

²⁶ Documento aprovado pela Plenária do Seminário Internacional de Redução de Danos, realizado de 6 a 8 de dezembro de 2024, na cidade de Santos-SP, que expressa a síntese do que circulou como demandas e urgências do campo da Redução de Danos no Brasil.

dentro das recomendações da prevenção combinada, mostrando que atualmente algum recrudescimento vem ocorrendo.

Autores como Prado, Vicente e Lopes (2023) trazem uma discussão interessante sobre as potencialidades da Redução de Danos como política pública, demonstrando sua grandiosidade, que parte de uma visão sobre o fenômeno das drogas, ampliando o olhar para além do uso em si. De acordo com os autores, "a questão não pode ser tratada apenas como campo da saúde, mas sim como pauta garantida de direitos" (Prado, Vicente, Lopes, 2023, p. 17), para que seja interrelacionada, atue em rede e seja pautada numa perspectiva que afaste estigmas e visões preconceituosas. Os autores se arriscam ainda a apontar a Redução de Danos como perspectiva de vida e visão de mundo.

Ainda sobre os insucessos das políticas hegemônicas da guerra às drogas e refletindo sobre a RD no contexto brasileiro, do seu início até agora, MacRae (2021) reafirma que, na década de 1980, por conta da urgência relacionada a epidemia de HIV/AIDS e outras infecções transmissíveis, a atenção ao enfoque biopsicossocial²⁷ começou a se estabelecer, ampliando as pesquisas dentro do tema. Em consequência, ao invés de pensar numa busca quase impossível de fim das drogas, MacRae (2021) mostra a importância se considerar os contextos socioculturais de uso.

Coelho (2019) reafirma esse entendimento quando, ao apontar os fracassos das políticas proibicionistas, somados ao aumento dos estudos socioantropológicos na área de saúde, percebe avanços relacionados às novas formas de compreender o consumo de psicoativos. Discutir os caminhos do proibicionismo e os efeitos da guerra às drogas na sociedade é importante para identificarmos sua presença nas políticas públicas e entendermos sua influência na área de educação e drogas. Da mesma forma, julgamos importante discutir os alinhamentos da Redução de Danos e sua aproximação na construção de uma Educação para as Drogas, assim como iniciamos a discussão anteriormente.

Mas, no âmbito do ensino, vem sendo observado que o tema tem sido discutido com um predomínio de práticas focadas na visão proibicionista. Podemos afirmar ao encontrar a capilaridade do programa presente em todos os estados do Brasil, o PROERD²⁸. O Programa Educacional de Resistência às Drogas é uma adaptação criada pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, em 1992, a partir de uma

²⁷ Conceito que interliga três dimensões da existência humana: a biológica, a psíquica e a social.

²⁸ Site Oficial do PROERD Brasil: https://www.proerdbrasil.com.br/oproerd/oprograma.htm.

versão estadunidense chamada Drug Abuse Resistence Education. Com o lema "Manter Nossas Crianças Longe das Drogas"29, o PROERD atua com propostas voltadas para estudantes de todo ensino fundamental e suas famílias, na linha do combate às drogas e discursos de abstinência.

Cabe relembrar que, na mesma década de 1990, tivemos um marco histórico: a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Básica, que contemplam a saúde como tema transversal às disciplinas. O documento orientador de ações pedagógicas traz um enfoque de minimização de danos, aproximando-se da abordagem da Redução de Danos. Assim, de certa forma, avistamos um caminho que autorizou os professores de diferentes áreas a utilizarem essa abordagem em seu trabalho pedagógico (Coelho, 2019).

Mais recentemente, em contraponto, nos atentamos para a questão trazida por Machado (2023) de que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - o grande balizador dos currículos escolares na atualidade – aponta a temática das substâncias psicoativas de forma bem pontual e somente no ensino fundamental³⁰. Visto que os PCN perderam sua força, uma simplificação aparente se apresenta.

A partir das discussões de mundialização do comércio e do combate às drogas ilícitas aqui tratadas, Silva e Coelho (2023) endossam que a violência rege as relações entre os indivíduos e o uso de substâncias psicoativas, afetando o dia a dia das pessoas envolvidas, resultado de políticas antidrogas que evitam a experiência de uso e se construíram historicamente em discursos médicos ou repressivos como justificativas para o controle dos indivíduos.

A ideia de que as drogas são inimigas número um do mundo contemporâneo, só reforçam os estigmas em relação à figura do usuário (Acselrad, 2005). O uso abusivo e recreativo de drogas faz parte do cotidiano de crianças, jovens e adultos, referindo-se sobretudo a práticas lúdicas de uso, gerando uma preocupação social que se reflete nos processos educativos, necessitando da devida atenção (Silva; Coelho, 2023).

"Desde que as drogas se tornaram uma questão de saúde pública, elas têm participado dos currículos escolares sempre na lógica da prevenção das doenças causadas pelo consumo de drogas" (Silva; Coelho, 2023, p. 4069). Essa fala se

https://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34829.

Informação disponível Ministério site do da Educação:

³⁰ Dentre as habilidades presentes na BNCC, o descritor EF06CI10 do 6º ano de ensino fundamental aponta: explicar como o funcionamento do sistema nervoso pode ser afetado por substâncias psicoativas.

concentra em um ponto histórico importante da construção das políticas sobre drogas no mundo. Quando a Organização das Nações Unidas determinou o uso problemático de drogas como uma questão de saúde pública, abriu caminho para iniciativas educativas centradas na prevenção (Coelho; Silva, 2024). Assim, os projetos de prevenção em espaços educativos, com a forte influência do proibicionismo, assumiram um contorno de prevenção a doenças, no sentido de evitar o contato com a droga, como um mal que leva necessariamente a uma situação de mazela. Essa forma de trabalho compromete a eficácia da Educação para as Drogas por desconsiderar sua complexidade.

Incluindo a Redução de Danos no contexto, problematizamos o encontro com a promoção de saúde, visto que devemos considerar os diversos contextos de uso. Nem todas as formas de consumo são problemáticas. Algumas pessoas podem não conseguir ou não querem interromper o consumo. Assim, a Educação para as Drogas pode fluir de forma mais flexível no quesito de que o foco de atenção não é a prevenção em seu sentido *strictu sensu* e sim no uso abusivo (Silva; Coelho, 2023). A Redução de Danos deve compactuar intervindo tanto no ramo da prevenção, de forma a considerar os diferentes contextos de uso, quanto na promoção da saúde, incluindo todas as cenas de uso das substâncias psicoativas. Isto é, sem considerar a abstinência total como finalidade única e priorizando a abertura de espaços de diálogo que não estejam voltados apenas para os efeitos ligados à ação das drogas no sistema nervoso central, justamente por não abraçarem a complexidade das questões ligadas ao temário. São práticas que buscam informar ao invés de acolher os indivíduos em práticas abusivas (Coelho; Silva; Monteiro, 2020).

Coelho, Silva e Monteiro (2020) chamam a atenção para a RD numa perspectiva compreensiva, nunca permissiva. Entendendo contextos sociais diversos e de vulnerabilidades, não somente individual, mas também social. Assim, a Educação para as Drogas voltada para autonomia assume contornos de uma educação crítica e mais democrática.

2.3 Do audiovisual às audiovisualidades: produção do vídeo estudantil³¹

Surgido há pouco mais de cem anos, o cinema mistura suas intenções científicas e de entretenimento, mas com claras influências comerciais. Visto também como obra de arte e documento histórico, a sétima arte utiliza de seus recursos para apresentar representações da realidade e outras ideias mais amplas e criativas de produção no mundo (Fresquet, 2021). Para a autora, surge também um espectador que assume formas particulares de ver essas imagens em movimento.

Vejamos como Fresquet (2021) percebe a relação entre esse tipo específico de espectador e a obra produzida nos contextos atuais:

[...] repousa na tensão entre crença e a dúvida de quem está filmando, o que e como está filmando, pra quem, o porquê, com quais recursos, entre outras questões, que se ressignificam com as modificações dos próprios dispositivos de captura e projeção de imagens, alterando os processos de leitura e uma certa produção de modos de ver, pensar e viver (Fresquet, 2021, p. 16).

Sabemos que as imagens produzidas no cinema estão presentes nas escolas há algum tempo. Na maioria das vezes, introduzidas pelos professores com diferentes possibilidades de uso pedagógico ou até como tapa-buraco. É importante percebermos a dimensão colonizadora do cinema que se constrói através de narrativas e culturas próprias hegemônicas e, muitas vezes, curva-se ao mercado, minimizando as forças artísticas dessa linguagem. Sobre a origem do cinema e sua chegada às Américas, podemos observar que "[...] seus efeitos pedagógicos são indissociáveis do pensamento eurocêntrico e de seus dispositivos de dominação" (Fresquet, 2021, p. 16).

Atualmente, o audiovisual está disponível em diversos e diferentes tipos de telas, moldando nossa subjetividade e construção de valores. A produção de imagens acontece em diversos ambientes — espaços formais e não formais de educação, na publicidade, nas câmeras presentes em residências, empresas, shoppings e outros espaços públicos, por ruas e avenidas, até mesmo em exames médicos. Sem contar a infinidade de vídeos presentes em plataformas como o *Youtube*. Nesse contexto de acesso, existe uma crença velada nas imagens e uma tendência a identificá-las com o mundo e agir como elas (Fresquet, 2021). A esse cenário, somamos a facilidade de acesso a recursos tecnológicos diversos, destinados à produção de audiovisual.

_

³¹Parte desta seção do referencial teórico está presente no artigo: MIRANDA, F. S.; COELHO, F. J. F. Audiovisualidades na Educação para as Drogas: possibilidades educativas no ensino em Biociências e Saúde. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 1-16, 2024. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/9/audiovisualidades-na-educacao-para-as-drogas-possibilidades-educativas-no-ensino-em-biociencias-e-saude. Acesso em: 20 jan. 2025.

Identificamos novos rumos entre as posições tomadas por espectadores e produtores de audiovisual.

Avançando na discussão sobre a presença do cinema na educação e as tecnologias que favoreceram seu uso nas escolas, vale lembrar que as possibilidades de transferência das obras cinematográficas das chamadas películas para diversos outros formatos disponíveis – como VHS, DVD, plataformas de vídeos gratuitos e de *streaming* – permitiram o uso de filmes em ambientes escolares com maior facilidade e rapidez.

Já sabemos que os termos "vídeo" e "cinema" estão enquadrados na perspectiva do audiovisual e, segundo Pereira e Dal Pont (2023), normalmente na escola, o termo vídeo é mais utilizado. A expressão "audiovisual" auxilia o professor, pois aproxima a sala de aula do cotidiano do aluno, mobilizando os conhecimentos, a sensibilidade, a intuição e as emoções, atuando como forma de potencializar e contribuir no processo de ensino-aprendizagem.

É importante que, numa abordagem pedagógica em que o professor escolha ver ou produzir um vídeo com os estudantes, ele esteja atento à importância da sua mediação no desenvolvimento do trabalho. Propondo leituras para além do lazer ou do interesse quase que natural pelo uso de câmeras do telefone celular e programas de edição de imagens disponíveis gratuitamente. Procurando articular o que se quer discutir com os estudantes, como o que o uso dessas ferramentas pode proporcionar: integração de linguagens e de conhecimentos de diferentes áreas, consideração aos conhecimentos prévios dos alunos, estímulo à interação entre os participantes, participação colaborativa, entre outros. Fazendo essa ponte bem direcionada entre razão e emoção, o uso de vídeos pode contribuir para uma educação dialógica, participativa e crítica (Morán, 1995; Ferrés, 1996; Napolitano, 2019).

Morán (1995) e Ferrés (1996) nos apresentam diferentes propostas e modalidades de utilização didática de vídeos. Deste modo, trazemos para o centro da discussão a produção de vídeos estudantis como exemplo do que os autores chamam de vídeo como expressão ou videoprocesso. Nessa modalidade, o uso da câmera possibilita uma situação em que os estudantes são criadores — sujeitos ativos. Acontece, assim, o incentivo à participação, o estímulo à criatividade, ao compromisso e o dinamismo de ações — aluno como protagonista —, favorecendo a mobilização de grupos, da turma, da escola e do bairro. Há participação em atividades coletivas que podem desencadear processos de aprendizagem ligados à pedagogia da autonomia, esta mediada pelo processo de produção dos vídeos pelo desenvolvimento de uma

educação dialógica que se configura entre sujeitos. Professor e alunos aprendem trocando suas experiências e saberes.

Continuando nessa linha de discussão sobre a utilização de vídeos em ambientes escolares, no contexto de produção que envolve relações dialógicas entre professores, estudantes e seus conhecimentos como forma de desenvolver uma educação voltada para autonomia, retomamos o entendimento que, neste trabalho, utilizamos o termo "vídeo estudantil". Proposto por Pereira e Dal Pont (2021), o termo denomina a ação realizada dentro do espaço escolar com mediação do professor, possibilitando ao aluno a utilização do conhecimento adquirido nas vivências e experiências com intencionalidade pedagógica e em diálogo entre as mídias e os conteúdos do processo educacional. Unindo essa literatura sobre os caminhos do uso de equipamentos do audiovisual, como ferramenta pedagógica, através da abordagem de produção de vídeos estudantis, conseguimos observar como podem contribuir no desenvolvimento de uma educação para a autonomia.

Retornando ao conceito de audiovisualidades, visto como um termo contemporâneo e inovador, ele aparece como uma reinvenção do discurso sobre o audiovisual, feito por experiências de convergências midiáticas que vêm produzindo transformações em nossa sociedade, a ponto de mudarmos nossa posição de audiência para produtores. Uma perspectiva bem distinta da que tínhamos tempos atrás – emissão e recepção (Kilpp, 2012; Rincón, 2013).

Essas mudanças ligadas às questões de técnicas de produção e recepção de imagens reverberam na escola e vêm transformando a relação ensino-aprendizagem. O modelo educativo tradicional centrado no emissor (produtor), que considera o espectador como receptor passivo, não considera os conhecimentos prévios dos estudantes e as suas realidades de vida, focando numa aprendizagem mecanizada, fundamento preconizado na educação bancária.

O cinema e a televisão são considerados a marca da comunicação social do século XX e da primeira parte deste século. A partir de seus conhecimentos, podemos refletir sobre a presença da *internet*, das redes e do digital no audiovisual. Rincón (2013) reforça que esses meios, principalmente a televisão, constituem grande parte do consumo da cultura popular, encontrando o entretenimento como o verdadeiro valor. Mas a sociedade vem passando por uma transformação no acesso e no uso dessas mídias, resultado de um compartilhamento tecnológico.

"A experiência audiovisual atual, consiste em praticar a multiplicidade de telas, porque cada tela toma uma forma distinta de narrar/expressar/desfrutar" (Rincón,

2013, p. 27). Sabemos que cada tela possui seus próprios modos de produção e apropriação, trazendo em comum a possibilidade de contar histórias para produzir experiência-rede, cumprindo um papel de narrar em convergência, cada uma na sua própria maneira, respeitando as especificidades de cada mídia (Rincón, 2013).

Essa multiplicidade de uso de telas nos disponibiliza diversas formas de interação com a linguagem audiovisual. Deixamos de ser somente espectadores, tomando outras posições: seguidores, produtores de ideias, pessoas que curtem ou simplesmente compartilham. Passamos a nos expressar em rede, somos idealizadores, produtores, editores e divulgadores. Interagimos diferentemente com esses conteúdos disponibilizados em múltiplas plataformas, isto é, a qualquer momento e, muitas vezes, com acesso facilitado.

O conceito de audiovisualidades vem sendo pesquisado e utilizado pelo grupo de pesquisa Audiovisualidades e Tecnocultura, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)³², centrado nas questões que envolvem as diferentes mídias nos processos de globalização das culturas. No "Manifesto Audiovisualidades", Silva, Rossini, Rosário e Kilpp (2009) apresentam as três principais dimensões do audiovisual em que suas pesquisas estão focadas. Apesar de inter-relacionados, o nosso contexto de estudo baseia-se principalmente na dimensão que trata da convergência de formatos, suportes, tecnologias e hibridismos na produção audiovisual no cinema, televisão, vídeo e mídias digitais, como a internet.

Em suas pesquisas sobre audiovisualidades da tecnocultura, Kilpp (2012) apresenta atualizações ligadas às diversas formas de uso e apropriação de vídeos e imagens dos mais diferentes tipos e com as mais variadas funções. Disponibilizados na *internet* em diversos locais de compartilhamento, esses vídeos podem – em algum momento – se inserir em alguma mídia de massa, nos fluxos da *internet* ou em mídias móveis. Por fim, Kilpp (2012, p. 225) apresenta os dispositivos contemporâneos do olhar como a abolição de qualquer fronteira que delimite "saberes, poderes e subjetividades num limiar do audiovisual".

Essas formas de convergência de imagens, unidas pelos diversos usos de telas, encenam o incremento das subjetividades e o ativismo que influenciam no processo de comunicação (Kilpp, 2012; Rincón, 2013). Assim, podemos identificar novas possibilidades de uso do audiovisual através de diferentes olhares e possibilidades. Essas novas formas de comunicação reverberam dentro das escolas.

51

³² Site do grupo de pesquisa Audiovisualidades e Tecnocultura: https://www.tecnoculturaaudiovisual.com.br/fundamentos-do-grupo/.

"Uma nova narrativa que vem da colaboração, da troca emocional, da experiência de se estar em comunidade" (Rincón, 2013, p. 34).

Já identificamos anteriormente que discutir a questão das drogas possui certa complexidade. Desse modo, problematizamos que um caminho para se debater a Educação para as Drogas de uma forma mais contextualizada com a realidade social dos educandos seria ampliando as formas de dialogar com o público escolar, sem esquecer das questões multidisciplinares que permeiam o temário. Coelho (2019), ao refletir sobre o termo espaços de diálogo como possibilidade – física ou não – de realização de comunicação através do diálogo entre pessoas do ambiente escolar (professores, alunos, familiares, pessoal de apoio), propõe uma ampliação para espaços de diálogo e aprendizagem. Propostas pedagógicas que ocorram através da interação entre os agentes – estudantes/estudantes e estudantes/professor – podem favorecer uma aprendizagem socialmente construída, fortalecendo uma postura mais autônoma dos sujeitos (Coelho, 2019).

Pensando em conjunto com Kilpp (2012) e Rincón (2013), analisar os audiovisuais que tratam da temática das drogas nos apresenta uma proposta de pesquisa a partir das audiovisualidades. Justamente por entendermos que essas produções foram realizadas em colaboração entre estudantes e seus professores, num contexto em que esses agentes são praticantes das audiovisualidades contemporâneas, na medida que recontam seus cotidianos utilizando aparelhos celulares, câmeras, microfones, computadores, capturam e editam imagens e sons disponíveis em banco de dados gratuitos, eles reeditam e transmitem em *sites* de postagem de vídeos, a fim de contar suas próprias histórias.

2.4 O dialogismo de Bakhtin

Nesse roteiro complexo da comunicação no contexto das audiovisualidades, achamos importante trazer para a discussão a noção de enunciado apresentada por Mikhail Bakhtin enquanto parte da cadeia comunicativa que se processa numa relação dialógica (dialogismo). Esta se constitui numa resposta ou posicionamento ao que já foi dito antes, através das representações que o indivíduo tem, como produtos de nossa história (Bakhtin, 2014). Para o autor, o diálogo é construído no contexto das relações socioculturais, influenciado por forças sociais e consciência ideológica. A comunicação verbal, inseparável de outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e resistência, adaptação ou oposição à hierarquia e

estabelecimento de relações de poder através da utilização da língua. Nessa concepção, o dialogismo é concebido numa dimensão social, sendo a linguagem constituída como um fato social.

Como apresentado em uma de suas mais conhecidas obras, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicada originalmente em 1929, o autor deixa bem claro a necessidade de se abordar nos estudos da linguagem questões ligadas ao marxismo e também praticamente todos os domínios das ciências humanas, numa visão unitária e de vanguarda para sua época. Muito além de tentar descrever um método de análise linguística, o livro trata sobre as relações entre a linguagem e a sociedade, demonstrada sob o signo da dialética do signo, enquanto efeito das estruturas sociais. Valorizando a fala, a enunciação, como fator ligado às condições de comunicação e como um fenômeno social, sendo o primeiro a abordar o signo e a enunciação, postos como de natureza social, discutindo questões de como a ideologia determina a linguagem (Bakhtin, 2014).

Quando temos um signo, observamos uma tendência sempre variável e flexível que se modifica no contexto de uso: levando em conta o ponto de vista do locutor e do receptor. O último descodifica o signo, entendendo como recebeu o texto — num contexto concreto e preciso — e compreende sua significação numa enunciação particular, conferindo um caráter particular de novidade, determinando ao signo um caráter de natureza viva e móvel. Dentro da realidade dialógica, esse ouvinte, ao compreender o significado linguístico do discurso, ocupa em relação a ele uma ativa posição responsiva (Bakhtin, 2011; 2014).

Pensando no caráter ideológico do signo como instrumento de comunicação, cabe uma breve explanação sobre a noção de signo apresentada por Bakhtin. O autor afirma que o signo é ideológico e que, sem signo, não há ideologia. O domínio ideológico coincide com o domínio dos signos, ou, melhor dizendo, são correspondentes. Entendendo essas relações no estudo da filosofia da linguagem, para Bakhtin, a compreensão é uma resposta a um signo, por meio de signos — deslocando-se de signo em signo para um novo signo —, elo de natureza semiótica, material. Essa cadeia ideológica se dá de consciência individual em consciência individual. Os signos emergem no processo de interação entre uma e outra — que estão repletas de signos. A consciência se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico), o que acontece no processo de interação social (Bakhtin, 2014).

A consciência só pode surgir como realidade mediante a encarnação material em signos, os quais são criados por grupos organizados no contexto das relações sociais. Assim, a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais. As leis que regem essa realidade são as leis da comunicação semiótica, determinadas pelo conjunto das leis sociais e econômicas. A existência de um signo nada mais é do que a materialização dessa comunicação. Essas influências dadas no espaço semiótico e a comunicação social aparecem constituídas na linguagem (Bakhtin, 2014).

A palavra tem função de signo, como modo mais puro e sensível de relação social. Ela penetra em todas as relações entre os indivíduos – nos encontros políticos e na vida cotidiana –, sendo tecida por uma multidão de fios ideológicos. Funciona como indicador mais sensível de transformações sociais, por apresentar meios de mudança que ainda não adquiriram a qualidade de uma nova forma ideológica. Servindo como objeto fundamental do estudo das ideologias, é a sua função enquanto signo ideológico que interessa em nossas discussões (Bakhtin, 2014).

No estudo da filosofia da linguagem, a concretização da comunicação no contexto da vida é realizada por meio da relação entre as ideologias e os signos existentes. No estudo do diálogo e da enunciação (como ato de fala) é importante considerar que cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso e cada grupo de formas pertence a um mesmo gênero. Bakhtin (2014) considera que existe uma unidade orgânica que nada pode destruir a relação entre as formas de enunciação, as formas comunicação e o tema.

O emprego da língua se dá em forma dos enunciados, essas unidades de comunicação discursiva, sendo resultantes de uma relação dialógica, irreprodutível e única. A associação entre os enunciados constitui o discurso humano, configurado nessa construção socioideológica. Nossos enunciados estão impregnados de outros anteriores e a comunicação se dá a partir desta interação entre eles (Bakhtin, 2014).

Existe uma ligação entre o uso da linguagem e os diversos campos da atividade humana. Assim, encontramos variáveis formas de uso, correspondentes aos inúmeros campos de atividade humana, no entanto, isso não exclui a unidade nacional da língua. O uso da língua pelos diferentes integrantes de cada área se realiza na forma de enunciado – concreto e único – dentro das finalidades e especificidades de cada campo de atividade. Nessa linha de pensamento, na constituição dos enunciados, encontramos uma ligação entre três elementos que definem a especificidade de um

determinado campo da comunicação, são eles: conteúdo temático, construção composicional e estilo (Bakhtin, 2011).

Cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, o que chamamos de gêneros do discurso, os quais, devido às inesgotáveis possibilidades da atividade humana, possuem grande riqueza e diversidade. Por conta dessa grande heterogeneidade (breves réplicas do diálogo do cotidiano, relatos do dia a dia, documentos oficiais e manifestações científicas ou literárias), os gêneros do discurso vão se diferenciando e se ampliando, tornando-se complexos, e organizam os conhecimentos sociais de uma determinada maneira, associados às intenções dos seus locutores (Goulart, 2009).

A partir desta constatação, considerando a extrema heterogeneidade dos gêneros e a dificuldade em definir a natureza geral do enunciado, Bakhtin (2011) destaca a importância de se atentar para a diferença essencial entre gêneros discursivos primários (simples) e secundários (complexos). Esses últimos nascem nas relações complexas de convívio cultural, relativamente muito mais desenvolvidas e organizadas, geralmente relacionadas à escrita (pesquisas científicas, romances, dramas). No caminho de sua formação, os gêneros secundários incorporam e reelaboram diversos gêneros primários, transformando-os. Os gêneros primários, ligados ao cotidiano, nessa mudança, perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios (Goulart, 2009). O que nos leva à busca do entendimento de como se dão as interações discursivas na produção do vídeo estudantil dentro do contexto que envolve as orientações do edital do concurso, das pesquisas sobre drogas, da relação com o professor e os conhecimentos do cotidiano dos estudantes.

Faz-se necessária, portanto, uma noção precisa "da natureza do enunciado em geral e das particularidades dos diversos tipos de enunciados (primários e secundários), isto é, dos diversos gêneros do discurso" (Bakhtin, 2011, p. 264). Entendemos, assim, que esses conhecimentos são necessários a qualquer análise linguística que reconheça as relações entre a língua e a vida.

Como nossas análises se realizaram a partir da utilização de textos oriundos da análise documental, de transcrições de vídeos estudantis e de entrevistas com professores, que apresentam enunciados produzidos nas relações dialógicas e de interação social construídas dentro do espaço escolar, buscamos incluir neste referencial teórico questões necessárias que ajudassem a refletir sobre o estudo da

linguagem, na ótica de Bakhtin, em consonância com outros colaboradores integrantes do seu círculo (Volochínov e Medviédiev). Contribuições que ajudam a refletir sobre a produção desses textos e sua construção na concepção de dialogismo dentro da análise do discurso pautada nas contribuições desses autores.

O texto, enquanto enunciado, possui dois fatores que o determinam: seu projeto (a intenção) e a execução desse projeto — a inter-relação dinâmica entre eles imprime o caráter do texto. Para Bakhtin (2011), essa relação dialógica dos enunciados presentes nos textos, sejam eles orais ou escritos, demonstra que o uso da língua não é visto como um sistema abstrato de signos, nem como expressão do pensamento individual. Eles pertencem a sujeitos que participam de vários contextos da prática humana. Portanto, tomamos o texto como forma de comunicação e dado primário no estudo das ciências humanas, assumindo que todo texto possui um autor que fala, escreve com uma intenção, construindo a materialidade da língua, somada às forças históricas, sociais e ideológicas que elaboram o sentido e pensam o interlocutor a quem quer atingir (Bakhtin, 2014).

Ancorado na concepção dialética marxista, Bakhtin (2014) diz que a língua é uma sequência evolutiva ininterrupta e critica a ideia da língua como um sistema abstrato, apresentada num contexto imutável, justamente por caminhar numa corrente evolutiva contínua. No momento em que estamos escrevendo, já ocorrem modificações na língua, visto que, como os sistemas de normas sociais estão sempre se transformando, as normas linguísticas, que a princípio parecem imutáveis, estáticas, sofrem influência do meio. Para compreender a consciência linguística do locutor ou do receptor, não devemos focar no sistema abstrato de normas de língua, pois as formas linguísticas só se apresentam para o locutor no contexto de enunciação. Nesse processo, considera-se o contexto ideológico. O que pronunciamos não são somente palavras, são palavras carregadas de conteúdo ideológico e/ou vivenciado.

Por fim, consideramos os referenciais teóricos apresentados nesta seção como base para contemplar as análises dos dados, ajudando a interpretar e justificar as reflexões desta pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Frente aos objetivos de organizar um resgate do contexto histórico e políticoorganizacional, a fim de dar suporte para identificar, analisar e compreender em documentos e entrevistas as abordagens pedagógicas proibicionistas e de Redução de Danos de estudantes, professores e coordenadores participantes do Concurso Audiovisual Tirando a Droga de Cena, nossa pesquisa se caracterizou por um estudo qualitativo do tipo exploratório.

De acordo com Minayo (2014), este delineamento se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões — produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem. Isto é, investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, histórias sociais sob a ótica dos atores e de relações. Em estudos qualitativos, os diversos tipos de dados podem ser levantados de diferentes formas.

A pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema, tendo o objetivo de explicitá-lo ou construir hipóteses, aprimorando ideias ou a descoberta de intuições. Na maioria das vezes, envolve procedimentos técnicos, como levantamento bibliográfico, documental ou entrevistas a pessoas com experiências práticas relativas ao problema pesquisado (Gil, 2002).

Sobre o que diz Creswell (2007) em relação a estratégias de investigação na pesquisa qualitativa, resolvemos adotar como procedimento técnico de coleta de dados uma abordagem documental somada a entrevistas semiestruturadas.

Segundo Gil (2002), a pesquisa documental, além de se constituir como fonte de baixo custo de realização – apesar de demandar grande tempo dispensado pelos pesquisadores –, oferece uma série de vantagens ligadas ao fornecimento de dados ricos e estáveis, justamente por perdurarem ao longo do tempo, oferecendo importantes referências históricas sobre o objeto de estudo. Esse material pode surgir em diferentes formatos: documentos públicos, como atas de reuniões e encontros, relatórios, planilhas, diários oficiais, jornais, revistas, programas de rádio, *podcasts* e vídeos diversos (Gil, 2002).

Isto posto, esta seção foi dividida em três partes, a saber: Universo de estudo (3.1); Instrumentos e estratégias de coleta de dados (3.2); Tratamento, análise e interpretação dos dados (3.3).

3.1 Universo de estudo

Nosso principal universo de estudo foi o Concurso Tirando a Droga de Cena, criado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro a fim de fomentar a reflexão na temática das drogas em escolas públicas de sua Rede. Inicialmente, através da elaboração de textos teatrais e, posteriormente, com a produção de vídeos estudantis. O que nos motivou pela pesquisa documental foi a percepção de que o desenvolvimento desse projeto gerou um material diverso, o qual utilizamos como parte de nossos estudos.

Identificando o número de escolas, alunos e professores pertencentes à Rede Municipal de educação estudada, a quantidade de vídeos produzidos ao longo dos anos de existência do Concurso TDC, acrescentando a questão do prazo disponível para elaboração de uma dissertação de mestrado, tornou-se necessário estabelecer um recorte que fosse, ao mesmo tempo, significativo para o objetivo da pesquisa e exequível dentro das condições reais de trabalho.

Escolhemos analisar vídeos colocados em primeiro lugar dentro de um recorte temporal (2014 a 2019), isto é, os seis últimos anos em que o Concurso TDC aconteceu em formato de concurso audiovisual. O que também, por uma questão temporal, facilitou a coleta dos vídeos de interesse.

Entre 2014 e 2016, as obras eram julgadas por júri próprio (profissionais diversos). Nos anos de 2017, 2018 e 2019, esse mesmo grupo definia três produções por cada categoria estabelecida em edital e esses eram escolhidos em primeira colocação, via júri popular na *internet*. Deste modo, elencamos vinte e cinco produções audiovisuais, sendo que apenas uma não foi encontrada.

Além da pesquisa documental, participaram como agentes desta pesquisa cinco professores que, dentro do mesmo recorte temporal estabelecido, orientaram seus estudantes na produção de vídeos vencedores e uma professora coordenadora do TDC. Essas informações serão amplamente detalhadas a seguir e na seção de Resultados e Discussão.

Visto que uma etapa da coleta envolve a participação de seres humanos, encaminhamos o projeto inicial ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/IOC/FIOCRUZ) para ser analisado. A aprovação foi obtida através do parecer consubstanciado nº 6.600.930 (Anexo B). Todas as normas e orientações deste CEP foram seguidas e os documentos pertinentes a tal aprovação são apresentados nos anexos desta dissertação.

3.2 Instrumentos e estratégias de coleta de dados

Em nossa pesquisa para a concretização do resgate histórico, consultamos registros documentais, a partir da captura de materiais e informações disponíveis na *internet*, como: publicações em Diários Oficiais, *sites* da Prefeitura, Empresa Municipal de Multimeios da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (MultiRio) e *podcasts*. Alguns documentos foram disponibilizados por professores da Rede que foram contactados na pesquisa.

Como fontes de coleta do material audiovisual, utilizamos a plataforma de vídeos *Youtube*, o *site* da MultiRio e arquivos e *link*s cedidos por coordenadores e professores participantes do Concurso TDC.

Foram separadas as produções audiovisuais, escolhidas em primeiro lugar por júri próprio e popular, em cada categoria (1º e 2º segmentos do ensino fundamental, EJA e Centros de Pesquisa e Formação em Ensino Escolar de Arte e Esporte, também chamados de Núcleos de Arte e projetos de reforço escolar).

A fim de compreender sobre as práticas educativas da Educação para as Drogas presentes nas falas de professores e da coordenadora participantes do Concurso TDC, as entrevistas surgem como possibilidade de coletar dados de um grupo restrito de indivíduos e têm como vantagem a interação entre o pesquisador e o participante da pesquisa — permitindo que o primeiro direcione a linha de questionamento. Configura-se como uma alternativa de buscar contextos históricos, mapeamento de práticas, crenças e valores de universos sociais específicos, obtendo informações consistentes que ajudam a descrever e entender a lógica que gera as relações formadas em um determinado grupo, permitindo que se faça uma análise de como os sujeitos percebem e significam sua realidade, o que fica mais difícil de conseguir com outros instrumentos de coleta (Duarte, 2004; Creswell, 2007; Costa; Costa, 2009).

Realizamos entrevistas de forma semiestruturada, o que, segundo Minayo (2014), combina perguntas fechadas e abertas, seguindo um roteiro pré-definido, mas permitindo que sejam exploradas hipóteses e pressupostos pensados no projeto que possam surgir durante a conversa (Minayo, 2014).

No projeto inicial aprovado pelo CEP, sugerimos como agentes, nesta etapa, cinco professores orientadores e três coordenadores – esses últimos profissionais seriam pessoas que atuaram de alguma forma na coordenação/organização em nível central da SME, dentro do projeto TDC.

Em ambos os grupos, conforme identificávamos os agentes e seus contatos, enviávamos uma carta-convite via mensagem eletrônica (*e-mail*) de forma individualizada, solicitando sua colaboração com a pesquisa (Apêndices A e B). Junto com a mensagem, os convidados recebiam, em anexo, um arquivo formato PDF contendo o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (Apêndice C) e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Som (Apêndice D) assinado pelos pesquisadores. Ademais, em forma de *link*, recebiam formulários eletrônicos *Google Forms* para confirmar a leitura e o aceite dos termos. As entrevistas só aconteceram após a resposta positiva e com as devidas autorizações assinaladas via os *links* enviados no corpo do *e-mail*.

Nessa dinâmica, um dos professores orientadores, após responder ao *link* de autorização, desistiu de participar – ação contemplada no TCLE, sem que seja necessária a justificativa. Repetimos o procedimento de convite a outro docente, completando, assim, o quantitativo previsto para esse grupo.

Em relação ao grupo de coordenadores, encaminhamos o convite para duas professoras, sendo que uma delas não respondeu ao *link* de autorização, inviabilizando a realização da entrevista. Tivemos mais duas tentativas frustradas de contato com pessoas desse grupo, o que nos levou a encaminhar a pesquisa de apenas uma coordenadora.

Os roteiros de entrevistas – um destinado à coordenadora (Apêndice E) e outro aos professores participantes (Apêndice F) – foram elaborados com a intenção de analisar, entre outros itens, os objetivos relacionados à Educação para as Drogas presentes no programa do Concurso TDC desde a origem do projeto, o que esses agentes pensam sobre as drogas, suas implicações e discussões na escola e qual a motivação/intenção em participar do concurso.

Realizamos videoconferências através da plataforma *Conferência Web* da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), etapa efetuada remotamente a fim de otimizar o tempo dos entrevistados. O procedimento foi gravado para posterior tratamento e análise das falas dos participantes. Durante esta escrita, os respondentes foram identificados por meio de pseudônimos, de modo a respeitar a privacidade e o anonimato do grupo.

3.3 Tratamento, Análise e Interpretação dos dados

Retomando o trabalho de Minayo (2014), quando a autora se refere às características de uma pesquisa qualitativa, aplicada ao estudo de produtos da interpretação humana como resultado de vivências e relações sociais, cabe ao pesquisador, segundo Creswell (2007), extrair os dados de textos e imagens, aprofundando-se com a possibilidade de interpretação do significado mais amplo dos dados coletados, identificando sentidos no material estudado.

Após assistirmos repetidas vezes as produções audiovisuais coletadas, as falas dos personagens foram transcritas, juntamente com a descrição das características de algumas cenas³³, as quais consideramos importantes nas análises da construção dos enunciados produzidos pelos produtores dos filmes.

Todo material textual produto dos vídeos foi tratado utilizando o Instrumento de Aferição Dual que, por contemplar pontos de análise quantitativos e qualitativos procedentes dos dois modelos preventivo-educativos aos quais estamos tratando (o proibicionismo e a RD), nos ajuda na classificação e no reconhecimento dos marcadores desses conteúdos presentes no material.

O Instrumento de Aferição Dual (Anexo C) sobre programas e materiais didáticos e paradidáticos em Educação sobre Drogas, proposto por Silva e Coelho (2022b), pode ser usado como ferramenta para assessorar na classificação e reconhecimento dos marcadores de conteúdos sobre drogas presentes nos materiais. A utilização deste instrumento, numa visão histórico-crítica, ajuda na apreensão das variações discursivas desses conteúdos, na percepção de hibridismos das abordagens e nas mudanças e manutenções de sentidos e finalidades (Silva; Coelho, 2022b).

Como já vimos, é possível perceber em muitos materiais didáticos e paradidáticos que tratam do tema das drogas um núcleo invariável de conteúdos comuns e frequentes, o que Silva (2019) chama de Currículo Mínimo Irredutível. Muito do currículo presente nesses materiais passa por uma forte interferência das ciências médicas, remetendo à área da saúde como grande influenciadora na produção desse conteúdo.

-

³³ Um dos vídeos vencedores do ano de 2016, categoria C, não foi encontrado em nossas fontes e, por isso, não fez parte das análises.

Retomando o procedimento de coleta das entrevistas a partir da realização e gravação com os professores e a coordenadora, realizamos a transcrição total das falas desses agentes da pesquisa.

Para fins de interpretação e análises do material coletado, tanto nos documentos oficiais como nos textos produzidos a partir da visualização dos vídeos e das entrevistas, assumimos como referencial metodológico conceitos presentes na literatura de Mikhail Bakhtin e outros referenciais teóricos citados ao longo deste trabalho. Brait (2006) afirma que Bakhtin não propôs formalmente uma teoria ou análise do discurso, mas seus escritos trouxeram inúmeras contribuições para o estudo da linguagem.

Desenvolvemos a análise do discurso baseada principalmente na perspectiva do dialogismo, atrelada à noção de enunciado enquanto parte da cadeia comunicativa que se constitui numa resposta ao que foi dito antes. Nesse encadeamento, o diálogo é constituído no contexto das relações socioculturais, influenciado por forças sociais e a consciência ideológica. Sendo assim, a ideia de dialogismo e as concepções ideológicas presentes nos enunciados apresentadas na literatura de Bakhtin e do Círculo serviram para analisar os dados obtidos a partir dos instrumentos de coleta. Entende-se, portanto, que o enunciado materializa a posição de professores, alunos e outros envolvidos no Concurso TDC, a partir das abordagens presentes em suas falas e produções audiovisuais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção, apresentamos os resultados e as discussões obtidas na pesquisa documental e nas entrevistas semiestruturadas com os professores, articulando com os referenciais teóricos e metodológicos que sustentam este estudo. A apresentação está organizada em três blocos: O Concurso Tirando a Droga de Cena – resgate histórico e contexto político (4.1); Os vídeos estudantis vencedores do Concurso TDC no período de 2014 a 2019 (4.2); Entrevistas semiestruturadas (4.3).

4.1 Concurso Tirando a Droga de Cena: resgate histórico e contexto político

A pesquisa documental se apresenta como etapa fundamental para atingirmos os dois primeiros objetivos específicos propostos. Julga-se importante destacar no início deste bloco que encontramos certa dificuldade em conseguir os registros documentais (editais, relatórios de trabalho, publicações em mídias oficiais diversas, repositório de vídeos, entre outros), para traçarmos um caminho histórico da trajetória do Concurso TDC. Acreditamos que esse fato ocorre não somente pela aparente descontinuidade do trabalho, como também pela falta de centralização das ações do programa dentro da estrutura da Prefeitura, além da aposentadoria e afastamento de pessoas envolvidas nas atividades e dificuldade de contato com os setores pelos quais o concurso passou.

Assim sendo, algumas informações e documentos foram conseguidos em contato direto com escolas, entrevistas com professores orientadores e coordenadores, pelo *site* da MultiRio e canais do *Youtube* (pessoais e da Prefeitura). Referente a essa situação, abrimos um comentário ligado a questão das audiovisualidades e seus praticantes: muitos desses docentes, principalmente os que já têm costume de trabalhar com produção de vídeos, utilizam repositórios gratuitos (*Youtube* e *Vimeo*, por exemplo) para que o material possa ser encontrado e utilizado.

O Concurso TDC, desenvolvido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, em parceria entre a Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química e a Secretaria Municipal de Educação, teve seu início há mais de 20 anos, mais precisamente no ano de 2001, com o objetivo de estimular a reflexão acerca da temática da prevenção à dependência química, através da participação de alunos e professores da Rede Municipal de Educação na escrita de textos teatrais.

Há relatos de que o nome do concurso foi pensado para fazer uma alusão às cenas produzidas em teatro. Em 2010, no entanto, ocorre a mudança na forma de participação dos estudantes e professores; a produção inscrita no Concurso TDC deveria ser um vídeo estudantil. É justamente nesse ano que Pereira (2007) percebe um crescimento de vídeos feitos por estudantes dentro dos espaços escolares. O autor identifica que uma das ações que contribuíram para esse cenário foi o desenvolvimento dos smartphones (telefones celulares com câmeras e capacidade de instalação de aplicativos de gravação de áudio e edição de imagens) no ano de 2008. No Brasil, a utilização desses aparelhos tecnológicos fica maior a partir de 2010, quando o custo da *internet* diminuiu e, de certa forma, o acesso à grande rede foi maximizado. Paralelamente a isso, neste mesmo ano, surgem os primeiros produtores de vídeos monetizados no Brasil, o que chamou a atenção de vários estudantes de escolas públicas, que passam, juntamente com seus professores, a produzir vídeos dentro das escolas.

Retornando ao seu período inicial, o Concurso TDC surge a partir da criação da Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2001³⁴ (Rio de Janeiro, 2000). A primeira secretária, e uma das idealizadoras do concurso, professora Mina Seinfield de Carakunshansky, foi assessora especial da Polícia Militar do Rio de Janeiro, contribuindo na construção e implementação do PROERD no Estado, entre outros projetos de segurança pública (Leal; Pereira; Munteal Filho, 2010).

No âmbito federal, o Decreto nº 2.632, de 19 de junho de 1998, foi responsável por estruturar os mecanismos de coordenação e controle relacionados à política antidrogas, abrangendo as esferas federal, estadual e municipal (Brasil, 1998). Esses mecanismos foram organizados com base na determinação da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, publicada durante um governo autoritário, a qual, em seu artigo 3º, estabeleceu a criação do Sistema Nacional Antidrogas (SISNAD) (Brasil, 1976).

A partir das exigências previstas na Lei de Drogas (Brasil, 2006) foram integradas ao Sistema ações de prevenção e repressão ao tráfico ilícito, ao uso indevido e a produção não autorizada de substâncias entorpecentes e drogas que causem dependências física ou psíquica, e atividade de recuperação de dependentes. Entre outras funções podemos citar: promover a inclusão de ensinamentos nos cursos de formação de professores (em todos os níveis) referentes a substâncias

64

³⁴ No mesmo ano, foi criado dentro da estrutura da Secretaria, o Conselho Municipal Antidrogas da cidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2001).

entorpecentes e drogas que causem dependência física ou psíquica, além de promover, junto aos órgãos competentes, a inclusão de itens específicos nos currículos de todos os graus de ensino, com finalidade de esclarecer aos alunos quanto a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes e drogas que causam dependência química (Brasil, 1976; 1998).

Alinhado aos compromissos firmados a partir da 20ª Assembleia Geral das Nações Unidas que previa um mundo sem drogas, Uchoa (2021) informa que, a partir da criação do Sistema Nacional Antidrogas, a ideia era desenvolver políticas, ações e planos de prevenção ao uso de drogas ilícitas, direcionadas principalmente aos municípios, almejando maior participação da sociedade civil no processo. E replicando uma política antes formulada com ações de promoção à proibição das drogas ilícitas que, uma vez implantada nos municípios, pudesse conscientizar os jovens. Nesse caminho, órgãos pertencentes ao Sistema Nacional Antidrogas, em colaboração com o Departamento de Polícia Federal e o Conselho Nacional de Educação, desenvolveram atividades para promover a formação de professores sobre as substâncias e a conscientização de jovens através dos currículos de todos os graus de ensino (Uchoa, 2021).

A literatura concorda que as políticas nacionais antidrogas da época (Brasil, 1976) foram fortemente influenciadas por projetos de guerra às drogas que circulavam pelo mundo, capitaneados pelos Estados Unidos. Através do SISNAD e seus órgãos integrantes, influenciaram projetos educativos em consonância direta com conceitos e práticas proibicionistas, muitos deles centrados em efeitos deletérios e classificatórios (Silva, 2019; Uchoa, 2021; Coelho; Silva, 2024). Essas constatações nos fazem refletir sobre a presença de agentes ligados a forças policiais no encaminhamento de projetos educativos construídos no período.

Concluímos, então, que a Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, e as ações do Sistema Nacional Antidrogas, no âmbito das três esferas públicas nacionais, orientaram ações educativas nesses entes. Sendo assim, a Prefeitura do Rio de Janeiro publica a Lei nº 2.799, de 30 de abril de 1999, que tornou obrigatória a inclusão de noções de prevenção e defesa contra o uso de drogas e tóxicos no programa de ensino das unidades escolares do município do Rio de Janeiro, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Educação determinar como deveriam ser ministradas as noções de prevenção e defesa contra o uso de drogas e tóxicos. Dentro desse contexto político, em colaboração com a SME, a SEPDQ iniciou as ações do Concurso TDC.

Tivemos acesso a dados referentes a proposta do concurso publicizada em 2002. Apresentamos a seguir alguns dados que achamos pertinentes.

Reconhecendo a linguagem teatral como forma privilegiada de comunicação ao longo do tempo, o projeto inicial contemplou um concurso de textos de peças teatrais com o tema de prevenção às drogas. É interessante perceber que, nesse documento, a palavra "drogas" aparece dentro do tema principal do concurso. No entanto, observando os editais referentes aos outros anos dentro do nosso período de análises das produções audiovisuais, somente o ano de 2014 apresenta o mesmo panorama. Nos outros editais (2015 a 2019), o tema central se refere a promover a reflexão acerca da temática da Prevenção à Dependência Química — passando a impressão de tentar apagar a palavra "droga" do edital. Essa constatação pode sugerir que a omissão da palavra pode estar relacionada às orientações da organização do concurso sobre a não abordagem ou menção ao termo "droga", utilizado normalmente em contextos ruins e violentos, somado a ações repressivas, geralmente ligadas às drogas ilícitas (Acselrad, 2005; Carneiro, 2018).

As justificativas que fundamentam a execução do projeto trazem pontos baseados em dados numéricos e demonstram tendências ligadas à orientação para abstinência ao uso, mas, em contraposição, no que diz respeito a conceitos e práticas educativas³⁵, demonstram considerar fatores ligados à abordagem da Redução de Danos. Achamos importante lembrar que, apesar da forte influência das políticas públicas proibicionistas na educação, nesse período (1998), mesmo que de forma tênue, os documentos orientadores dos PCN Saúde, enquanto tema transversal, parecem apresentar proximidade à perspectiva da RD (Coelho; Silva 2024).

O documento analisado apresenta como objetivo geral: difundir entre os alunos do município do Rio de Janeiro a necessidade de buscar constantemente a melhoria da qualidade de vida e a conscientização sobre as consequências do uso indevido de drogas na construção da cidadania plena, tendo como veículo a linguagem cênica. Já como objetivos específicos: 1) promover um concurso de peças com o tema Prevenção ao Uso Indevido de Drogas; 2) propiciar intercâmbio cultural entre as escolas envolvidas no trabalho de prevenção ao uso indevido de drogas, produzidas pela comunidade escolar; 3) envolver a população nas atividades culturais que

suas vidas; 3) as modernas teorias pedagógicas, que atribuem valor significativo à aprendizagem, colocam o indivíduo como sujeito do seu desenvolvimento.

³⁵ Justificativas retiradas do documento, a saber: 1) o problema da dependência química é multi-causal e multi-fatorial, portanto as maneiras de abordar o tema do abuso de drogas podem e até devem se multi-fatoriais; 2) o teatro representa uma forma eficaz de comunicação, pois os jovens aprendem mais sobre si mesmos ao criarem personagens e situações que representam, muitas vezes, a realidade de

trabalham a prevenção ao uso indevido de drogas, produzidos pela comunidade escolar; 4) utilizar a linguagem teatral para sensibilizar, discutir e refletir sobre as causas e consequências do uso indevido de drogas; 5) trabalhar a postura crítica frente à mídia e o consumo de drogas lícitas (álcool, tabaco, medicamentos etc.) e ilícitas (maconha, cocaína etc.).

O projeto previa como metodologia não somente a produção dos textos pelos alunos, orientados por seus professores, mas também atividades de sensibilização nas escolas, através de projeção de filmes com debates, oficinas de produção de texto e de músicas, utilização de jogos educativos, leituras de livros sobre autoestima, identidade e principalmente leitura de pequenas peças de teatro, dinâmicas de grupo e oficinas de discussão sobre o tema da prevenção e seminários e palestras.

Conforme dito anteriormente, por conta das dificuldades de acesso a relatórios e publicações oficiais das atividades do Programa³⁶, não conseguimos encontrar fontes comprobatórias que contemplassem a realização de todas as atividades propostas no projeto. Ao longo desta seção, elencamos outras atividades, como de formação de professores e produção de audiovisuais, realizadas em parceria e apresentadas nas entrevistas ou documentadas através dos achados da pesquisa.

Uma das propostas desenvolvidas dentro do âmbito do projeto e que, segundo a fonte pesquisada, contemplava algumas dessas atividades, foi o Projeto Piloto de Prevenção às Drogas³⁷. O intuito era a capacitação e formação de professores e alunos multiplicadores de opinião sobre a temática do projeto através de atividades como: oficinas temáticas, peças teatrais, jograis, apresentação de danças, aulas de canto, oficinas de fotografia e empreendedorismo. Segundo a matéria, a partir da realização dessas atividades, os participantes podiam exercer a cidadania, trazendo relatos de experiências vividas na família e na comunidade.

Apesar de saber que o Concurso TDC já funcionava como um programa/projeto desde sua concepção, não conseguimos encontrar registros de dados específicos sobre as atividades realizadas, seus conteúdos, forma de apresentação e alcance de estudantes e professores, sendo assim, não tivemos a possibilidade de refletir sobre

³⁷ SANCHES, C. Projeto Piloto de Prevenção às Drogas capacita professores e forma multiplicadores de opinião. **Jornal Appai Educar**, n. 31, 2002. Disponível em: https://www.appai.org.br/media/projetosimagens/revistaeducar/edicoes/Jornal31/tema_transversal/drogas.html. Acesso em: 25 jan. 2025.

³⁶Em 2009, a SEPDQ perde o *status* de Secretaria, passando a Coordenadoria Especial – dentro da estrutura da Secretaria de Casa Civil. O Concurso TDC continua sendo realizado em parceria com a SME. Em 2016, o Concurso TDC e as atividades contempladas dentro do projeto são transformados em Programa dentro da estrutura da SME. É importante ressaltar que essas duas alterações ocorreram em períodos de mudança política (Rio de Janeiro, 2009; 2016).

esses impactos no material analisado. Em conversa informal com uma das coordenadoras, foi relatado que uma das dificuldades detectadas pela equipe era por conta da capilaridade do concurso e dessas atividades formativas numa Rede com mais de 1500 unidades escolares. A chegada dos editais do concurso propriamente dito nas escolas era facilitada, pois o envio era feito pelas Coordenadorias Regionais de Educação (CREs)³⁸ via malote e/ou correio eletrônico (*e-mail*).

Fazendo uma análise geral do projeto, confrontando com a literatura aqui estudada, encontramos consonância entre os objetivos e práticas do Concurso TDC com as determinações legais vigentes na época, encontrando forte influência de abordagens proibicionistas, mas também algumas nuances ligadas à abordagem da Redução de Danos nas justificativas do projeto.

O tema principal que direciona o trabalho pedagógico dos professores participantes está voltado à prevenção à dependência química. A partir da percepção de que muitos projetos educativos nessa linha seguem ancorados no discurso médico/repressivo que concebe o uso/abuso de drogas como um problema de saúde pública, devendo ser evitado a todo custo, resolvemos problematizar essa questão a partir de uma ampliação do entendimento sobre prevenção que se aproxime ao sentido de promoção da saúde. Precisamos entender os trabalhos de prevenção que se constroem durante o desenvolvimento das atividades pedagógicas que resultam nas produções audiovisuais participantes do concurso.

Em nossa visão, os objetivos não deixam muito definidos os rumos previstos. Um caminho que considera uma visão centrada somente na prevenção aos males causados pelo consumo de drogas, marcas do proibicionismo presente nas políticas públicas da época. Um olhar balizado na promoção da saúde, aliada à abordagem da Redução de Danos, que, como dizem Silva e Coelho (2023), guarda mais afinidades com uma prática pedagógica democrática, orientada à autonomia e à criticidade dos educandos. Sem negar o prazer, o lazer, a possibilidade de socialização, considerando os diversos contextos sociais que levam um aluno a usar uma determinada droga. O projeto parece não considerar as possibilidades de um uso recreativo, isto é, que não esteja ligado diretamente à dependência.

Continuando na identificação das abordagens pedagógicas discutidas neste trabalho, chegamos a uma mudança importante na estrutura do Concurso TDC,

-

³⁸ Coordenadorias Regionais de Educação articulam as orientações da Secretaria com a comunidade escolar. Elas acompanham o dia a dia de cada uma das unidades escolares, desde o processo da matrícula, infraestrutura, logística, recursos humanos, alimentação e gestão pedagógica (Rio de Janeiro, 2025).

quando, em 2010, a forma de participação passa a ocorrer com vídeos realizados pelos alunos, orientados por seus professores. No contexto das audiovisualidades, a produção de vídeos estudantis pode auxiliar no desenvolvimento do trabalho pedagógico dentro da Educação para as Drogas. Há facilidade de gravar e editar vídeos, devido às ferramentas disponíveis, como telefones celulares com câmeras, bancos de imagens e sons, programas de edição gratuitos e de fácil manuseio, além da possibilidade de armazenamento e/ou compartilhamento em plataformas de vídeo. Este é um processo que, conforme observamos em nossos referenciais, dependendo de como o professor conduz sua abordagem educativa, estimula a autonomia e o protagonismo dos agentes.

Os editais orientam a condução do trabalho pedagógico que resulta na produção dos vídeos. Juntamente a esse material audiovisual deveria ser entregue um texto-base contendo a pesquisa realizada sobre o tema proposto e a sinopse do vídeo. Tal aspecto reforçava o caráter de um trabalho pedagógico colaborativo, demarcando a importância do professor em orientar não somente a parte prática de produção, mas também a pré-produção (pesquisa, construção de roteiro etc.).

A partir da temática principal, destacamos a presença de subtemas que deveriam ser considerados no processo de desenvolvimento do trabalho, usados de forma combinada, contemplando, no mínimo, dois itens. Seguem abaixo:

- Busca do prazer e da alegria por meio de alternativas saudáveis (atividades físico-esportivas, dança, música, teatro, pintura, leitura, trabalho voluntário, dentre outras);
- A importância de nossas escolhas;
- O papel da família na prevenção;
- Autoestima, Resiliência e Projeto de Vida;
- Influência positiva do grupo;
- Mídia: postura crítica diante das mensagens veiculadas;
- A ação das drogas psicotrópicas no cérebro e em todo o corpo humano.

Encontramos uma circular enviada às escolas, no ano de 2018, que traz como mensagem inicial o entendimento da organização do concurso e da importância da **prevenção** como **caminho eficiente e eficaz** para a mensagem **antidrogas** através da participação no Concurso TDC. Uma mensagem que reflete a eficácia da prevenção ligada a uma ação pedagógica que considera um mundo sem o uso de drogas. Baseados em Veríssimo (2018), discutimos se esse caminho impediria a

curiosidade eminente dos jovens em experimentar ou até mesmo a circulação das mais diversas drogas, visto que, para Coelho e Monteiro (2019), a apropriação dessas substâncias pelos estudantes não é recente e episódios de consumo entre jovens pode ocorrer até mesmo em locais conhecidos pelos estudantes e/ou com pessoas de seu círculo de convivência.

Ao longo do nosso estudo, observamos que os editais sofreram modificações, uma delas foi que, a partir do ano de 2017, o último item dos subtemas, que trata da ação das drogas no cérebro e em todo corpo, foi suprimido. No contexto do Currículo Mínimo Irredutível, proposto por Silva (2019), falar sobre os efeitos das drogas no sistema nervoso central se configura como uma prática ligada ao discurso médico orientado pela abordagem proibicionista³⁹ e corrobora para o silenciamento dos processos sociais da guerra que envolve pessoas por artifício dessa abordagem.

Nessa linha, os editais reforçam a proposta de estimular o estudante a explorar a linguagem midiática em produções autorais, abordando questões como a importância de escolhas saudáveis, projeto de vida e consequências do uso/abuso de drogas psicotrópicas e o protagonismo juvenil.

Mesmo com o contexto legislativo baseado fortemente em visões proibicionistas, a partir de meados da década de 1980, seguindo pela década de 1990, principalmente por conta da retomada do estado democrático de direito, houve o surgimento – ainda que suave – de políticas de saúde e atendimento baseadas na RD e na entrada em cena do campo científico das ciências humanas. A literatura mostra que a educação tende a assumir o papel do debate sobre o tema, mas apresenta pequena participação de professores como os reais protagonistas do discurso próprio da educação (Silva, 2019). Abordagens proibicionistas centradas na transmissão de conhecimentos sobre substâncias entorpecentes e drogas que causem dependência física e psíquica, preconizadas no artigo 5º da Lei 6.368/1976 e no decreto de regulamentação do SISNAD, orientaram a formação de professores nos períodos anteriores e durante o qual o concurso foi criado (Brasil, 1976; 1998).

Anos depois, entra em vigor a Lei 11.343/2006, apresentando caminhos voltados para o eixo da prevenção, pensando na atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, determinando políticas de formação continuada

_

³⁹ Parte desta discussão está presente no trabalho intitulado **Do audiovisual às audiovisualidades: o trabalho pedagógico sobre drogas em escolas públicas municipais da cidade do Rio de Janeiro,** enviado ao XI Encontro Regional de Ensino de Biologia, realizado em 2025, aprovado para apresentação oral na modalidade pesquisa acadêmica (Anexo D).

de professores na área da prevenção ao uso indevido de drogas alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2006).

Nessa conjuntura em que as políticas públicas atuam diretamente no trabalho pedagógico, somadas aos desafios que os docentes enfrentam para desenvolver a temática das drogas, concordamos que a formação de professores orientada na abordagem da Redução de Danos pode auxiliar na não perpetuação de práticas hegemônicas. O mesmo pensamento deveria repercutir na construção de materiais didáticos, paradidáticos e outras ferramentas educativas dentro do tema. Ainda nessa lógica da RD, os editais, por contemplarem a efetiva participação de estudantes e professores no desenvolvimento do projeto educativo dos vídeos, poderiam oportunizar a construção dos espaços de diálogo e aprendizagem que Coelho (2019) propõe, podendo, nesse contexto, ampliar as possibilidades didáticas dos professores no desenvolvimento da Educação para as Drogas.

Ao nos debruçarmos sobre os textos presentes nesses documentos orientadores, refletimos sobre essas considerações e entendemos que a força contida na legislação da época, somada a demandas sociais e transformações que ocorreram em torno da RD, ao longo do período analisado, nos leva ao entendimento de uma presença tênue de um certo hibridismo entre as duas abordagens pedagógicas aqui discutidas, mas que não modificam o cenário apresentado. Destacamos, portanto, que não encontramos em nenhum momento a utilização do termo Redução de Danos nos documentos referentes ao Concurso TDC.

Baseando-se nos estudos da linguagem Bakhtiniana e sua tese de constituição sócio-histórica/ideológica dos gêneros e sua relação com a noção de enunciado, resolvemos considerar esses documentos enquanto compondo um gênero do discurso, resultado de enunciados concretos produzidos por uma determinada área da esfera humana.

Devido à grande complexidade do estudo da natureza dos enunciados, é importante levar em consideração as diferenças entre os gêneros primário e secundário. Para Bakhtin (2011), esse entendimento se dá pela própria relação mútua entre esses dois. Entender o processo de formação histórica dos gêneros secundários nos dá luz ao conhecimento da natureza do enunciado e, antes de tudo, sobre o complexo problema da relação de reciprocidade entre linguagem e ideologia. Logo, dentro da análise das linguagens, todo estudo opera enunciados concretos relacionados a diferentes campos da atividade humana e da comunicação. Resumindo: é preciso conhecimento da natureza do enunciado e das particularidades

dos gêneros do discurso primários e secundários, apresentando as relações de reciprocidade entre a vida e a língua (Bakhtin, 2011).

Assim, consideramos os editais orientadores da produção/participação dos vídeos estudantis como um exemplo de gênero secundário. Documentos construídos em parceria entre duas Secretarias Municipais, envolvendo diferentes sujeitos que representam uma estrutura legal e política. Na perspectiva de gênero do discurso, esse processo de construção dialógica dos enunciados ocorre na presença de diferentes enunciados que geram novos enunciados, determinando o projeto/intenção a seus interlocutores. Para Bakhtin (2011), nesse processo de realização do enunciado vivo, mesmo tendo um grau de ativismo diverso, espera-se uma atitude responsiva desses interlocutores. Nesse contexto, são apresentadas as diretrizes que nortearam o trabalho pedagógico das escolas participantes do Concurso TDC, cuja compreensão responsiva se dá na ação.

No que diz respeito à relação mútua entre a natureza dos gêneros (primário e secundário), podemos inferir que, na construção e nas mudanças dos editais, encontramos processos de reelaboração e incorporação de diferentes gêneros primários (formados nas condições da comunicação discursiva imediata) na constituição do gênero secundário.

Gostaríamos de trazer um esclarecimento: todo enunciado (oral e escrito), em qualquer campo da comunicação discursiva, é individual. Portanto, nesse tipo de material textual (documento oficial), existem condições menos propícias para o reflexo da individualidade na linguagem (Bakhtin, 2011).

4.2 Os vídeos estudantis vencedores do Concurso TDC no período de 2014 a 2019

Os editais foram sofrendo modificações ao longo do período analisado, uma delas foi a divisão por categorias, nas quais eram incluídos os vídeos realizados pelos estudantes. Segundo orientações presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Rede Municipal de Educação da Cidade do Rio de Janeiro atende estudantes do ensino fundamental (primeiro e segundo segmentos) e da modalidade Educação de Jovens e Adultos, nas mesmas etapas.

O Concurso TDC contemplava estudantes a partir do 4º ano do ensino fundamental (EF). No primeiro segmento: alunos de 4º e 5º anos e projetos de reforço escolar (categoria A); no segundo segmento: alunos de 6 ao 9º ano e projetos de

reforço escolar (categoria B); na modalidade EJA: alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos (categoria C); nos Centros de Pesquisa e Formação em Ensino Escolar de Arte e Esporte e projetos de reforço escolar (categoria D). Algumas modificações dentro desta categorização estão descritas nos quadros abaixo, nos quais apresentamos os títulos dos vídeos pesquisados (de 2 a 5).

A distribuição das categorias se dava da seguinte forma:

Quadro 1 - Categorias de participação no Concurso TDC

Categorias de participação no Concurso TDC				
GRUPOS DE ALUNOS	CATEGORIAS			
4º e 5º anos e projetos de reforço escolar	А			
6º ao 9º ano e projetos de reforço escolar	В			
Programa de Educação de Jovens e Adultos	С			
Centros de Pesquisa e Formação em Ensino Escolar de Arte e Esporte e projetos de reforço escolar	D			

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Separados por categoria, apresentamos nos quadros abaixo o levantamento dos vídeos escolhidos em primeiro lugar pelo júri do Concurso TDC⁴⁰. Dentro do nosso recorte de pesquisa, ressaltamos que, a partir do ano de 2017, o júri próprio escolhia três vídeos em cada categoria, dentre esses, um júri popular escolhia o primeiro lugar, por votação no *site* oficial do Concurso TDC. Refletindo no caminho das audiovisualidades, entendemos que essa prática, além de levar para o mundo virtual as produções audiovisuais, resultado do trabalho pedagógico na temática, disponibilizando-os a outras possibilidades de uso dessas obras, estimulou o envolvimento de um número incontável de pessoas no processo. Pois, de forma colaborativa (votação), qualquer indivíduo poderia acessar as discussões e até mesmo utilizá-las como referência na produção de novos trabalhos. Ainda sobre as modificações no processo de escolhas dos vídeos vencedores, nestas três edições, o júri próprio escolhia um Vídeo do Ano.

73

⁴⁰ Resultados apresentados no III Seminário Interno do GPED/UERJ, realizado em 2023, com o título **Concurso Tirando a droga de Cena: Levantamento dos vídeos premiados no período de 2014 a 2019**, publicado nos anais do evento (Anexo E).

Quadro 2 - Categoria A: 1º segmento EF – 4º e 5º anos e projetos de reforço escolar

Categoria A – 1º segmento EF - 4º e 5º anos e projetos de reforço escolar				
TÍTULO DO VÍDEO	ANO			
Era uma vez	2014			
Drogas nunca, amigos sempre	2015			
A escolha	2016			
O grande prêmio	2017			
Parabéns pra você	2018			
Meu nome não é droga	2019			

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Quadro 3 - Categoria B: 2º segmento EF - 6º ao 9º ano e projetos de reforço escolar

Categoria B – 2º segmento EF - 6º ao 9º ano e projetos de reforço escolar				
TÍTULO DO VÍDEO	ANO			
Drogas? Nem sonhando	2014			
Ler é a maior viagem	2015			
O vício	2016			
Até a onda acabar	2017			
A sua história quem faz é você*	2017			
A fundar-se	2018			
Escolha sempre a vida*	2018			
Porcaria!	2019			
Ilimitada*	2019			

^{*}Vídeo do Ano

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Quadro 4 - Categoria C - PEJA - Educação de Jovens e Adultos

Categoria C – PEJA – Educação de Jovens e Adultos			
TÍTULO DO VÍDEO	ANO		
Menino Brasil	2014		
Resistindo às tentações *	2014		
O PEJA cuidando da saúde do corpo e da mente	2015		
Ser feliz é possível **	2016		
Drogas: Não curto, não compartilho, não aceito! Isso eu deleto	2017		
Fazendo boas escolhas	2018		
Algo melhor	2019		

^{*} em 2014 era incluído na categoria D – PEJA bloco II
** o vídeo não foi encontrado na coleta documental.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Quadro 5 - Categoria D – Centros de Pesquisa e Formação em Ensino Escolar de Arte e Esporte e projetos de reforço escolar

Categoria D – Centros de Pesquisa e Formação em Ensino Escolar de Arte e Esporte* e projetos de reforço escolar*			
TÍTULO DO VÍDEO	ANO		
Faz de conta**	2014		
O fim é somente o começo	2015		
A escolha	2016		

^{*} Essa categoria não está presente nas edições de 2017, 2018 e 2019. Os estudantes e professores poderiam participar de acordo com seus respectivos segmentos/modalidades dentro das categorias A, B e C.

Fonte: Elaborada pelos autores (2024).

Seguindo a categorização determinada pelos editais do Concurso TDC, apresentamos agora as análises realizadas a partir da transcrição das falas dos personagens e descrição das cenas dos vídeos. Lembramos que, na organização do material, utilizamos o Instrumento de Aferição Dual para o assessoramento e classificação dos conteúdos relativos às duas abordagens pedagógicas discutidas no trabalho.

Categoria A

Era uma vez

O filme apresenta os efeitos depressores e estimulantes no sistema nervoso central ligados ao uso de drogas ilícitas. Associa a cena de uso a ambientes sujos e insalubres. Usuário com perfil estigmatizado associado à criminalidade, violência, roubo, medo, morte, discriminação e vagabundagem. Apresenta falas com uso excessivo de gírias e erros de pronúncia. Minimiza o ato de interrupção do uso abusivo, destacando a abstinência como única forma de prevenção. Podemos perceber menção às práticas de RD quando cita a importância do acolhimento a pessoas em uso abusivo.

Drogas nunca, amigos sempre

Mostra logo no título um mundo sem drogas. Minimiza problemas sociais e ligados a questões emocionais que podem encaminhar o indivíduo ao uso. Negação do prazer e alívio de sentimentos ruins do indivíduo. Apresenta o acolhimento de

^{**} Em 2014 alunos do PEJA eram divididos em duas categorias distintas, por isso este vídeo estava inserido na categoria E.

amigos como forma de prevenir o uso abusivo. Prega a abstinência com o discurso de não às drogas.

A escolha

Apesar de não fazer menção à palavra "droga" durante todo o filme, o roteiro apresenta uma menina de comunidade carente refletindo – a partir de uma peça de teatro que assistiu na escola – sobre suas escolhas de vida. Cenas intercaladas demonstram o futuro da menina a partir de suas escolhas. Cenário 1: uma pessoa adulta em situação de rua. Cenário 2: atriz muito aplaudida em cima de um palco.

Na escola são apresentadas à menina duas possibilidades de amizade: um grupo composto por alunos que não se interessam pelo estudo e que oferece uma parada, e outro grupo que a estimula à prática de aulas de teatro.

Ao final, o vídeo apresenta o resultado do caminho escolhido pela menina, atrelando-os às escolhas individuais da época que era jovem. Ela surge, então, como atriz aplaudida pelo público. O texto reforça a estigmatização inerente ao usuário de drogas. Primeiramente, ao reforçar que, caso a pessoa se torne um usuário, fatalmente será um indivíduo em situação de rua no futuro. Apresenta também os alunos – possíveis usuários – como indivíduos indisciplinados e desinteressados pela escola. Relaciona o usuário de drogas a um mundo de miséria, violência e crueldade.

O grande prêmio

Não cita a palavra "droga" no roteiro do filme, mas utiliza o termo "parada" para representar o uso da droga. Mostra o efeito depressor do uso, apresentando somente danos à saúde e prejuízos à vida social da personagem (não consegue mais vencer o concurso de garota número um da escola e dorme na sala de aula).

Traz o acolhimento dos amigos da escola como possibilidade de mudar as amizades, resultando na interrupção do uso e a imediata retomada às atividades que foram perdidas.

Parabéns pra você

O filme não cita a palavra "droga", mas apresenta em seu texto termos utilizados comumente por usuários de drogas ilícitas (papel de seda, latinha, saquinho e isqueiro). Mas, na verdade, são elementos que, juntamente com bolo, refrigerantes, balas enfeitadas e pipoca, integram o preparo de uma festa de aniversário para outros

colegas. Os aniversariantes estavam desconfiados e se perguntavam por que os amigos mantinham em segredo e apresentavam um comportamento incomum.

No final da comemoração, todos os personagens dizem a mensagem: faça da sua vida uma festa, não use drogas. O filme não deixa clara a discussão sobre o uso de drogas, o que pode deixar em segundo plano o objetivo de se discutir a prevenção à dependência química. Sugere um mundo irreal, onde ninguém usa de drogas, desconsiderando drogas lícitas – como os medicamentos.

Meu nome não é droga

O filme apresenta depoimentos de colegas de escola explanando práticas de atividades de lazer e esporte, responsáveis por sensações de felicidade e bem-estar. Destaque a um dos personagens que conta sua trajetória de usuário de drogas — desde o início até chegar ao uso abusivo. Ao final, os colegas o acolhem e ele começa a praticar exercício físico juntamente com o grupo. Apesar de apresentar atividades de esporte e lazer como saudáveis e prazerosas, minimiza a discussão em torno das drogas, ao mostrar uma única possibilidade de uso, isto é, ligada aos danos de um uso abusivo. Não problematiza as dificuldades inerentes à interrupção de uma cena de abuso, quando apresenta os colegas levando o personagem para jogar vôlei.

Categoria B

Drogas? Nem sonhando

O título representa a perspectiva de um mundo livre de drogas. Demonstra que uma situação de vulnerabilidade pode deixar o indivíduo exposto ao uso de drogas, mas que, mesmo nessa situação, a capacidade de reflexão pessoal e o acolhimento de amigos pode facilmente fazer com que o personagem principal não use a droga.

Ler é a maior viagem

Aparentemente o título traz a ideia de que a leitura de um livro pode substituir facilmente um dos efeitos prazerosos do uso de drogas; e o melhor, sem efeitos danosos. Reflete que não é fácil um mundo sem drogas e que qualquer indivíduo está exposto ao uso. Apresenta visões ligadas ao proibicionismo: a droga como vilão, o impedimento a práticas sociais corriqueiras e o medo de que seus familiares descubram o uso. Propõe abstinência através do acolhimento do amigo.

O vício

Não traz a palavra "droga" em seu roteiro, apresentando termos que normalmente estão associados ao uso de drogas ilícitas: vício, medo, nervosismo da personagem ao experimentar, barato que dá, experiência incrível. Apresenta a prática da atividade física como alternativa, negando o prazer ligado ao uso de drogas. Reflete sobre a questão das vulnerabilidades e os diferentes contextos que levam ao consumo. Nota-se que a ausência da palavra "droga" pode representar uma dificuldade do professor em discutir a questão das drogas de forma mais clara.

Até a onda acabar

Utiliza metáforas que deixam subentendido que está falando sobre drogas. Apresenta a prática de atividades esportivas e de lazer como alternativa ao uso de drogas. Entende-se que, nesses casos, há uma minimização da questão das drogas, indo por um caminho em que a discussão desconsidera possibilidades de uso recreativo e o prazer ligado ao consumo.

A sua história quem faz é você e A fundar-se

Ambos os vídeos não citam a palavra "droga" em nenhum momento do roteiro. Minimizam a discussão ao apresentar os acontecimentos da vida de forma linear, com a ideia de que o indivíduo sozinho é o único responsável por suas escolhas.

Entende-se que os vídeos não problematizam a influência do contexto social na vida dos indivíduos e o responsabiliza unicamente sobre suas escolhas.

Escolha sempre a vida

O vídeo traz uma cena de uso abusivo de álcool atrelado à condução de um veículo. Apesar de fomentar a conscientização para a questão do consumo de álcool e direção, entendemos que o vídeo minimiza as discussões ligadas ao consumo abusivo de álcool. Na cena em que o personagem principal, ao ver uma placa informativa de trânsito com a frase "se beber, não dirija", reflete rapidamente e opta por retornar à sua residência de táxi. Observa-se que se perde uma oportunidade de problematizar as questões do uso de álcool ligadas ao lazer e diversão, os acidentes de trânsito ocasionados por essa prática, avançando para a legislação proibitiva.

Porcaria

O vídeo inicia levantando uma reflexão crítica à visão amedrontadora pela qual se discute a questão das drogas. Posteriormente, apresenta questões ligadas ao prazer de uso, mas segue com uma visão amedrontadora, reproduzindo um caráter proibicionista.

<u>Ilimitada</u>

Apresenta a questão da dependência tecnológica que leva a personagem a seguir ordens absurdas de seus seguidores em um canal virtual, chegando ao limite máximo de exploração negativa da imagem. O vídeo parece oferecer uma provocação para se pensar no que é droga. Será que essa exposição extrema de imagem, a ponto de deixar a menina fora do mundo real, não reflete um uso abusivo de tecnologia e redes sociais?

Categoria C⁴¹

Menino Brasil

Apresenta a questão das vulnerabilidades individuais e a necessidade de ajuda para interromper o uso abusivo. Traz a escola como espaço de acolhimento e caminho para a prevenção ao uso de drogas. Reforça a estigmatização de usuários de drogas ilícitas.

Resistindo às tentações

Apresenta situações de vulnerabilidade, podendo levar a um cenário de uso/abuso de drogas. Mostra a escola como um local com possibilidade de acolhimento e proteção ao uso. Aponta a abstinência como única forma de prevenção. É interessante discutir como o vídeo aponta a facilidade do personagem em resistir — mesmo que em situações de socialização entre amigos — aos apelos de consumo dos colegas. Normalmente, jovens gostam de participar de encontros sociais que, em sua grande maioria, ocorrem na presença/consumo de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

⁴¹ Resultados apresentados no IV Seminário Interno do GPED/UERJ, realizado em 2024, com o título **EDUCAÇÃO PARA AS DROGAS: análise das abordagens pedagógicas presentes em vídeos estudantis**, publicado nos anais do evento (Anexo F).

A ideia central do vídeo apresenta uma visão bem simplificada do cotidiano de um jovem, pois só apresenta duas possibilidades fechadas: a escola ou as atividades de socialização tão comuns aos jovens.

O PEJA cuidando da saúde do corpo e da mente

Reforça a ideia de problemas e danos à saúde ligados às drogas ilícitas. Depoimentos dos alunos demonstrando questões de violência e agressão familiar reforçam uma visão de guerra às drogas. É interessante perceber que estas cenas representam a realidade vivida por esses personagens, o que nos leva a visualizar a conexão com o mundo real, pautado na problemática do proibicionismo e das políticas de guerra às drogas.

Drogas: Não curto, não compartilho, não aceito! Isso eu deleto

Já no título, encontramos uma visão proibicionista ligada a um cenário no qual as drogas parecem não estar presentes em nosso dia a dia, trazendo uma ideia de que acabamos com elas facilmente. Não utiliza a palavra "droga" no texto fílmico, mas apresenta metáforas, minimizando a saída de um contexto abusivo a partir da presença da escola.

Fazendo boas escolhas

Não cita a palavra "droga" durante a apresentação do vídeo, mas utiliza metáforas para tratar do temário, focando em drogas ilícitas. Apresenta a prática do esporte como solução ao fim do uso de drogas. Encerra a produção projetando um mundo onde não há drogas.

Algo melhor

O vídeo traz uma reflexão interessante sobre o uso do telefone celular. Demonstra como podemos aproveitar melhor nosso tempo em vez de ficar presos a jogos e redes sociais. Apresenta outras possibilidades de práticas de lazer, entretenimento e aprendizado, como através de um livro.

Não cita a palavra "droga", mas utiliza termos que fazem alusão a práticas de uso. Parece problematizar a questão da dependência através do uso da tecnologia. Contém cenas que passam o entendimento de que os personagens estão fazendo algo errado e às escondidas, mas o desfecho é uma viagem a partir da leitura de um livro.

É interessante destacar a percepção da disponibilidade em encarar desafios presente na vida dos jovens que, mesmo na dúvida, resolvem acompanhar o colega em sua proposta, numa tentativa de pagar pra ver. Traz a ideia de que a experiência de ler um livro remete a uma sensação de prazer semelhante à droga, o que parece se aproximar de uma visão moralista e pouco reflexiva.

Categoria D

Faz de conta

Apresenta uma proposta simplificada de fim das drogas no mundo através de um personagem sonhador. Traz visões estigmatizadas sobre usuários de drogas, com termos como: "cracudo", "zumbis" e "personagens de filme de terror". Nomenclaturas que são reforçadas por cenas de uso com pessoas caídas pelo chão e com práticas policiais violentas.

Focado principalmente nas drogas ilícitas, mostra, ao longo de toda a produção, a repressão policial como alternativa ao fim das drogas, finalizando com a frase: "drogas, não".

O fim é somente o começo

Apresenta uma lista de artistas famosos com histórico de uso problemático de drogas. A personagem principal, que gosta desses artistas, está em uso múltiplo de drogas lícitas e ilícitas. Em determinado momento, parece acordar de um sonho no qual assiste a um show com todos os seus ídolos. Ao levantar-se da cama, ouve uma música e parece refletir sobre o fim trágico desses artistas. Em seguida, sente-se estimulada a interromper o uso; joga toda a droga fora, coloca o uniforme da escola e começa a tocar violão.

O vídeo parece simplificar a situação de interrupção do uso abusivo de drogas e reforça uma visão amedrontadora, utilizando histórias de mortes possivelmente ocorridas pelo uso de drogas.

A escolha

Não cita a palavra "droga". No contexto de situações desafiadoras pelas quais os jovens passam ao longo desse tempo, apresenta uma tentativa de convencimento de uma menina a ir em uma festa, na companhia de um menino considerado "todo errado", sem o consentimento dos pais.

Em um momento de reflexão, o vídeo apresenta imagens de uma festa em que uma menina consome álcool, passando de uma situação de euforia para um desmaio.

A menina opta por recusar ir à festa, preferindo assistir a um filme. Apesar de apresentar o consumo de álcool como uma prática recorrente em festas, reforça a noção que o uso é sempre prejudicial à saúde. Desconsidera o consumo de álcool somente como forma de lazer e socialização e o prazer ligado ao seu uso, aspectos que, em muitas situações, são motivadores de uso recreativo.

Realizada a análise dos vídeos a partir da transcrição de falas dos personagens e descrição de cenas, apresentamos agora (Quadro 6) uma síntese dos principais conteúdos/temas que aparecem nas obras, ligados ao proibicionismo e à Redução de Danos:

Quadro 6 - Síntese dos conteúdos/temas presentes nos vídeos

Síntese dos conteúdos/temas presentes nos vídeos				
Proibicionismo	Redução de Danos			
- Discussão centrada nos efeitos ao Sistema Nervoso Central, ligados principalmente às drogas ilícitas;	- Consideram as vulnerabilidades individuais e contexto social que podem levar a uma situação de uso/abuso;			
- Usuários com perfil estigmatizado;	- A necessidade do acolhimento familiar, de amigos e da escola como auxiliares			
- Droga sempre como vilã;	na interrupção do uso/abuso.			
- Locais de uso associados à criminalidade e a violência;				
- Abstinência como única possibilidade e solução do problema, caminho para felicidade e realização de sonhos;				
- Minimização do ato de interrupção e uso;				
- Negação do prazer de uso, possibilidades de interação social e de alívio em situações ruins da vida do indivíduo;				
- Idealização de um mundo sem drogas;				
- Uso ligado somente a uma escolha/decisão pessoal; não considera os diferentes contextos sociais, emocionais e psicológicos que podem levar o indivíduo ao uso/abuso;				

- Prática de atividades, como esporte e lazer, podendo facilmente substituir os efeitos prazerosos do uso de drogas;
- Não cita a palavra droga, utiliza metáforas para tratar do assunto.

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Como discutimos no início da seção anterior, reforçamos que os documentos norteadores do Concurso TDC apresentam forte presença de elementos ligados à abordagem proibicionista e, mesmo não citando o termo Redução de Danos de forma direta, demonstram um certo hibridismo por conter algumas nuances. O mesmo cenário foi percebido na análise dos vídeos.

A partir deste apanhado presente no Quadro 6, observamos uma certa recorrência desses conteúdos; alguns deles apresentados nos subtemas e/ou nas orientações. Assim, conseguimos perceber que os editais delimitaram a forma como as abordagens aqui exploradas aparecem nas produções audiovisuais.

A partir do que nos dizem Pereira e Dal Pont (2021) sobre o processo de elaboração de vídeos estudantis e sua função pedagógica – problematizando com os contextos ligados ao desenvolvimento do Concurso TDC, enquanto proposta de trabalho dentro da temática das drogas na Rede Municipal do Rio de Janeiro e ancorados nos conceitos bakhtinianos sobre os gêneros do discurso, cujo reconhecimento de cada enunciado é particular e cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados –, podemos inferir que esses vídeos produzidos dentro do contexto analisado podem ser considerados gêneros do discurso.

Entendemos ser necessária uma análise mais profunda dos textos oriundos dos filmes coletados, a partir da caracterização de elementos ligados ao tema, à construção composicional e ao estilo, estruturação que ajuda a identificar (por conta de suas finalidades e especificidades) a natureza dos enunciados concretos de um determinado campo de atividade humana. A questão da heterogeneidade dos gêneros do discurso confere certa dificuldade em elaborar essa análise. Para isso, é necessário o entendimento de que a relação de construção entre gêneros primários e secundários é mister no estudo da natureza dos enunciados concretos. Ao aprofundar essas análises, conseguiremos avançar e, possivelmente, circunscrever um gênero do discurso específico.

A partir do objetivo principal e dos subtemas do Concurso TDC, o professor orienta os alunos no desenvolvimento do trabalho de produção. Pensando nessa

logística, retomamos a ideia da relação dialógica de construção dos enunciados, considerando o elo de ligação entre enunciados anteriores. Cabe reforçar que os vídeos aqui estudados foram escolhidos em primeiro lugar, passando pelo crivo do júri especializado, portanto, a escolha é baseada nas determinações do edital.

Como inferimos em nossa justificativa e nos referenciais teóricos, a produção dos vídeos estudantis como ferramenta pedagógica pode favorecer a Educação para as Drogas no caminho de uma educação para autonomia. Deste modo, cabe refletir sobre a construção de enunciados nesse processo de interação.

A enunciação concreta nos gêneros do discurso, conforme Vianna (2019), nasce, vive e morre no processo de interação social que acontece entre indivíduos socialmente organizados num contexto sócio-histórico (sujeitos reais ou presumidos). É nesse contexto que podemos compreender o caráter ideológico do signo. Ancorados em nosso referencial teórico-metodológico, vamos retomar ao estudo do que Bakhtin chama de ciência das ideologias. Pensando no caráter variável e flexível do signo como instrumento da comunicação, que se modifica no contexto do uso e leva em conta locutor e receptor (seja no discurso oral ou escrito), esse último modifica o que entendeu, assim, dá-se a natureza viva e móvel do signo ideológico.

Vejamos o que Bakhtin (2011, p. 45, grifo nosso) nos diz ainda:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um **processo de interação**. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas tanto pela **organização social** de tais indivíduos como **pelas condições em que a interação acontece**.

Assim, podemos constatar como se dá a interferência das interações sociais na construção do trabalho pedagógico proposto pelo concurso.

4.3 Entrevistas semiestruturadas

Com o objetivo de compreender as visões sobre a Educação para as Drogas de professores e coordenadores que participaram do Concurso Tirando a Droga de Cena, apresentamos as análises das entrevistas semiestruturadas realizadas com cinco professores e uma coordenadora do concurso.

4.3.1 Perfis, formação e experiência profissional dos entrevistados

Sobre os perfis dos seis educadores entrevistados (cinco professores e uma coordenadora), agentes que participaram das atividades do Concurso TDC, foram

reunidas informações pontuais sobre formação (acadêmica e na temática de drogas), experiência profissional e nos contextos de trabalho relacionados ao concurso. Os dados foram coletados nas entrevistas e os nomes dos professores são fictícios.

Quadro 7 - Síntese de informações relevantes sobre os entrevistados

Síntese de informações relevantes sobre os entrevistados					
Pseudônimo	Faixa de idade (anos)	Gênero	Tempo de magistério na Rede	Formação acadêmica (maior nível concluído)	Formação na temática das drogas
Luiz	50-55	masculino	mais de 20 anos	pós-graduação (doutorado)	Não
Antônio	45-50	masculino	13 anos	graduação	Não
Lúcia	50-55	feminino	29 anos	pós-graduação (cursando mestrado)	Sim
Rita	35-40	feminino	10 anos	pós-graduação (mestrado)	Não
Tânia	50-55	feminino	22 anos	pós-graduação (mestrado)	Não
Letícia*	50-55	feminino	mais de 20 anos	pós-graduação (doutorado)	Sim

^{*}Coordenadora do Concurso Tirando a Droga de Cena

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Luiz

Está na faixa de idade entre 50 e 55 anos, gênero masculino, reside em um bairro da Zona Norte do Rio de Janeiro (subúrbio da Central) e sua profissão principal é professor.

Atua na Rede Municipal há mais de 20 anos. É professor regente PII⁴² da Educação de Jovens e Adultos e da Educação Especial. Foi professor orientador no Programa de Educação de Jovens e Adultos (acompanhando o dia a dia das turmas, trabalhando cooperativamente com os professores, desenvolvendo e integrando as diversas atividades da modalidade de ensino, com os outros segmentos/turnos da unidade escolar e com a Rede como um todo). Possui graduação e pós-graduação (mestrado e doutorado) em História.

⁴² Na estrutura da Prefeitura do Rio de Janeiro, este é o cargo do professor que atua com estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental e na EJA com discentes do PEJA I.

Os projetos audiovisuais participantes do Concurso TDC foram desenvolvidos em escola do âmbito da 4ª Coordenadoria Regional de Educação, que abrange, em sua maioria, bairros do subúrbio da Leopoldina (Zona Norte da cidade).

Não participou de formação na temática das drogas e não costumava produzir vídeos estudantis antes de sua participação no Concurso TDC. Posteriormente, sentiu-se estimulado a orientar produções em outras temáticas.

Luiz: [...] a questão de produzir vídeos, né, hoje a gente faz isso mais. Mas, na ocasião, não.

Ao ser perguntado se a proposição do Concurso TDC em trabalhar o audiovisual estimulou o trabalho pedagógico nessa linha, o professor Luiz disse que sim.

A mudança para produções audiovisuais na forma de participação do concurso parece estar em consonância com o crescimento de produções de vídeos feitos por alunos dentro dos espaços escolares (Pereira, 2018). Segundo o autor, no Brasil, ações que contribuíram para isso estão relacionadas ao aumento da utilização de aparelhos *smartphones* e o desenvolvimento de uma internet com valor mais baixo.

Tratando-se de uma rede pública municipal, sabemos que não faz parte da realidade de todos os estudantes possuir telefones celulares e acesso à *internet*. Mas, cabe inferir sobre alguns dados. Em 2015, a Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros (TIC Domicílios)⁴³ apontava que 83,9% dos brasileiros possuíam telefones celulares, sendo que os maiores percentuais sobre o total desta população estavam na faixa de idade entre 16 e 44 anos. Em 2022, observando agora estudantes acima de 10 anos de idade, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)⁴⁴ apresentaram que 89,4% dos alunos da rede pública brasileira tiveram acesso à *Internet* e o equipamento mais utilizado para isso foi o telefone móvel celular (98,9%), números esses que vêm numa crescente desde 2016.

Assim como em outros espaços do nosso dia a dia, nas escolas, independente dos planejamentos ou projetos pedagógicos, esses aparelhos que também produzem e veiculam imagens se apresentam com ou sem permissão dos professores, deixando

⁴⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). PNAD Contínua. Disponível em: https://bit.ly/408WwiQ . Acesso em: 27 jan. 2025.

⁴³ Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios Brasileiros - TIC Domicílios 2015. Disponível em: https://bit.ly/4jevdfM. Acesso em: 27 jan. 2025.

de lado a utilização apenas em horários reservados para isso. E os meios virtuais são utilizados pelos agentes escolares para a realização de atividades pedagógicas e variados registros. As redes sociais funcionam como ponto de encontro de professores e estudantes, seja para correspondência ou para dar sequência aos encontros da sala de aula. Lá, as imagens e sons são parte da linguagem e das conversas, um encontro de narrativas sobre as escolas e seus cotidianos, suas fantasias e realidades.

Para Filho, Berino e Soares (2018), esses elementos fazem parte das inúmeras tessituras que fabulam possibilidades nas quais as narrativas se encontram com novos dispositivos e novas subjetividades. Sendo assim, é por meio das produções dos vídeos disponibilizados em plataformas gratuitas, como o *Youtube*, que conhecemos com maior frequência como as escolas são vividas e vistas pelos estudantes.

Sobre a produção de vídeos estudantis nesse contexto das práticas ligadas às audiovisualidades, o professor entrevistado reflete sobre a importância de ferramentas tecnológicas disponíveis.

Luiz: Eu acho que... o professor tem que jogar com as ferramentas que ele tem à mão. E hoje, praticamente todo mundo tem um celular e é preciso fazer com que o aluno seja pesquisador do conteúdo que interessa à discussão. Em vez de trazer a folhinha ou o conteúdo pronto, colocar o aluno para pesquisar. Para que ele traga conteúdos, para que ele se entenda como participante da própria educação. E, principalmente, que ele, e aí não é questão só de dizer qual é o tema, mas é fazer com que o aluno perceba que a questão das drogas é uma questão de saúde pública, é uma questão de saúde pessoal, mas é uma questão econômica também. Que ele possa perceber que a droga que tá disponível, no bar ou em qualquer outro lugar, ela tem uma motivação econômica por trás. Há alguém que ganha com o vício daquela pessoa. E tornar a pessoa em viciada é uma forma de garantir a permanência constante de um lucro. E quando se fala de droga ilícita, por exemplo, muito se fala do rapaz que está na boca, trabalhando na comunidade, mas essa é uma percepção capilar do problema das drogas. O problema das drogas para além daquilo que a gente vê nas ruas. Existe uma cadeia de pessoas que ganham e que, muitas vezes, nem chegam perto, né, das drogas. Então, dar essa dimensão para o educando, para ele perceber como aquilo tem a ver com a vida dele, pessoal, e como aquilo tem a ver com a vida da sociedade e quem é que, de fato, ganha com isso.

Essa fala nos leva a duas considerações importantes desta pesquisa. A primeira, trazida por Pretto (2013b), está ligada à apropriação das tecnologias como meras ferramentas. O autor afirma que é necessário usá-las na perspectiva de modificar a forma de ensino e de apreensão, entendendo a interatividade e suas

possibilidades de comunicação com o outro como um elemento essencial de transformação dessas relações, caso contrário, a escola continuará formando cidadãos que serão meros consumidores de informação.

A segunda consideração está relacionada ao que Coelho, Silva e Monteiro (2020) nos apresentam sobre as abordagens pedagógicas na educação para as drogas, ao reconhecerem a escola como espaço fértil para se promover esse debate. Devemos construir caminhos que estimulem a criticidade dos sujeitos, promovendo exercícios reflexivos dialógicos que considerem o conjunto das experiências dos seres humanos com as diversas substâncias. O trabalho segue no caminho contrário quando as discussões trazem apenas informações ligadas ao sistema nervoso central, a partir de ações educativas que priorizam efeitos e consequências das drogas no organismo e não conversam com a complexidade social, política e econômica do fenômeno. Tal aspecto fortalece o que Silva (2019) discute sobre a abordagem proibicionista nas práticas de ensino e em materiais didáticos e paradidáticos, que pouco conversam com as ciências humanas e estão presentes no Currículo Mínimo Irredutível.

No desenvolvimento de produção dos vídeos escolares, quando o professor entrevistado reflete sobre o uso do telefone celular como meio de pesquisa e a possibilidade de o aluno perceber outros contextos sócio-históricos, surge uma condição que nos permite observar questões que atravessam a abordagem da redução de danos em seus achados. Encontramos ligações com o que Pretto (2013b) diz sobre formar cidadãos produtores de culturas e de conhecimentos a partir do uso fascinante desses recursos tecnológicos das audiovisualidades. É claro que o papel do professor é fundamental nessa construção e sua formação faz toda a diferença no processo — isso será discutido mais à frente.

Antônio

Está na faixa de idade entre 45 e 50 anos, gênero masculino, reside em um bairro da Zona Oeste e sua profissão principal é professor.

Iniciou sua experiência na educação básica trabalhando como voluntário em aulas de música. Com graduação em Música, atua na Rede há 13 anos, sendo professor I - Artes (Música) no segundo segmento do ensino fundamental.

Antônio: É, na grade tá como Música, mas eu acabo trabalhando Artes em geral com eles, porque eu gosto mais de poesia, de grafite.

Apesar de ser formalmente regente do componente curricular Música, mostra interesse em trabalhar com outras expressões artístico-culturais. Em sua entrevista, disse que sempre se interessou por filmes e televisão, e já produzia vídeos estudantis com outras temáticas. Também diz nunca ter participado de formação na temática de drogas.

Antônio: Não, não, não que eu me lembre. Não lembro. Eu acho que a edição que eu participei ou não tinha ou não chegou a mim... Não, tudo empírico, tudo observação de viver. Porque eu fui criado na comunidade também... Ali, na época que eu era jovem, lá também tinha tráfico. Eu falo para eles da experiência.

Como já citamos no referencial teórico, para Bakhtin (2014), os campos da atividade humana estão, de certa forma, conectados à utilização da linguagem, e o emprego da língua se dá em forma de enunciados que, quando associados, dão origem ao discurso humano que se configura dentro de uma construção socioideológica. A palavra está sempre carregada de um sentido ideológico ou vivencial, em seu uso prático, o autor vê a língua inseparável do conteúdo relativo à vida. Emerge em seu discurso as ideologias construídas que inferem na existência pessoal e, consecutivamente, na prática na Educação para as Drogas. No bloco 4.3.2, discutiremos como esse conteúdo vivencial pode, de certa forma, interferir no trabalho de orientação dos estudantes, na construção dos vídeos participantes do Concurso TDC.

A unidade escolar do professor Antônio está situada dentro de uma comunidade da Zona Oeste, no âmbito da 7ª CRE. Lá ocorrem problemas relacionados à questão de violência armada entre policiais e traficantes de drogas, realidade local do professor e seus estudantes.

Antônio: Quando acontece operações policiais, é bem ali onde aparece o Globocop⁴⁵, filma ali, é bem ali, é uma região complicada. É, a nossa escola tem marcas dos confrontos, é uma violência que não é só uma violência. Esse tipo de violência, desses tipos de confrontos entre policiais e os traficantes locais.

Nesse momento, a partir de suas experiências, Antônio faz uma reflexão sobre situações específicas daquela localidade e que se configuram como violência.

89

⁴⁵ Globocop é o helicóptero de uma emissora de televisão aberta (Rede Globo), no qual o repórter apresenta imagens aéreas dos principais acontecimentos da cidade. As imagens costumam ser veiculadas em um programa jornalístico local.

Antônio: Mas violência de todo tipo, né? Das famílias; o nosso público, eu acredito pela ideia que eu troco com os colegas, assim de... que dão aula, é... fora de comunidade. Eu vejo que é um pouco parecido, mas a gente tem características bem específicas ali daquela região ali. Pelo menos ali onde a gente trabalha, né? E ela tava falando isso, assim, da carência deles assim... é uma camada bem profunda, sabe? Não é só uma carência de recurso... Que a gente imagina de carente, tipo, grana, oportunidade. Mas, assim, nas coisas mais básicas, né? Como essa professora de Ciências falou, que no entorno não tem plantas, nem árvores, então, assim, para você ver... a situação. E aí, pode parecer que não tem nada a ver, mas, assim, isso diz muito do público. Da falta de carinho, de amor e de afeto que a gente percebe neles, sabe?

É interessante perceber que o professor, ao falar sobre a localidade onde a escola está inserida, traz a questão da violência de forma bem contundente, demonstrando entender como esse cenário impacta seus alunos. Ele apresenta um contexto de violência ampliado, incluindo aspectos como a ausência de estrutura e cuidados básicos oriundos do poder público. Aponta não somente a falta de dinheiro, mas ausência de carinho, amor e afeto das famílias. O professor Antônio parece considerar que esses fatores colocam os estudantes em situações de vulnerabilidade social, e completa dizendo que os professores da escola trabalham essa questão se aproximando da realidade dos estudantes.

Antônio: Mas, eu percebo... que a equipe é muito boa e a gente tem essa coisa, sabe? De... mostrar, demonstrar carinho, demonstrar afeto, sabe? É uma coisa que alguns... parece, assim... que nem tem, tipo, que ficam assustados quando você encosta no ombro, dá um abraço, aí fica com aquela cara assim, né...

Antônio discorre sobre ouvir os problemas dos estudantes e estar inserido, de fato, no contexto intra e extramuros da escola, explicando que costuma participar de eventos quando convidado pelos alunos.

Antônio: Acho que isso tudo me ajudou a desenvolver esse trabalho específico que a gente tá conversando aqui.

Antônio ainda relembra do trabalho anterior a sua entrada na Rede Municipal, como professor voluntário e educador social na comunidade onde morava, também na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Antônio: Então, assim, eu vejo hoje meu trabalho, como professor da Rede, como uma continuidade disso. Porque, assim, no fundo, eu escolhi música

porque eu era músico e... gostava daquilo. Mas eu sempre curti isso... Eu falo para eles... cara, o quê que eu tenho para passar para vocês aqui, para trocar com vocês aqui, é mais do que a disciplina em si. É... aprender a ter esperança, é eles verem que eu também sou cria de favela.

Na violência gerada pelo combate às drogas, os reais inimigos estão concentrados na camada mais pobre e na população negra. Não temos uma guerra contra as drogas e sim contra os mais pobres e excluídos pelo sistema capitalista (Ferrugem, 2020; Rodrigues, 2024). Esse contexto, ligado à criminalização da pobreza e seus territórios, faz parte da realidade desses estudantes e da maioria dos estudantes da educação básica no município do Rio de Janeiro, conforme os dados do Censo Escolar de 2022⁴⁶.

Antônio e os professores desta unidade escolar reconhecem esses fatores e parecem problematizá-los no caminho educativo, fator fundamental na Educação para as Drogas centrada na Redução de Danos, pois se afasta da visão drogacêntrica, demonstrando um olhar voltado ao contexto social do indivíduo e suas vulnerabilidades.

<u>Lúcia</u>

Está na faixa de idade entre 50 e 55 anos, gênero feminino, reside em um bairro da Zona Norte e sua profissão principal é professora.

Atua há 29 anos como professora regente de turma na rede pública de ensino municipal do Rio de Janeiro. É aposentada em uma matrícula, mas segue regente no ensino fundamental I e II em outra matrícula.

Lúcia: [...] eu me apaixonei pela educação, mas eu me apaixonei por uma educação integral... Aquela educação que eu não sou professora só de História. Eu me interesso por vários outros temas, porque eu acho que um professor, ele tem que tá aberto para o que chega dentro da sala de aula. E um dos temas que chegam sempre dentro da sala de aula é essa questão das drogas.

Seja no campo da ciência ou na educação, é na Redução de Danos que encontramos a presença de visões mais interdisciplinares, incluindo aquelas produzidas dentro do campo das ciências humanas. A literatura mostra que a educação tende a assumir o papel do debate sobre o tema, mas apresenta pequena participação de professores como protagonistas (Silva, 2019).

⁴⁶ Dados disponíveis no *site*: https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022.

Observamos, assim, a importância de programas como o Concurso Tirando a Drogas de Cena, cujo caminho das audiovisualidades, em colaboração do professor e seus alunos, pode, além de construir uma Educação para as Drogas em seus projetos pedagógicos, ampliar a possibilidade de reverberar tais produções pela internet.

Lúcia: [...] o professor tem que querer fazer. Aí ninguém queria. Aí era de História, mas eu gostava. Eu ia e pegava. Porque, assim, quando você olha: "ah! Drogas é um tema pra Ciências, né?". Não é. Droga é um tema para todo mundo. Mas aí o pessoal falava: "pô, mas tu vai pegar isso? Mais trabalho. Tu nem é dessa área". Eu ficava pensando: "Pô, eu sou dessa área, porque esses temas explodem dentro da minha sala de aula".

As políticas proibicionistas sobre drogas estão presentes não somente no pensar e no fazer pedagógico, como em grande parte dos produtos educativos. A partir da década de 1960, quando a Organização das Nações Unidas determina o uso problemático de drogas como um problema de saúde pública, abriu-se um caminho para ações de prevenção educativas (Coelho; Silva, 2024).

No Brasil, na década de 1970, ao ser regulamentada, a Lei 5.726/1971, que dispunha sobre medidas preventivas e repressivas ao tráfico e uso de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, confere-se ao Ministério da Educação e Cultura ações que deveriam ser desenvolvidas no contexto do ensino (Brasil, 1971). Foram desenvolvidos programas de instrução para esclarecimento popular e de formação de educadores, focados basicamente nos malefícios do uso de substâncias entorpecentes ou que causassem dependência (Coelho; Silva, 2024).

Na mesma década, um ponto marcante apontado por Coelho e Silva (2024) é a Lei de Drogas (Brasil, 2006). Reforçando a abordagem educativa proibicionista, a lei previa que os conhecimentos sobre a natureza e os efeitos das substâncias dispostas no que ela regulamenta deveriam estar incluídos nos programas das Ciências da Natureza aos estudantes do 1º grau⁴⁷.

Se formos pensar na capilaridade nacional do PROERD e como o tema está inserido na atual Base Curricular Nacional, nos parece que a Educação para as Drogas ainda segue muito fortemente na abordagem proibicionista. Com base na literatura, entendemos que, no âmbito das drogas, o processo de construção da

-

⁴⁷ Com a organização atual da educação básica, segundo a Lei 9.394, de 20 de junho de 1996, o 1º grau corresponde ao ensino fundamental (Brasil, 1996).

legislação brasileira vem favorecendo ideias que se apoiam na cultura escolar de que o professor de Ciências da Natureza deve trabalhar o temário apenas por estar ligado fortemente à questão de saúde/médica, focando principalmente nos efeitos danosos ao sistema nervoso central. Coelho e Silva (2024) apontam que, o único momento em que o trabalho pedagógico considera abordagens multidisciplinares, aproximando-se da prática da RD, foi a elaboração dos PCN — que, segundo os autores, foram subaproveitados nos trabalhos pedagógicos.

Assim, observamos que a participação desses professores e seus alunos no Concurso TDC pode favorecer ações pedagógicas multidisciplinares, o que, no caminho das audiovisualidades, pode ocorrer de diversas formas dentro e fora do espaço escolar.

Lúcia possui graduação em História, lecionando sua disciplina de formação e Estudos Orientados. Trabalha produzindo audiovisuais de diversas temáticas com crianças e jovens estudantes da Rede em suas aulas. Participa com regularidade de mostras e concursos de vídeos estudantis, apresentando as produções realizadas com seus estudantes. Diz participar do Concurso TDC desde o período inicial, quando os produtos apresentados à competição eram textos teatrais.

Lúcia: Então, lá atrás. Quando começou o Programa/Projeto, esse Concurso, né? Do Tirando as Drogas de Cena. Nem era de vídeo, era de textos... teatral. Era de texto. Depois virou teatral. Aí depois que passou a ser de vídeo.

Desde o início de sua carreira profissional no magistério, Lúcia participou de formações com a temática das drogas. Durante a entrevista, cita duas: uma oferecida pelo posto de saúde na localidade de sua escola e outra com a coordenação do Concurso Tirando a Droga de Cena. A partir daí, a professora costuma participar de formações em serviço sempre que pode e cita uma prática interessante: quando possível, aplica o aprendizado em sala e dá *feedback* aos responsáveis.

Lúcia: [...] todas as vezes que vinha qualquer coisa sobre droga ou abuso ou qualquer... Eu sempre quis participar. Pedia, negociava na escola a falta para poder ir. Por quê? Porque eu sempre me comprometi em desenvolver na sala de aula esse... "O que eu faço?" Se você falar, assim... Se eu for fazer uma formação com você. "Ah! O Flávio vai dar uma formação sobre como trabalhar na EJA tal coisa." Eu vou nessa sua formação e eu vou levar essa formação que você fez para minha sala de aula e vou desenvolver e depois eu vou dar um retorno. Eu sempre fiz isso, porque eu acho que essa informação, ela não pode parar no professor. Eu acho que se você foi fazer um curso e você foi liberado para fazer um curso e o curso valeu a pena, dá para desenvolver. Por que não desenvolver, entendeu?

Um item que nos chama a atenção na fala de Lúcia é o problema que os professores têm em participar das formações, geralmente, por não conseguirem dispensa de ponto, limitando o desenvolvimento profissional no que tange à atualização em serviço, prática tão importante no magistério. Identificamos que, entre os professores que orientaram os alunos nas produções dos vídeos, Lúcia é a única entrevistada que participou de formação no temário das drogas.

A unidade escolar onde realizou os vídeos participantes do Concurso TDC está situada no mesmo bairro de moradia da professora, pertencendo à 4ª CRE.

<u>Rita</u>

Está na faixa de idade entre 35 e 40 anos, gênero feminino, reside em um bairro da Zona Oeste, é atriz, mas sua profissão principal é professora. A escola onde desenvolveu o trabalho com os filmes participantes do Concurso TDC fica na mesma região onde vive, na abrangência da 10^a CRE.

É professora atuante e atriz há 20 anos. Trabalha na Rede Municipal de ensino há 10 anos. Atualmente, não está como professora regente de turma, mas atua em projetos como professora de Artes Cênicas com estudantes em diversas unidades escolares. Possui duas graduações (Pedagogia e Artes Cênicas) e pós-graduação em Artes Cênicas (doutoranda). Nunca participou de formação dentro da temática das drogas.

A escola tinha uma participação bem ativa no Concurso Tirando a Droga de Cena, com alunos do ensino fundamental II. Quando Rita entrou na unidade, havia uma demanda por parte dos estudantes menores a participar também. A professora trabalhava com turmas de fundamental I. Entre as categorias do Concurso TDC, Rita desenvolvia projetos para a categoria A, que abrange estudantes de 4º e 5º ano.

Rita: E aí, quando eu cheguei lá, eles já faziam e faziam com é... categoria, sétimo e oitavo e nono ano, né? E eu vi que os pequenininhos já falavam disso e a escola tinha um certo glamour, que o Fulano e a Beltrana sempre fizeram um trabalho lindo... A escola é imensa e eu pegava só os pequenos. E aí, os meus falavam: "Ah, então agora que a gente é seu, a gente vai poder fazer, não sei o quê". E aí, eu pedi para participar da categoria do quarto e quinto ano.

A fala de Rita demonstra a importância do concurso e da utilização de vídeos estudantis no trabalho pedagógico, não só atrelados à temática das drogas, como em outros temas.

Baseados em nosso referencial teórico, percebemos que o uso do audiovisual na escola, por ser uma linguagem rica de saberes e que expressam culturas variadas, pode funcionar como instrumento de reflexão e aprendizagem. Partindo do exemplo de Napolitano (2019) — que discute as várias dimensões do cinema no ensino e que, além de outros fatores, constitui uma obra de arte coletiva e tecnicamente sofisticada que relaciona a escola à cultura cotidiana mais ampla e em seu uso como ferramenta pedagógica —, o professor deve estimular pontes entre razão e emoção, de forma direcionada a formar um aluno exigente e crítico.

Esses argumentos estão centrados no uso do cinema em práticas de ensino, que configuram relações entre o conteúdo/linguagem do filme ao conteúdo escolar. Sabemos que o uso de vídeos ampliou as possibilidades do trabalho pedagógico nos ambientes escolares, sendo assim, podemos inferir essas análises à produção dos vídeos estudantis como possibilidade de se trabalhar na Educação para as Drogas.

Um trabalho que estudou características de programas escolares de prevenção ao uso de drogas no Brasil apresentou dados de uma revisão sistemática sobre ações bem-sucedidas, apontando o uso de métodos interativos e intervenções que proporcionam oportunidades para praticar e aprender habilidades pessoais e sociais que contemplem dimensões como comunidade e família. Pelo que percebemos até agora, esses fatores podem ser trabalhados no desenvolvimento de produções de vídeos por estudantes. Por conseguinte, 81,2% das escolas brasileiras presentes nesse estudo declaram a apresentação de filmes em suas práticas, basta sabermos como ocorre essa prática, pois 45% trabalharam com modelos ligados ao amedrontamento (Pereira; Sanchez, 2020).

Ocorreu um movimento de ampliação do trabalho pedagógico com a produção dos vídeos estudantis, sendo estimulados pelo concurso e outros professores que já realizavam o trabalho com estudantes mais velhos. Além disso, ocorreu um estímulo oriundo dos alunos mais novos (crianças).

Rita: Não! Não trabalhava com audiovisual. Aí, é... eu conheci eles, e eles trabalhavam. O Fulano era conhecido como professor de cinema, né? E as crianças queriam muito. "Tia, então a gente agora vai fazer cinema?" Porque, na cabeça deles, a arte era o desenho e o professor de artes cênicas era o cinema, para saber como a escola já tinha essa cultura. E aí, eu comecei a trabalhar com vídeo por conta dele, por conta do movimento dos alunos, mesmo dos pequenos.

Tânia

Está na faixa etária entre 50 e 55 anos de idade, gênero feminino, é atriz e professora regente, sua profissão principal. Concluiu bacharelado e licenciatura e pósgraduação (mestrado) em Artes Cênicas, mas nunca realizou formação com a temática de drogas. Residindo em um bairro da zona sul do Rio de Janeiro, atua na Rede há 22 anos como Pl⁴⁸ – Artes, com turmas de ensino fundamental II.

Em 2008, inspirada por aulas de cinema que teve em uma escola particular, quando estudante do ensino médio, desenvolveu juntamente com outro professor um projeto de aulas de teatro e cinema na unidade escolar em que lecionava, localizada na Zona Oeste do Rio de Janeiro (10ª CRE).

Em 2010, através da coordenação escolar, toma conhecimento que o Concurso TDC havia sofrido mudanças e passado a receber como forma de participação vídeos estudantis na temática de prevenção à dependência química. Nesse momento, a professora relata vislumbrar a possibilidade de ampliar e divulgar na Rede o trabalho que já desenvolvia com os estudantes.

Tânia: ele passou a ser de audiovisual. E aí, quando a coordenadora falou comigo, [ela] falou: "Pô! Pode ser uma oportunidade pra vocês, que tão fazendo cinema, nã, nã, nã". E aí, a gente resolveu participar. Em 2011, eu pude participar.

Essa fala corrobora com o que Rita nos trouxe sobre o entendimento de que a participação no concurso estimulou o trabalho pedagógico dentro da temática das drogas, principalmente por ser apresentado em vídeos.

Tânia: Por eu ser de arte... Pra mim, na verdade, sempre foi arte. Mas eu tentei unir com a questão da droga, pra fazer uma coisa legal e aí eu dizia pra eles: "A gente vai fazer um trabalho artístico. Pra além da droga, mas a gente vai se aprofundar nisso também, porque isso também faz parte da proposta". Então... mas sempre eu tentava puxar pra isso.

<u>Letícia</u>

Esta agente da pesquisa está inserida no grupo com o perfil que chamamos de coordenador do Concurso Tirando a Droga de Cena. Está na faixa etária entre 50 e 55 anos, e reside em um bairro da Zona Norte.

⁴⁸ Na estrutura da Prefeitura do Rio de Janeiro, este é o cargo do professor que atua em uma disciplina específica da grade curricular, geralmente em turmas de segundo segmento do ensino fundamental. Algumas disciplinas como Artes, Educação Física, Línguas Estrangeiras e Eletivas são ofertadas por esses profissionais também no primeiro segmento.

Atuou na Rede por mais de 20 anos até se aposentar. Como PII, foi professora regente na educação infantil e no primeiro segmento do ensino fundamental e como diretora adjunta de creche. Na SME (Nível Central), passou pela Comunicação Social e Gerências de Educação Infantil e Mídia Educação. Por conta desse trabalho, é nesse momento que Letícia tem seu primeiro contato com o Concurso Tirando a Droga de Cena, antes de assumir, de fato, a coordenação.

Graduou-se em Comunicação Social (Jornalismo), com pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação, compartilhando as duas profissões em um período de sua trajetória. Em outras instituições, foi assessora de comunicação social e docente em cursos de graduação, onde continua como tutora.

Participou de duas formações na temática das drogas: uma em 2019, oferecida pelo grupo de profissionais do Núcleo Interdisciplinar de Apoio às Unidades Escolares (NIAP)⁴⁹, intitulada "Programa de Educação Continuada - Fórum Álcool e outras Drogas para Profissionais da Educação", com carga horária de 12 horas. A outra, em 2021, foi realizada remotamente em colaboração com o GPED/UERJ⁵⁰, fazendo parte das ações da 1ª Mostra de Audiovisual Tirando a Droga de Cena, onde o concurso deixou o caráter de competição entre os participantes. Ambas foram oferecidas a educadores participantes do TDC e abertas a profissionais de toda Rede. A participação nas atividades não se configurava como pré-requisito para participação no Concurso/Mostra.

Letícia reconhece a importância das parcerias com outros grupos e instituições no encaminhamento do Programa. Desde a composição do júri, que era integrado por pessoas de diferentes gerências da SME, da MultiRio e até o Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP), uma instituição de fora da estrutura da Prefeitura, que atua na área de audiovisual, comunicação e educação, conferindo, assim, um caráter multidisciplinar. Vejamos a importância apontada a cada membro nessa estrutura:

Letícia: E a MultiRio, ela também sempre participou do Concurso Tirando a Droga de Cena, desde que eu me lembro, né? Eu não sei se antes da minha participação era uma entrada tão forte, mas a MultiRio sempre esteve presente,

⁵⁰ O GPED/UERJ tem como objetivo fomentar pesquisas e discussões sobre questões relacionadas ao álcool, medicamento e outras drogas no campo da educação em suas várias dimensões. Para saber mais: www.gped.net.

⁴⁹ NIAP é um órgão da SME, criado em 2010, ligado à Subsecretaria de Articulação e Integração, à Coordenadoria de Apoio à Gestão Escolar e à Gerência de Proteção Escolar, com a função de planejar, coordenar e implementar ações, a partir das diretrizes da SME, para apoio interdisciplinar às Unidades Escolares Municipais no enfrentamento de situações que interfiram na relação ensino/aprendizagem; atuando com assistentes sociais, psicólogos e professores na garantia de acesso, permanência e aproveitamento escolas dos estudantes a partir dos saberes das três áreas de conhecimento dos profissionais envolvidos no órgão. Para mais informações: https://bit.ly/4gOskRI.

não só fazendo registro, né, fazendo DVD's, botando programa no ar, como também como jurado, né? [...] Tinha outras pessoas importantíssimas. A gente tinha pessoas do PEJA⁵¹, que sempre estavam ali, pontuando a especificidade do trabalho do PEJA, que não tinha como, é, até como júri, errar a mão, né? Porque eram pessoas que tinham uma outra relação com as mídias e outras possibilidades de fazer audiovisual. Tinha grupos, e aí, assim, essa troca era porque tínhamos uma professora de Artes Plásticas, que ficou conosco por muito tempo. E a questão também do olhar da estética desse vídeo. Então, o júri também era composto por pessoas multidisciplinares que podiam dar um olhar muito mais holístico para a questão do produto, né, do vídeo. Tinha o pessoal do CECIP. [...] Acho que o CECIP, por todo o trabalho que eles fazem com o audiovisual... Então, acho que eles entram como convidados, com esse olhar mais social pra questão. Eram pessoas que traziam ótimas colocações, riquíssimas, né? É, as experiências que elas abordavam, que elas traziam pra gente, clarear, alargar um pouco mais o nosso olhar, sobre o material que a gente estava analisando. Então, tinha essa relação mesmo com o CECIP.

Deste modo, a MultiRio assume a parceria com o TDC a partir de 2010, com a chegada das produções audiovisuais.

Letícia: Mas aí, a participação da MultiRio, ela se dá de duas formas importantes. Uma no registro, como programa, pra divulgar o projeto em si e também como parte integrante do júri, né? E aí, analisando com esse olhar também da linguagem do audiovisual e do conteúdo que estava sendo proposto pelo concurso. Então, ela tinha essa dupla função.

Como parte das ações do Programa TDC, a empresa levava estudantes vencedores do concurso às suas dependências, para conhecerem mais sobre a produção audiovisual, e realizava peças publicitárias disponibilizadas em sua programação (canal de TV aberta, por assinatura e no *Youtube*), com o *slogan* "Alerta sobre os malefícios do uso de drogas", incentivando a autoestima e a construção de relações saudáveis. Produziram também uma série de programas chamada Escola, Câmera, Ação!, que atuava em duas frentes: a exibição de vídeos que haviam participado do concurso, com posterior debate nas escolas, e a apresentação do trabalho de professores produtores desses conteúdos audiovisuais, falando sobre suas experiências. Essas atividades contribuíram para a disseminação da proposta do projeto, contempladas além do Concurso Audiovisual.

Por estar disponibilizado na *internet*, esse material se configura como prática ligada às atualizações atribuídas às audiovisualidades e dialoga com conceito de cronotopo, proposto por Bakhtin. Isso pode oferecer aos futuros espectadores, ou até

-

⁵¹ O Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA) atende estudantes da modalidade de ensino EJA na Rede Municipal do Rio de Janeiro.

mesmo aos pesquisadores, possibilidades de entender os enunciados presentes nas obras, a partir de um cenário que, inter-relacionando condições de espaço e tempo, reverbera condições de uma época.

Quando questionada sobre a influência da equipe de jurados no edital do concurso, Letícia afirma:

Letícia: Sim. Sim. Uma certa orientação, sim. Por exemplo, vídeos muito longos. A gente começou a perceber que, com o tempo, a produção de vídeos iria aumentar e ia ficar uma coisa muito longa. Prolixa, né? As crianças tinham muita dificuldade de dar uma mensagem curta, então, ficava uma coisa muito longa, elas se perdiam no meio do caminho. E até para o júri assistir, quando chegavam cinquenta, sessenta DVD's, era praticamente impossível da gente conseguir dar conta daquele material. Então, era sim. Muitas vezes, esses encontros, e o que a gente observava, iam pontuando determinadas orientações no edital seguinte, sim.

No momento da escolha dos primeiros colocados, ao se reunirem, os jurados recebiam orientações da coordenação do concurso.

Letícia: Fulana pontuava mais as questões pedagógicas do assunto, e até porque ela, dentre todos nós ali, é que detinha a maior informação sobre a questão de educação para drogas, né? Ela que fazia essa militância, ela que tinha essa informação. Então, ela sempre ajudava o grupo a entender por que caminhos ela gostaria que o concurso, né, indicasse o trabalho. Então, era sempre uma preocupação muito grande no foco da prevenção, escolhas saudáveis, né? E que não valorizasse o vídeo tanto, o uso da droga em si, as alternativas para que isso acontecesse, discussões e reflexões sobre o assunto.

A pessoa citada por Letícia foi uma das principais idealizadoras e coordenadora do Concurso TDC por vários anos.

Acreditamos que essa forma de pensar o trabalho educativo de prevenção está ligada ao chamado *Modelo de oferecimento de alternativas*, considerado uma possibilidade menos tradicional para se referir aos insucessos de propostas ligadas fortemente a uma visão de guerra às drogas (Moreira; Silveira; Andreoli, 2006). O referido modelo procura proporcionar ao jovem a sensação de expansão da mente, crescimento pessoal, excitação, alívio de tédio, entre outros fatores, através do oferecimento de atividades que variam conforme o interesse e os gostos dos jovens, como atividades esportivas ou artísticas, com o oferecimento de possibilidades que caminhem a orientar a uma vida saudável e que leve o jovem a não ter nenhum interesse ou curiosidade. Esse programa foi implementado em escolas públicas

estaduais no estado de São Paulo, no início da década de 1990, mas, devido a sua descontinuidade, não foi sequer avaliado.

Letícia: Então, a gente ia discutindo, conversando. Às vezes, um vídeo, até que ficou com colocação lá atrás, vinha à roda, na conversa, pra que a gente até visse: "Como é que aquela escola tava olhando aquela questão?". Era sempre uma preocupação, de alguma forma, nossa, né? Porque o vídeo deveria ser o produto, de um trabalho, de uma concepção daquela unidade escolar, sobre aquele tema. Era essa a nossa questão. Então, se um vídeo chega com o foco muito nas consequências da droga, a gente ficava pensando: "Ok, né? É fato! Mas como é que essa escola tá entendendo e trabalhando com esses alunos alternativas? Ouvindo eles sobre essas questões, né?". Havia muitos vídeos repetindo o discurso da mídia. Então, eram sempre essas colocações e uma preocupação muito grande, né, Flávio? Por quê? Porque um concurso desse, fora de uma rede pública municipal, ele tem uma questão. Mas quando você tem um concurso desse, dentro de uma rede, que ele tá atrelado a um trabalho de educação e pedagógico, não dá pra gente querer ter os mesmos critérios de levar ele pra fora de uma rede. Acho que o critério de um concurso, quando ele está dentro de uma instituição como a SME, ele atende, de alguma forma, preceitos de educação. De um trabalho pedagógico a ser desenvolvido. Né? Então, era isso. E mais. vinham várias questões. Os vídeos, muitas vezes, ganhavam fórum fora da escola. E era uma questão que era, assim, esquisita, porque ali tinha o contexto do vídeo. Você pega um vídeo desse com crianças com uniforme da rede pública, né, e tira isso do contexto e joga no YouTube. pra pessoa se apro... o que que ela vai pensar? Qual é o olhar que ela vai dar praquele vídeo? Também tinha essa questão que a gente... se tinha clareza suficiente para passar essa informação no contexto que ele estava sendo feito. Né? Até porque, a nossa preocupação é porque a gente lida com crianças e adolescentes. Então, por mais que se diga: "Ah! Tá no YouTube, tá público". Mas, não é bem assim, né? Ainda mais um trabalho que foi feito dentro de uma escola, dentro de uma perspectiva. Mas se eu tô... se eu sou um navegador de internet e não conheço aquele trabalho, aquele contexto, eu pego aquele vídeo e aí. Né? Então, tinha. Por ser uma Secretaria de Educação, sermos um projeto institucional, tinha-se essas preocupações também, que, de alguma forma, norteia o trabalho daguele jurado.

Na fala, Letícia destaca o interesse do grupo em perceber os vídeos como resultado do trabalho pedagógico realizado dentro da escola. A entrevistada relata que problematizavam o porquê do foco nas consequências do uso e não nas alternativas e que muitos vídeos reproduziam o discurso das mídias. Como vimos, a imprensa reverberava ideias proibicionistas de combate às drogas, mas que, de certa forma, faziam parte da realidade diária das escolas. Questionamos aqui se atuar em cima disso poderia interferir na realização de uma educação crítica da realidade social.

Esse *modus operandi* gerava uma outra preocupação, esta atrelada à noção de audiovisualidades que não vê o audiovisual como um produto acabado, "[...] mas como um conjunto aberto e movente de práticas, de usos, invenções e apropriações que, em sua processualidade, é imprevisível, transverso, complexo, tático, híbrido, hipertextual, coletivo, nômade e multifacetado" (Nolasco-Silva; Soares; Costa, 2018, p. 79).

Sobre a entrada dos vídeos nas redes digitais, a coordenadora mostrou uma preocupação da equipe sobre como o trabalho seria recebido pela sociedade, visto que representava uma produção realizada enquanto projeto orientado pela Prefeitura entre agentes escolares. Essa questão é tão complexa que se reflete em sala de aula.

A literatura apresenta professores com receio de realizar o trabalho nas escolas. Mesmo sabendo que o objetivo do Concurso TDC era trazer a reflexão dentro da temática, minimizando a discussão em cima de efeito do uso/abuso de drogas, esse resultado mostra uma ampliação para outros níveis em discutir a questão das drogas de uma forma mais democrática, configurando um entrave no desenvolvimento de Educação para as Drogas no contexto das audiovisualidades. Mas os praticantes das audiovisualidades, ao criarem e produzirem seus vídeos, baixam, compartilham, interpretam e comentam em redes sociais num caminho que extrapola (e muito) os limites da sala de aula e da própria SME. Está posto aqui mais um desafio.

Sobre as relações de parcerias, Letícia acrescenta que, em colaboração com a Assessoria de Comunicação e a Casa Civil, com o objetivo de disponibilizar de uma forma institucionalizada tudo o que era produzido pelo Programa Tirando a Droga de Cena, foi criado um *site* e um canal do *Youtube* que incluíam vídeos produzidos e material de apoio para professores e alunos. Tanto o site quanto o canal do Youtube estão fora do ar, mas as atividades remotas presentes na 1ª Mostra Audiovisual TDC de 2021⁵² foram integralmente transmitidas pelo canal do *Youtube* da MultiRio e continuam disponíveis ao público.

Letícia: A ideia era que o site não fosse só pra falar do concurso, mas que **fosse um espaço de diálogo**, justamente sobre a questão. Então, tinha textos, tinha um espaço pra textos acadêmicos, tinha a programação do NIAP, já tinha programação do GPED. Entendeu? Então, tinham várias questões. Várias ações dizendo até o que as escolas estavam fazendo. Os vídeos, já tinha alguns vídeos ali. O da própria MultiRio, pra auxiliar o professor a fazer. Tinha um vídeo bem bacana de uma aluna ensinando, bem basiquinho, como é que se faz uma filmagem. Então, a ideia era ter um espaço, realmente, de encontro

_

⁵² MultiRio. 1^a Mostra Audiovisual TDC de 2021. **Youtube**, 9 de novembro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_Ot4JLZiGV4. Acesso em: 28 jan. 2025.

ali, de troca, de conhecimento. O professor quer começar e não sabe como, tinha ali uma parte que dava uma estrutura sobre conteúdo e também tinha uma parte de como fazer o audiovisual. Então, a ideia era essa.

Apesar da preocupação sobre o que seria disponibilizado nas redes, observamos uma intenção da coordenação do Concurso TDC em ofertar os materiais educativos, formações e vídeos produzidos pelos alunos tanto no *site* institucional quanto no canal do *Youtube*, com ambas as plataformas funcionando como um repositório de materiais diversos disponíveis na rede. Afinal de contas, um concurso atualizado com o intuito de se reconstituir no caminho das audiovisualidades não poderia fugir completamente dessas práticas.

Essas práticas, ligadas da experiência contemporânea de convergência midiática, representam devires potenciais, entendidos dentro do estudo das audiovisualidades como uma virtualidade, uma reserva de forças criativas, apontando para novas criações audiovisuais não conhecidas (Silva, 2009). Em consonância com a nossa pesquisa, entendemos que a utilização desses vídeos dentro do caminho das audiovisualidades enquanto devir podem incrementar as possibilidades de trabalho dentro da Educação para as Drogas.

4.3.2 O que pensam a respeito da temática das drogas na educação

Reconhecendo que o uso de drogas, lícitas ou ilícitas, pelos jovens é uma realidade, os entrevistados consideram importante trabalhar o tema na educação, afirmando que as informações sobre as drogas devem ser discutidas de forma aberta em ambientes educacionais, priorizando uma relação dialógica — prática comum na abordagem centrada na Redução de Danos. Corroborando com a literatura, os professores demonstram ter a percepção do insucesso da forma como o tema das drogas é trabalhado no ensino.

Luiz, que atua na Educação de Jovens e Adultos, mostra-se preocupado com o uso abusivo e a precocidade no consumo de álcool entre os jovens. Isso demonstra uma atenção para a questão, como uma realidade social que reverbera nas escolas. Ele aponta que há alunos que consomem drogas ilícitas e, sobre o assunto, traz uma fala sobre o trabalho na Educação para as Drogas:

Luiz: Então, a droga não é, a meu ver, um problema de segurança pública, mais do que é um problema de saúde pública. Então, é preciso educar os jovens para o uso consciente das drogas lícitas. Que eles aprendam a fazer o uso consciente. Não na idade não adequada, evidentemente. E que haja uma

formação permanente para o uso de drogas ilícitas, que, a meu ver, elas não devem ser utilizadas.

O professor cita o consumo pelos estudantes e os malefícios que podem ocorrer a partir dele, mas não difere as práticas de uso e considera a abstinência no caso das drogas ilícitas. Apesar de entender que a questão das drogas não é um problema do âmbito da justiça e da segurança pública, percebe-se uma discussão centrada no caminho da legalidade das substâncias e da saúde pública. Feffermann e Figueiredo (2006) trazem o entendimento que, ao longo do tempo, a diferenciação da legalidade/ilegalidade dos psicotrópicos está ligada, sobretudo, aos interesses políticos e econômicos, inexistindo uma situação de tal forma específica que justifique a ilegalidade de uma substância, reforçando, assim, o caráter de construção social.

Sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico na Educação para as Drogas, os professores Luiz, Antônio e Lúcia, por reconhecerem o uso de drogas no cotidiano dos estudantes, deixaram bem evidente que discutir o tema deve ser uma prática constante nas escolas. Lúcia questiona a pequena inserção do conteúdo nas bases curriculares vigentes, como apresentado na Base Nacional Comum Curricular. Cabe complementar que, desde que as drogas passaram a ser encaradas como questão de saúde pública, elas entram nos currículos escolares no entendimento da prevenção das doenças causadas pelo seu uso (Silva; Coelho, 2023).

No contexto da Educação para as Drogas, Silva e Coelho (2023), a partir de suas reflexões sobre o conceito de prevenção da saúde, apresentam um litígio, na medida que "discursos do tipo melhor prevenir a remediar se revigoram em diferentes contextos educativos" (Silva; Coelho, 2023, p. 4070). Em sua concepção, os autores reconhecem o trabalho educativo preventivo nas bases da prevenção primária, assumindo um caráter polissêmico do conceito de prevenção que considere as razões e as necessidades que levam a pessoa a utilizar e também reconheça contextos em que os indivíduos não conseguem interromper o uso (Silva; Coelho, 2023).

Pereira e Dal Pont (2021), por sua vez, defendem que a produção do vídeo estudantil carrega para dentro da escola muitos conhecimentos de fora do currículo formal. Ao falar sobre como discute de forma aberta e dialógica o tema das drogas, das questões de gênero e sexualidade e da prevenção de infecções sexualmente transmissíveis com seus estudantes, Antônio põe em prática o que ele mesmo diz estar presente no currículo oculto. Assim, o trabalho pedagógico no âmbito do Concurso TDC pode abraçar a possibilidade de fomentar o trabalho da Educação para as Drogas como prática de um conteúdo que não está necessariamente preconizado

em documentos curriculares oficiais. Nesse caso, entendemos que o papel do professor é fundamental, mas não se pode cair nas armadilhas dos discursos hegemônicos.

Na Ata nº 698 da sessão do Conselho Municipal de Educação realizada em 2014, a representação da SME apresentou como uma de suas ações orientar que o tema "Prevenção ao uso de drogas psicotrópicas" esteja contemplado no Projeto Político-Pedagógico (PPP) de cada unidade escolar, como forma de garantir sua inclusão, continuidade e eficácia e a produção de Cadernos Pedagógicos (elaborados em colaboração com professores da própria Rede) enviados às escolas, com o objetivo de constituir-se como mais um recurso de auxílio ao professor e aos alunos, trabalhando entre outros temas a prevenção à dependência química (Rio de Janeiro, 2014).

Sobre a presença do tema no PPP da unidade escolar, o professor Luiz reconhece a importância do professor e da escola para fomentar o debate, na medida que são formadores de opinião e habilidades e competências, mas ele também pensa que, dentro do documento oficial, debater as questões referentes ao uso de droga deveria ser um desdobramento sobre qualidade de vida e relações interpessoais:

Luiz: Mas ele entra como questão de você trabalhar valores fundamentais para a preservação da vida do indivíduo, pessoalmente, e da vida do indivíduo, socialmente falando, né? Da relação dele com o outro. Porque o que a gente identifica muito, na relação dos educandos com seus familiares, que aquele que tem problemas de alcoolismo, por exemplo, em casa, eles enfrentam algumas situações que são muito complicadas, né?

Pensando nas práticas de uso, percebemos o reconhecimento do uso abusivo de uma droga lícita como o complicador das relações sociais e de saúde.

As professoras Rita e Tânia analisam a questão focadas no trabalho de produção dos vídeos com os estudantes participantes do Concurso TDC, apontando que havia na escola onde trabalhavam uma prática constante do trabalho pedagógico com audiovisuais, e ambas, como professoras de artes cênicas e cinema, deram encaminhamento a esse trabalho. Rita com turmas de ensino fundamental I e Tânia com turmas de fundamental II. Isso destaca a importância do concurso em ajudar a trabalhar a temática das drogas. Ao lembrarmos das dificuldades encontradas por professores, normalmente ligadas às complexidades do tema, podemos dizer que o concurso, enquanto incentivo ao trabalho pedagógico dentro das audiovisualidades, estimula o desenvolvimento da prática da Educação para as Drogas. Tânia, por várias

vezes durante a entrevista, se diz desafiada a trabalhar com o tema, orientando os estudantes de uma forma prazerosa.

Tânia: É, na verdade eu já falei mesmo. Era uma coisa que como tava... eu vinha fazendo o audiovisual se desenvolvendo, aquilo, pra mim, apareceu como uma oportunidade de continuar fazendo, e agora... só que agora tentando me adequar à proposta do concurso. Então, era um desafio também, entendeu? Eu acho que, na primeira vez que eu fiz, o desafio já foi altamente criativo... Então, assim, pra mim, era muito prazeroso, porque era um desafio, estar sempre numa temática se repetindo, mas eu sempre dizia: "Vamos nos estimular a sermos sempre criativos e fazemos um filme muito legal, onde a gente vai poder discutir um monte de coisas". E tava fazendo um trabalho artístico também.

Rita e Tânia citam uma peculiaridade do edital do concurso: o cuidado que os professores orientadores deveriam ter com questões ligadas à reprodução de cenas de crime e violência atreladas ao uso de drogas, evitando até citar o nome das drogas – fato percebido por nós nas análises dos textos fílmicos aqui apresentadas.

Abaixo, segue um trecho da fala de uma coordenadora do Concurso TDC, realizada durante a cerimônia de premiação no ano de 2014:

Coordenadora: O mais importante do que o tempo é... assim, obedecer ao tema Prevenção à Dependência Química. E aí, não é ficar focado na tragédia depois de já acontecer o problema da dependência. É a gente trabalhar os fatores de proteção. Procurar fazer as escolhas saudáveis. ⁵³

No edital do concurso, há um item que considera desclassificar vídeos que possuam imagens de natureza apelativa (caveiras, caixões, cemitérios) e/ou imagens violentas e preconceituosas. O trecho proferido pela coordenadora nos faz entender que não é uma exigência não falar diretamente sobre a droga ou sobre as situações de violência em cenários onde as drogas estão presentes, mas não dar o foco principal, ou seja, apenas em fatores de proteção e de escolhas saudáveis.

Sobre essa exigência, a professora Rita faz um questionamento sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico com os vídeos estudantis. Ela diz que os alunos têm acesso a conteúdos que mostram cenas de violência ligadas à questão das drogas, seja pelas mídias e/ou em seu dia a dia, portanto, eles reproduzem o que veem. A professora diz ainda que, em um trabalho pedagógico, esses contextos devem ser aproveitados; ela conta que, durante o desenvolvimento do seu projeto

-

⁵³ MultiRio. Curta e Compartilhe - Tirando a Droga de Cena. **Youtube**, 3 de junho de 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=krdhNZCYQa4. Acesso em: 28 jan. 2025.

junto aos alunos, trabalhava todos os conteúdos e ideias que surgiam. E, por essas questões e limitação de tempo do vídeo pronto, acabava retirando algumas partes.

Rita: Não é querendo exaltar a violência, mas eu acho que poderia ser mais explícito um pouquinho... mas, eu acho que poderia é expandir para outros moldes também, entendeu? Acho que poderia ter também uma coisa mais... que fosse um pouco mais trágica, porque acaba ficando tudo muito leve e não é leve e eles vivem essa realidade triste, muito triste. E eles querem, muitas vezes, mostrar o que passam dentro de casa e tal. E aí, a gente não pode, né? Daí eu aproveitei. Tentava aproveitar tudo na sala.

Destacamos que, com essa prática, o Concurso TDC, de certa forma, desconsidera discutir situações ligadas ao uso abusivo que ocorre dentro das casas dos estudantes e, em algumas situações, até com os próprios alunos (Coelho; Monteiro, 2019). Levando em conta que a Rede Municipal atende discentes oriundos das famílias de classes populares, muitos deles moradores de áreas conflagradas pela violência, resultado da guerra às drogas (Rodrigues, 2014; Ferrugem, 2020; Lemgruber, 2022). Ao nosso ver, esse conhecimento vivencial dos alunos, em congruência com a abordagem da Redução de Danos, oferece a oportunidade de estimular o desenvolvimento de um aluno mais crítico da realidade instaurada pela guerra às drogas em nossa sociedade, aproximando-se de uma Educação para as Drogas.

Sobre esse apagamento que o edital do concurso parece promover, refletimos com Freire (2002), principalmente quando o autor diz que ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e questiona por que não discutirmos com os alunos a sua realidade concreta enquanto indivíduos das classes populares e que atravessam diversas questões, muitas delas ligadas a baixos níveis de bem-estar. O autor questiona ainda por que não estabelecer uma relação entre os conteúdos escolares e suas experiências sociais reais de indivíduos.

No processo de construção de um discurso da educação para falar sobre drogas, Acselrad (2005) infere que uma das exigências implica a identidade de cada um em face do discurso enunciado e a necessidade de incorporação de argumentos múltiplos e encadeados. Pois, "o uso de drogas pressupõe situações do indivíduo, do grupo, do bairro, da cidade, da região, do Estado-nação, do mundo globalizado" (Acselrad, 2005, p. 183). Esse discurso faz referência ao que a própria autora chama de *discurso do poder*, que segue fortalecido pelo proibicionismo, refletido em ações centradas na abstinência. Sabemos da realidade dos jovens, suas curiosidades e necessidades de experimentação, muitas vezes, ligadas à socialização e à busca pelo

prazer. Nesse contexto, observando as experiências de uso que, sejam elas problemáticas ou não, passam por uma questão criminalizante. Pensando em mundo real, incluindo no bojo da discussão drogas lícitas e ilícitas, o aluno precisa se educar para viver num mundo onde as substâncias psicoativas existem.

Lembrando que os vídeos estudantis são o resultado final de um trabalho colaborativo, realizado com intencionalidade pedagógica dentro do espaço escolar, dentro da visão dialógica de construção de enunciado concreto de Bakhtin, eles são gêneros do discurso.

Sobre a questão do tempo máximo do vídeo levantada por Tânia e Rita, tomamos como reflexão o conceito de irredutibilidade dentro das audiovisualidades. Esse recorte se faz necessário, principalmente na logística de seleção dos vídeos pelo júri. Mas, pensando na importância do uso pedagógico desse material dentro da Educação para as Drogas, o vídeo estudantil (produto final) é maior do que sua forma, pois, por conta da edição e das escolhas do que entrou ou não, seguindo as determinações do regulamento, o vídeo é um recorte, o que torna uma tarefa difícil identificar, de fato, todo o trabalho pedagógico realizado na escola.

4.3.3 Concurso Tirando a Droga de Cena: acesso às informações e motivações do professor

Em relação ao acesso às informações para a participação no Concurso TDC, houve unanimidade por parte dos entrevistados em informar que foram comunicados por alguém da gestão e/ou coordenação pedagógica de suas unidades escolares. Prática comum na Rede, os comunicados das atividades pedagógicas, projetos e formações em serviços, chegam às gestões, enviados pelas CREs ou nível central, por correio eletrônico. Vale frisar que, nesse fluxo, em uma Rede de Ensino com mais de mil escolas, pode acontecer de professores não terem acesso aos editais, sejam eles de formação e/ou diretamente do concurso. Isso pode reduzir a capilaridade da informação, influenciando no quantitativo de participações nas atividades do Programa Tirando a Droga de Cena.

Vejamos a fala de uma de nossas entrevistadas representando essa situação:

Lúcia: Naquele curso de 40 horas... 40 horas, que eram diretores, que os diretores não deixaram naquele ano lá de, sei lá, 1997, 1995, os professores saírem da sala de aula para fazer o curso. Porque era um horário que não tinha ainda esse negócio de centro de estudos. E, sei lá, não tinha. Você tinha que sair para fazer o curso no posto de saúde e aí barraram os professores. Alguns professores conseguiram que as direções liberassem. Outros eram diretores e

eu ouvia dos diretores assim: "Eu vou levar esse tema para a minha escola? Já é uma porcaria, vou falar de droga, vou trazer alguém para falar sobre isso? Eu não". E isso foi lá atrás, na década de 90, hoje em dia, Flávio, se vacilar, a coisa ficou pior. Porque aquilo que você não traz para dentro da escola, não é tua responsabilidade. Eles entendem [que] quando você leva para dentro da escola, vira responsabilidade sua.

Há uma falta de política de recursos humanos dentro da estrutura que contemple o professor de uma forma mais inclusiva. Por conta dessas dificuldades, o professor acaba não se interessando ou nem sequer é avisado dessas atividades. Em um dia letivo, muitas gestões não têm um substituto para a turma, assim, o docente deixa de realizar o trabalho pedagógico e participar do concurso. Encontramos essa situação na fala da coordenadora entrevistada quando conversávamos sobre as formações oferecidas pelo Programa:

Letícia: Que é aquilo que a gente pensa, né? É um tema de interesse de todo mundo. E também pensamos... Às vezes, o professor não tá nem intencionado a fazer um trabalho para o concurso, porque ele não conhece o tema. E, a partir, às vezes, ali do Fórum, ele, né, acha que se considera importante, que já conhece um pouco mais a temática e se propõe, se não para aquele ano, para os outros anos, discutir a temática. A ideia também era essa.

Sobre a motivação desses professores em participar de mais de uma edição do Concurso Tirando a Droga de Cena, Antônio, Lúcia, Rita e Tânia já tinham o costume de trabalhar com vídeos estudantis em suas práticas pedagógicas, seja por interesse pessoal ou estimulados pelas escolas onde trabalhavam. O professor Luiz, por exemplo, declara a ocorrência de problemas com o uso de drogas na escola e que lá já realizavam atividades pedagógicas sobre o tema:

Luiz: A temática é sugestiva dentro daquilo que a gente já realizava na unidade escolar. Que eu me recordo que na ocasião, nós tivemos problemas na escola com relação ao uso de drogas. De drogas ilícitas e de drogas lícitas, né? Então, o concurso, ele foi um motivador pra que a temática fosse trabalhada de uma maneira mais envolvente da unidade escolar como um todo, né? Então, foi uma experiência muito interessante, que os alunos... o vídeo, na verdade, ele foi uma culminância de um trabalho que nós já vínhamos fazendo, de conscientização, de problematização do uso das drogas, e aí o vídeo e a proposta do concurso, né, foi, assim, o corolário do que a gente já vinha fazendo.

Luiz traz o concurso como mais um estímulo de se trabalhar com o tema de uma forma que ele chama de "mais envolvente", resultando num produto final do que foi discutido com os estudantes. Por conseguinte, Lúcia faz uma consideração importante sobre o respaldo que um concurso pode conferir ao trabalho do professor na temática das drogas:

Lúcia: Quando veio o concurso, foi uma forma de respaldar, Flávio. Porque, assim... vamos lá... Tem temas, você sabe disso, que a gente não pode abrir na escola porque senão, você... Ah, os pais vêm... "O quê que esse professor quer com isso?" Quando tá na BNCC, quando tá no edital, dá para você falar. Porque você fala assim: "Olha só, tá no edital. Olha só, tá na BNCC". Eu não tô inventando nada na minha cabeça, né? Não é porque eu quero lacrar, entendeu? E aí, o edital... e aí, esses concursos me ajudaram muito a pegar aquilo que ouvia na sala de aula e a organizar, entendeu?

Essa fala da professora Lúcia apresenta o concurso como um facilitador do trabalho na Educação para as Drogas, justamente por dar um suporte legal ao trabalho do professor. Ao nosso ver, para que a Educação para as Drogas efetue práticas educativas centradas na RD, é importante a criação e, principalmente, o cumprimento de leis e documentos oficiais que contemplem essa abordagem.

Podemos perceber em alguns depoimentos, uma ligação muito forte com os discursos médico e moralista, que associam o uso de droga sempre como doença, cujo usuário quase que obrigatoriamente está fadado a necessitar de tratamento médico, desconsiderando o prazer gerado e a curiosidade inerente aos jovens em experimentar ou usar de forma recreativa como parte do processo de socialização, algo muito comum da idade. Nesse olhar, o trabalho pedagógico acaba seguindo um caminho amedrontador, que desconsidera a autonomia do estudante, ao pregar que a experimentação ou o uso recreativo vão desdobrar em consequências danosas tanto para o indivíduo como para a sociedade.

A professora Lúcia parece realmente seguir as demandas do edital. Analisando suas produções, podemos observar de maneira clara que dificilmente cita o nome da droga e/ou enfatiza pessoas em situações ligadas ao uso abusivo:

Lúcia: Qual o estrago que ela [droga] faz na tua vida? Então, a gente tem que pensar, se eu não tenho domínio sobre aquilo e aquilo não vai me fazer falta, eu não preciso usar. E aí, você vai usando esse tipo de argumento, porque, assim, ele olha para você e fala: "Pô, lá vem a tia maluca falar que maconha é ruim. Eu fumo maconha, fico legalzão, eu cheiro uma rapa de pó e fico doidaço". Mas eu pergunto para ele: "E depois disso? E o quê que vai te levar a isso?". É isso! Quando você pega esse tipo de tema e fala, você desmistifica.

Antônio, quando perguntado se o edital direcionava a sua linha de trabalho nesse sentido, diz que não e parece refletir sobre essa questão:

Antônio: Assim... eles vêm com o roteiro... Mas, todas as vezes que eu participei, eu tinha uma preocupação. Eu não interferia muito na ideia deles, não. Só tinha uma coisa... Vamos tentar o máximo possível, não usar o nome da droga. Eles falavam assim: "Ah, Tirando a Droga de Cena? Então, demorou", "Então, eu vou ser o traficante, esse aqui vai ser o gerente, aí a gente vai estar vendendo maconha". Aí eu: "Não, não, não, calma, calma". Então, eu sempre tentei o máximo possível fazer a coisa bem lúdica. Droga é droga.

Não, foi uma coisa totalmente pessoal. **Não dizendo que isso é uma coisa certa**, que é um caminho que todos deveriam seguir. Mas foi uma escolha minha mesmo.

Antônio conta em sua entrevista que foi morador de comunidade nas proximidades da escola onde trabalha e enfrentou diversas situações de violência ligadas ao combate à venda de drogas, realidade similar de onde a unidade escolar está inserida. Ele diz que o gosto pela arte (música) e seu tempo dedicado ao estudo, somados às orientações familiares — cita pertencer a uma família evangélica —, ajudaram-no a não seguir o caminho do uso de drogas ilícitas, mesmo em contato com ambientes onde havia práticas de consumo.

Abaixo, um episódio onde Antônio apresenta a sua preocupação pessoal em não usar o nome da droga em suas produções:

Antônio: Não tentava especificar o tipo de droga. Até porque eu tinha medo de dar gatilho... Eu acho que só um vídeo lá, que cada personagem representava um tipo de droga, tem uma menina que fala: "Eu sou o álcool, eu sou a bebida alcoólica", não sei o que, "Ah, eu sou o cigarro". Então, cada uma delas representa como se fosse a personificação de uma droga⁵⁴, mas só chega até a maconha. O vídeo inteiro... tive que cortar porque tinha diminuído o tempo de exibição. Então... tinha uma menina que fazia a cocaína. Eu até achei legal. Eu, particularmente, tenho uma bronca com droga sintética. Não curto nem falar. Acho muito pesado. Então, a gente chegou ali. Falou do cigarro, álcool e eu acho que da maconha, a gente falou dessas três... os outros vídeos a gente não fala de droga específica.

Bakhtin (2014) reconhece a fala, ligada a condições de comunicação, como estando atrelada às estruturas sociais. A comunicação verbal, assim como as outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder. Assim, a palavra situa-se numa arena onde os valores sociais contraditórios se confrontam e onde surgem conflitos. Todo signo, entendido como

-

⁵⁴ Esse vídeo participou do Concurso Tirando a Droga de Cena em 2016 e não foi escolhido em primeiro lugar pelo júri de profissionais.

conceito central na compreensão da linguagem, é ideológico e a ideologia é um reflexo das estruturas sociais. Qualquer modificação na ideologia resulta em uma modificação da língua, reforçando que o signo é, por natureza, vivo e móvel — plurivalente. Ancorados na perspectiva da enunciação enquanto réplica do diálogo social, de natureza socioideológica, que não existe fora de um contexto social, analisamos o episódio acima descrito.

Antônio afirma não sofrer a influência do edital do concurso em seu trabalho dentro da temática, logo, podemos considerar que o professor imprime restrições e limita que determinadas drogas entrem no roteiro e até mesmo prefere não citar o nome das drogas. Podemos inferir que o contexto social vivido por ele ao longo de sua vida se reproduz, de certa forma, na realidade de seus estudantes. Sendo assim, ele não se sente à vontade para desenvolver o trabalho dessa forma, pensando que pode levá-los a um consumo problemático.

Aqui percebemos um conflito, pois o professor aponta para a importância de considerar nos vídeos os conteúdos trazidos pelos estudantes, mas, por apresentarem cenas de violência, refletindo suas realidades e/ou falando diretamente sobre as drogas, prefere orientá-los de outra forma.

As professoras Rita e Tânia também utilizam o termo "pesado" em suas entrevistas, mas acham que o edital deveria dar mais abertura para a utilização dos conhecimentos que surgem a partir do contexto social dos estudantes. Ao mesmo tempo, relatam a dificuldade de apresentar todo o conteúdo desenvolvido em sala por conta de restrições do edital, mas que estimulam a criatividade do grupo envolvido na produção.

Discutindo as questões apresentadas na prática de Antônio e nas falas de Rita e Tânia, Coelho (2019) diz que, na Educação para as Drogas, é importante evitar as generalizações que reforçam a presença das drogas com questões de violência, podendo fortalecer visões constituídas pela guerra às drogas. Mas consideramos também conceber a importância do reconhecimento da realidade do estudante no encaminhamento de uma educação crítica (Freire, 2002; Acselrad, 2005).

Pensando nas duas situações descritas pelos três professores acima, é nesse momento que, ancorados no processo de produção de vídeos estudantis (Pereira; Dal Pont, 2021), encontramos reforço de que, no caminho das audiovisualidades sobre drogas, o professor pode encontrar possibilidades de trabalho, atuando com a sua intencionalidade pedagógica, integrada ao que o aluno apresenta enquanto realidade. Isso demonstra a influência do trabalho do docente na Educação para as Drogas.

Sobre as falas de Rita e Tânia, concordamos com Machado (2023) que a existência desses entraves no desenvolvimento da Educação para as Drogas se apresenta de forma bem comum. A autora, assim como Coelho (2019), em reflexões sobre práticas educativas de Educação para as Drogas, apresenta docentes que relataram gestões que não chegam a ser contrárias, mas que, por diversos motivos, não apoiam as iniciativas dos professores. Outra questão, ligada à formação em serviço, é discutida pelos autores ao pensarem sobre professores que realizaram um curso sobre Redução de Danos como abordagem pedagógica. Nesse caso, os docentes sentem-se receosos do trabalho ser confundido com apologia, justamente por não seguirem com a visão proibicionista. Sendo assim, torna-se ainda mais importante a criação de políticas públicas que respaldem o trabalho do professor que é elaborado no sentido contrário ao que fomenta o proibicionismo.

4.3.4 Processo de desenvolvimento do trabalho de pedagógico com os vídeos

Baseados nas falas dos professores participantes do Concurso TDC, dentro das abordagens da Educação para as Drogas que estão em pauta, apresentamos nesta etapa da pesquisa uma análise dos trabalhos pedagógicos realizados. Nos quadros abaixo, além do caminho pedagógico desenvolvido, incluímos pontos de destaque apontados pelos docentes. Cabe destacar novamente que os entrevistados orientaram vídeos premiados no concurso.

Quadro 8 - Professor Luiz

Professor Luiz		
Desenvolvimento do trabalho pedagógico/produção dos vídeos estudantis	Pontos destacados pelo professor	
- professor: oferece material de apoio, com informações sobre drogas (textos,	- vídeo como produção democrática;	
vídeos) – embasar o debate;	- participação ativa dos estudantes – inclusive parte técnica - mesmo com	
- discussão em sala de aula: troca de experiências pessoais e familiares;	poucos recursos tecnológicos disponíveis;	
- uso de texto prontos (poemas) que são interpretados pelos estudantes;	- estudantes com dificuldades no processo de escrita dos roteiros, mudanças de estratégia a partir da	
- gravação com poucos recursos: telefones celulares próprios.	identificação do problema.	

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Quadro 9 - Professor Antônio

Professor Antônio		
Desenvolvimento do trabalho pedagógico/produção dos vídeos estudantis	Pontos destacados pelo professor	
- diálogo aberto sobre o tema com os estudantes;	- educação para o uso das tecnologias (bullying).	
- estímulo à participação coletiva;	- desenvolvimento do processo de criação, e uso de elementos artísticos	
- preocupação em não limitar o processo criativo dos estudantes;	diversos (desenho, técnicas audiovisuais).	
- por opção, orientava a não falaram diretamente sobre as drogas e cenas de violência;	- poucos recursos (envolvimento de pessoas de fora do grupo);	
- não tinha a prática de solicitar pesquisa sobre as drogas – mas em momento	- produção do vídeo como registro do trabalho pedagógico;	
específico aconteceu;	- disponibilização no <i>Youtube</i> (registro da memória, material disponível para	
- por conta das dificuldades de recursos, desenvolvia possibilidades de produção	outras pessoas).	
com o material e tecnologias disponíveis.	- importância da cerimônia de premiação/prêmios (estímulo à continuidade do trabalho).	

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Quadro 10 - Professora Lúcia

Professora Lúcia	
Desenvolvimento do trabalho pedagógico/produção dos vídeos estudantis	Pontos destacados pelo professor
 - estudantes: pesquisa sobre o tema e desenvolvimento de uma escrita teórica, incluindo as ideias de roteiro (individual ou em grupo); - leitura em sala de aula dos textos produzidos, processo coletivo de curadoria; 	 orientação sobre as fontes de pesquisa; a produção dos vídeos é totalmente coletiva; utilização do espaço e equipamentos do Núcleo de Artes da unidade escolar.
 escolha coletiva dos estudantes que atuam em cada etapa de produção do vídeo (atores, produtores, cinegrafistas, entre outros); estímulo ao desenvolvimento do compromisso do estudante com a produção e com o grupo, 	
companheirismo e senso de coletividade.	

- aprendizado com o manuseio dos	
equipamentos audiovisuais	
disponibilizados.	

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Quadro 11 - Professora Rita

Professora Rita		
Desenvolvimento do trabalho pedagógico/produção dos vídeos estudantis	Pontos destacados pelo professor	
- realização de roda de conversa dentro da temática, priorizando as experiências dos alunos;	- os estudantes do primeiro segmento do ensino fundamental são muito empolgados e embarcam de fato no projeto do vídeo;	
 definição de qual droga abordar; passava as regras do edital do concurso para os estudantes (limitador do trabalho); 	- dificuldade de produzir o vídeo final, por conta da limitação de tempo (presente no edital), pois os estudantes produziam muito material	
- iniciava o processo com criação de cenas de improviso teatral;	- o tempo máximo dos vídeos limitava o desenvolvimento do trabalho, mas também ajuda a estimular a criatividade.	

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Quadro 12 - Professora Tânia

Professora Tânia		
Desenvolvimento do trabalho pedagógico/produção dos vídeos estudantis	Pontos destacados pelo professor	
- pesquisa sobre a(s) droga(s) escolhida (s), (exigência do edital);	- muita leitura sobre o tema;	
	- discutimos muito sobre a questão do	
- diálogo com os estudantes, oitiva sobre	prazer ligado ao uso das drogas e a	
o que eles pensavam sobre o uso de drogas;	outras práticas (relacionadas às artes);	
	- a arte pode ser uma arma positiva	
- criação de cenas de teatro, posterior elaboração do roteiro do vídeo;	contra as drogas, refletindo a questão do prazer – processo muito reflexivo;	
- exercício da criatividade para produzir o filme dentro das regras do edital;	- o uso da criatividade para utilizar cenas de violência de uma forma mais "leve";	
	- participação coletiva.	

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

Todos os professores aqui entrevistados desenvolveram trabalhos pedagógicos com vídeos estudantis vencedores no Concurso TDC⁵⁵. Portanto, reconhecemos que, de alguma forma, os editais serviram como referência do trabalho. Em relação à pesquisa do temário das drogas, os professores foram unânimes em realizar a atividade. O envio do material utilizado na pesquisa é uma exigência da inscrição, corroborando com a fala da coordenadora Letícia sobre entender o que as escolas estão trabalhando, de fato, dentro da temática.

Um ponto interessante é perceber que a produção dos vídeos estimulou atividades que envolveram a participação coletiva dos grupos orientados por esses professores no período pré-produção, como: discussões sobre qual tema abordar, com oitivas dos estudantes durante os encontros, produção de roteiro, o que se repete no período de gravações e edições. Outras atividades inerentes a abordagens pedagógicas mais tradicionais também foram trabalhadas, como: leitura e escrita, senso de responsabilidade, compromisso e estímulo da expressão artística e criatividade.

Para discutir a importância do trabalho colaborativo na Educação para Drogas, pegamos emprestado o termo *autoria plural*, utilizado por Menezes (2023) em sua tese, trabalho no qual pesquisou filmes produzidos por crianças em ambientes escolares. A autora usa a expressão para denominar o trabalho coletivo que envolve interações entre os diferentes alunos e seus professores. Nesse processo que se constrói na interação social entre os sujeitos reais, cada enunciado é único, mas de todos, sendo que cada indivíduo tem sua história de constituição de mundo interior por interagir de modo único com o mundo. Na cadeia de comunicação, cada sujeito ali não será o primeiro nem o último, responderá a um enunciado anterior e produzirá o mesmo enunciado em resposta ao outro (Bakhtin, 2014).

Percebemos que, na concepção colaborativa dos vídeos, é possível reconhecer elementos importantes que fomentam a Educação para as Drogas para autonomia (Freire, 2002).

Por conseguinte, nos chama a atenção em nossas análises que a professora Rita foi a única a dizer que fazia a escolha de uma droga, a partir de atividades de

como um todo.

atuava como Professor Orientador (PO) (função que se assemelha a Coordenador Pedagógico) da EJA, em uma escola que venceu o concurso dentro desse recorte. O PO atua diretamente no desenvolvimento dos projetos pedagógicos desenvolvidos no PEJA, acompanhando o dia a dia das turmas, trabalhando cooperativamente com os professores, desenvolvendo e integrando as diversas atividades da modalidade de ensino, com os outros segmentos/turnos da unidade escolar e com a Rede

roda de conversa com os estudantes e, posteriormente, estes criavam as cenas, orientados pelas regras do edital. Dentre os filmes analisados, nenhum faz menção à palavra "droga", mas utilizam metáforas para fazer alusão ao uso de drogas. Esse aspecto foca muito no papel das escolhas pessoais influenciando na qualidade de vida, mostrando apenas duas possibilidades no caminho pessoal. Essa constatação nos leva a inferir que, no encaminhamento do trabalho pedagógico, a professora trabalha as drogas de forma bem clara e acha importante considerar a realidades dos estudantes, mas observando as orientações do edital para direcionar o produto final.

4.3.5 A Educação para as Drogas na escola: agentes envolvidos e papel do professor

A partir do que os professores entrevistados apresentaram em suas falas sobre o desenvolvimento da Educação para as Drogas na escola, os agentes envolvidos e o papel do professor, iremos analisar pontos que podem aproximar às abordagens pedagógicas que estamos discutindo.

Luiz indica que a escola e o professor possuem papel principal para discutir o tema numa perspectiva de qualidade de vida e relações interpessoais, visando uma vida mais saudável. No caso da EJA na cidade do Rio de Janeiro, ele cita a figura do professor orientador, pois, como trabalha articulado com os alunos e professores, funcionando como um coordenador pedagógico, deve trazer para a pauta de discussão temas importantes que, muitas vezes, não estão presentes nos currículos e materiais didáticos.

Conforme já discutimos anteriormente, o professor Luiz entende que o trabalho docente deve se apropriar das ferramentas disponíveis e, nesse campo, o uso dos telefones celulares é uma prática recorrente na produção de vídeos estudantis.

Antônio reforça que a escola deve fazer o debate, desmistificando os preconceitos sobre o uso de drogas, dando destaque à questão da linguagem utilizada. Ele pensa que uma pessoa que venha de fora para realizar uma atividade deve estar conectada com a realidade local e dos estudantes.

Antônio: É, eu acho que deve sim. A gente tá trabalhando com educação e isso faz parte da educação. Você desmistificar muita coisa, aquilo que eu falei lá atrás, tipo, todo mundo fala que: "Ah! A droga faz mal!", não sei o quê! Mas ninguém fala a parte boa, sabe? E os jovens, eles podem não ter maturidade para algumas decisões, pra algumas coisas, mas eles não são bobos. Pô, você tem que... acho que a escola tem que participar de forma mais ativa e, sendo honesta, sendo clara, falar de uma forma que eles consigam entender. É,

tentar... isso é uma coisa que eu tento fazer, assim, nas minhas aulas. E é uma coisa eu sei que não é fácil, mas você falar, passar o conteúdo que tem que ser passado, de uma forma clara, sem ser vulgar, sem e também não ser muito acadêmico. Não que seja ruim, mas eu acho que a linguagem, você vai usar de acordo com o momento.

É interessante perceber que Antônio deixa clara a importância do professor nesse processo de adaptação da linguagem, uma parte essencial do processo de desenvolvimento da aprendizagem.

Antônio: Então, você ouvir uma coisa e você saber o que eles estão conversando. Tentar entender. Por isso que eu tento me aproximar. Eu sei a minha idade, tô quase com cinquenta. Não quero ser "Ah! O tiozão!". Não! Mas é você entender, como os pesquisadores que iam pra fazer trabalho nas comunidades mais remotas, entender aquele contexto, entender o que acontece ali, pra poder absorver da melhor forma o que estavam pesquisando. Não adianta você chegar e falar de uma forma antiga, sabe? Às vezes, eu vejo umas coisas falando de droga. Eu digo: "Ih! Cara, isso aí!". Eles não sabem nem o que é isso aí, mano! Pra eles é vape, é narquilê, é balão, é veneno. Tem as linguagens, né, cara? Tem o que tá rolando ali. Então, acho importante a pessoa que for palestrar, que for conversar com eles, estar por dentro dos tipos de drogas, de como que usa, o que é comum de cada lugar, porque eu sei que em cada comunidade, às vezes, tem uma coisa que na outra não tem, ou tem mais essa que aquela. Então, entender o espaço que você trabalha e entender da cultura ali. Saber até que facção que tá ali. No nosso caso, que trabalha dentro de uma comunidade que tem tráfico, saber qual é a facção. Saber a história da comunidade, se um tempo atrás tinha UPP56, como que era antigamente e como que é agora.

Lúcia concorda com Antônio e acrescenta que a formação na temática deve contemplar todos os agentes escolares. Corroborando, Rita complementa que todas as pessoas na escola devem trabalhar a questão das drogas. Deste modo, os três professores pontuam um trabalho que envolve a comunidade local e instituições diversas (Secretaria Municipal de Educação, Conselhos Tutelares, grupos da área de saúde, entre outros).

Quando conversamos com a coordenadora Letícia sobre a equipe multidisciplinar e intersetorial que atuava na escolha dos vídeos, achamos interessante a ausência de órgãos e/ou profissionais ligados diretamente à questão das drogas, como membros do Conselho Municipal Antidrogas (COMAD).

Assim sendo, o pensamento dos professores, de certa forma, corrobora com o que Silva e Coelho (2023) discutem sobre as questões que envolvem a promoção da

⁵⁶ Unidade de Polícia Pacificadora.

saúde no âmbito educativo, considerando que uma articulação intersetorial pode acontecer sob a gerência dos conselhos de política sobre drogas.

Rita: Eu acho que tem que começar com roda de conversa, com escuta, deixar eles falarem para depois... acho que fazer uma rede, né, de apoio às unidades de saúde, levar os profissionais de saúde... pra conversar. Porque ali eles também podem trazer uma perspectiva do quê que afeta na saúde da pessoa, dos danos a longo prazo, né? Porque o adolescente acha que não. Então, eu acho que unir ali e também o Conselho Tutelar... Então, eu acho que parceria, comunidade, parceria saúde, Conselho Tutelar, e todo mundo falar, entendeu? Não subestimar. "Ah, mas é quarto ano, mas é primeiro ano". No caso, no Tirando a Droga de Cena, era de quarto para cima, mas, às vezes, a criança do primeiro ano já tem uma vivência de bebida por causa do pai, por causa da mãe, por causa dos familiares, um irmão mais velho. Entendeu? Onde mora? Então, assim, eles todos sabem. Acho que tinha que ser para todo mundo.

Rita, nesse momento, faz uma reflexão importante sobre a idade em que as discussões devem se iniciar na escola – no caso do Concurso TDC, a partir do 4º ano do ensino fundamental, categoria A –, pontuando que situações de consumo de drogas já perpassam o contexto familiar e local destes estudantes.

Em relação ao papel dos professores na Educação para as Drogas, Tânia reconhece que o trabalho deve ser realizado pelo professor, mas problematiza a questão do conhecimento, o que reforça a importância da formação, seja em serviço ou nos cursos de licenciatura. Lúcia amplia a discussão quando vê o professor como mediador do processo pedagógico:

Lúcia: Então, eu acho que o professor, ele tem essa capacidade de fazer essa palestra, sim. Tem, mas o aluno, ele valoriza um pouco mais quando é palestra, quando é um professor de fora, alguém de fora. Mas isso não impede que esse professor da turma esteja ali olhando e mapeando a fala, e não é cerceando, não é nada disso, não! É porque, às vezes, o linguajar tá aqui [faz sinal com a mão no alto], a realidade tá aqui [faz sinal com a mão no alto], enquanto o meu aluno tá aqui [coloca a outra mão abaixo da mão que colocou acima]. Entende? Então, para ser prazeroso para todo mundo e sair com um ponto positivo, que esse professor esteja lá.

Lúcia reforça que o Concurso TDC e/ou outras atividades oficiais funcionam como respaldo ao professor na discussão de temas que considera sensíveis.

Em consonância com a literatura, os entrevistados deixam bem claro em suas falas que a escola é um ambiente de apoio ao estudante e isso a torna um espaço importante para o desenvolvimento de uma Educação para as Drogas situada dentro do planejamento pedagógico escolar – e, de preferência, multidisciplinar. E, como frisa

Antônio, os professores podem ser uma ponte para unir os agentes que participam do processo.

Identificamos projetos como o TDC – não só o concurso, mas outras frentes de trabalho – como possibilidade de favorecer esse encaminhamento, mas é importante pensar que atividades centradas em visões proibicionistas, além de não trazerem resultados positivos, desconsideram as diversas vulnerabilidades e questões outras que perpassam a realidade dos estudantes da Rede Municipal.

4.3.6 Impactos da participação no Concurso Tirando a Droga de Cena

Nesta etapa, discutiremos o que os docentes percebem sobre os impactos da participação no Concurso TDC em relação ao desenvolvimento do seu trabalho no temário das drogas, nos seus estudantes e na comunidade escolar como um todo.

A bibliografia nos mostra que muitos professores sentem dificuldade para discutir a questão das drogas com seus estudantes (Coelho, 2019; Machado, 2023). Historicamente, a legislação preconiza depositar essa atribuição nos professores das disciplinas de Ciências da Natureza (Coelho; Monteiro, 2019; Coelho; Silva, 2024). É interessante perceber que os agentes dessa pesquisa são professores das áreas de Linguagens Artísticas e Ciências Humanas e que, em sua maioria, foram estimulados a trabalharem a temática por conta da participação no Concurso Tirando a Drogas de Cena, seja por já desenvolverem trabalhos com audiovisual ou com educação e drogas. Nesse sentido, Silva (2019) e Coelho e Monteiro (2019) concordam que a participação de docentes de outras áreas do conhecimento nas discussões pode favorecer o desenvolvimento de um trabalho em proximidade com a RD. Mas, é claro, sabemos que essa não é a única forma de desenvolver uma Educação para as Drogas.

Na percepção da professora Tânia, a participação no concurso fomentou uma discussão crítica sobre drogas na escola antes mesmo de alguns estudantes terem vivenciado situações de uso ou abuso de drogas. Com a chegada da professora Rita na escola onde lecionava, o local passa a desenvolver o trabalho com turmas de 4º e 5º anos – a unidade participava do concurso apenas com discentes de 6º ao 9º ano do ensino fundamental. As crianças sentiam-se muito estimuladas a participar, pois achavam que, como pré-adolescentes, estavam discutindo um tema inicialmente proposto aos mais velhos. A professora também acha importante que a discussão sobre drogas seja aberta e que não deixe de abordar a realidade dos discentes da

classe trabalhadora, pois, nesse momento, eles têm a possibilidade de se expressarem com visibilidade em outros espaços.

Para a professora Tânia, o uso do audiovisual como ferramenta estimula o trabalho em equipe, extrapolando o ensino tradicional. Os estudantes saem da sala de aula e percebem que outros espaços podem ser ocupados. Rita e Antônio complementam em suas análises que isso amplia a visão de mundo, estimulando a criticidade e a capacidade de síntese. Lúcia vê a questão da autoria como algo importantíssimo no desenvolvimento do protagonismo e elevação da autoestima, vejamos sua fala:

Lúcia: Dividir essa criação, essa autoria, é dar esse protagonismo para ele. E ele poder mostrar lá. Então, quando esses vídeos passam em concurso, é muito interessante que é uma coroação de um trabalho e elevação da autoestima desse grupo para que outros trabalhos apareçam.

Luiz afirma que participar do concurso foi um motivador para a discussão do tema na escola. A unidade já identificava situações de uso de drogas e desenvolvia o trabalho pedagógico na temática. O professor aponta que o tema, pela pertinência, já estimula o interesse dos discentes. As produções audiovisuais e a participação no concurso deixaram uma marca na escola. Todos perguntavam quando seria a próxima edição do Concurso Tirando a Droga de Cena, justamente por se sentirem estimulados a participar.

Rita e Tânia nos disseram que sua escola tinha tradição no Concurso TDC e que os estudantes, ao assistirem às produções dos colegas, sentiam-se interessados em produzir suas próprias obras. Antônio pontua que a participação e as premiações no concurso oferecem uma visibilidade que incentiva docentes e discentes. Encontramos um exemplo deste cenário ao entrevistarmos Tânia:

Tânia: Um pessoal da MultiRio, que depois exibiu vários filmes que a gente produziu, fez exibição dele também numa escola, para as crianças, e as crianças gostaram... E o filme foi exibido em muitos lugares. Sei que cheguei em muitos lugares e depois quando eu consegui com a MultiRio, em 2017, se não me engano, acho que foi 2017, que aí eu mandei os filmes, eles adoraram e aí eles fizeram um programa comigo, o programa Professor Produtor⁵⁷.

-

⁵⁷ Faz parte de uma série de programas produzidos pela MultiRio (Escola, Câmera, Ação) em que professores da Rede Municipal de Educação apresentam trabalhos ligados ao audiovisual. Mais informações: http://multi.rio/index.php/serie/12753-escola,-c%C3%A2mera,-a%C3%A7%C3%A3o.

Rita conta que estudantes de sua escola chegaram a conhecer as instalações da MultiRio: estúdios, equipamentos, dinâmica de produção dos programas, entre outros locais da empresa. Antônio afirma que os estudantes, ao terem contato com a produção dos vídeos, passam a enxergar o uso dos audiovisuais de forma mais crítica, saindo da posição de meros espectadores. São pessoas que passam a conhecer técnicas de edição, sendo assim, utilizam essas ferramentas como aporte para contar/produzir suas histórias. Em concordância com Antônio, Rita e Lúcia apontam o conhecimento que esses estudantes desenvolvem sobre as profissões ligadas ao audiovisual, servindo como estímulo para seguirem trabalhando na área.

Como falamos anteriormente, a MultiRio utiliza os vídeos que participam do Concurso Tirando a Droga de Cena em atividades pedagógicas nas escolas. Tânia, Lúcia e Rita usam os vídeos produzidos para o concurso em suas atividades pedagógicas com outros estudantes e em diferentes escolas, reverberando a discussão e o gosto pela produção audiovisual em outros estudantes da Rede.

Dentro da discussão das audiovisualidades, corroborando com Kilpp (2012), percebemos que esses vídeos estudantis, ao serem disponibilizados na *internet* – seja no canal da MultiRio ou até mesmo de estudantes produtores e dos professores aqui entrevistados –, apresentam-se como devir audiovisual, podendo gerar novas produções e discussões dentro da temática das drogas. Isso pode ser estimulado, como o professor Antônio disse, com o aprendizado sobre técnicas audiovisuais que os estudantes participantes do Concurso TDC desenvolvem ao longo do processo de produção.

Ao longo dessa discussão sobre como o concurso facilitou o trabalho desses professores em desenvolver a temática das drogas e os impactos na comunidade escolar, produzimos um quadro resumo que apresenta mais claramente alguns itens abordados pelos entrevistados e que resolvemos destacar.

Corroborando com a fala dos professores, encontramos autores como Morán (1995), Ferrés (1996), Pereira e Dal Pont (2021) e Menezes (2023), que dialogam a respeito do uso de audiovisuais como produto do trabalho pedagógico e sua relação com a aprendizagem. Resolvemos problematizar, juntamente com Menezes (2023), sobre como a exibição de vídeos no contexto escolar vem sendo utilizada como forma de ilustrar conteúdos, e como a produção também entraria nesse contexto. Assim sendo, concordamos com a autora que as obras audiovisuais podem ter grande influência desses outros elementos do que o ponto de vista dos estudantes.

Quadro 13 - Destaques no trabalho pedagógico e impactos na comunidade escolar

Destaques no trabalho pedagógico e impactos na comunidade escolar		
O Concurso TDC e o trabalho com a temática drogas	Impacto nos estudantes participantes do Concurso TDC	Impactos na escola (comunidade interna)
- respaldo para o professor discutir o tema; - motivação para realizar o trabalho pedagógico; - estímulo ao trabalho em equipe (aluno X aluno) professor X aluno); - oportunidade de desenvolver o trabalho com recursos técnicos do cinema; - os recursos tecnicos do cinema; - os recursos tecnológicos das audiovisualidades facilitam o encaminhamento do projeto; - possibilidade de usar as produções audiovisuais, para além da temática.	- desenvolvimento do protagonismo do aluno durante toda produção dos vídeos; - melhoria da autoestima dos estudantes; - visibilidade das produções; - premiação (participação na cerimônia, prêmios).	 professores e estudantes são sensibilizados ao assistirem vídeos produzidos na escola; marca histórica de uma época na escola; interesse na próxima edição do TDC; a premiação gerava estímulo à participação de outros estudantes e professores em novas edições do concurso; visibilidade da escola, acarretando apoio da equipe gestora; percepção dos docentes que o trabalho audiovisual fica facilitado com o uso das tecnologias disponíveis (smartphones, programas gratuitos de áudio, imagens, edição e repositório de vídeos). utilização dos vídeos produzidos como ferramenta didática, em outros projetos e trabalhos pedagógicos na escola (cineclube, outras

Fonte: Elaborada pelos autores (2025).

A partir desses dados, refletimos sobre os impactos do desenvolvimento de um vídeo estudantil no ambiente intraescolar e nas possibilidades de extrapolar os muros da escola no contexto das audiovisualidades. Pensamos que os enunciados construídos a partir das interações entre indivíduos que caminham numa Educação para as Drogas dialógica e emancipatória podem reverberar pelas redes, sendo utilizados em outros trabalhos pedagógicos ou não, ampliando seus impactos.

4.3.7 A Coordenação do Concurso Tirando a Droga de Cena

Dentre os grupos de entrevistados neste estudo, saímos das análises referentes à coleta de dados dos professores orientadores e seguimos para entender a conversa com uma professora que atuou como coordenadora do Concurso Tirando a Droga de Cena. Seu perfil, experiência profissional, formação acadêmica e na temática das drogas foram descritos detalhadamente no início desta seção (4.3.1).

A entrevista apresenta visões da profissional sobre a Educação para as Drogas e traz informações complementares sobre a dinâmica do concurso. Letícia começa explicando que seus conceitos e práticas sobre Educação para as Drogas estão em construção, trazendo à tona ideias que tinha sobre drogas que foram construídas desde a infância, as quais vêm sendo reformuladas ao longo de seu processo formativo, iniciado nas interações sociais de infância.

Letícia: Eu nem sei o que drogas era direito naquela época. Eu sabia que era uma coisa que podia me matar, a qualquer momento. Aquele terrorismo. Então, eu fui criada e moldada nesse sentido. Que drogas é ruim, não tem que se aproximar, que vai me matar, que vai me viciar.

Letícia interroga como essa formação acaba nos acompanhando na vida adulta, construindo nossos pensamentos e olhares sobre a questão. E como educadora, com acesso a um projeto que levanta a discussão baseada em outras conotações, reconhece se pegar em armadilhas ainda proibicionistas.

Por conta do período em que atuou na coordenação do Concurso TDC, o interesse na temática e as formações as quais participou na época, entende que é importante a reflexão e procura ancorar-se nos referenciais teóricos da Educação para as Drogas para elaborar suas práticas. Atualmente, Letícia pesquisa a temática das drogas dentro da abordagem da Redução de Danos.

Com a percepção de que é importante ampliar a discussão para além das visões moralistas e discriminatórias do proibicionismo, Letícia aponta a importância de se trabalhar a Educação para as Drogas desde muito cedo, caminhando na perspectiva da reflexão, na qual a criança aprenda a construir um caminho para uma vida saudável. Ela reforça também a necessidade da formação de professores e estudantes nessa perspectiva.

Em sua experiência no Concurso TDC, presenciou professores que querem desenvolver o trabalho na temática, mas têm muitas dúvidas e receio, pois estão

dentro de uma instituição que tem uma direção, uma coordenação e muitas famílias envolvidas.

No que diz respeito às dificuldades dos professores em desenvolver uma Educação para as Drogas voltada para a Redução de Danos, esse relato corrobora com a literatura apresentada e reforça discussões que trouxemos nesta pesquisa sobre a necessidade de formação de professores e respaldo legal para o desenvolvimento deste trabalho. Projetos como o Tirando a Droga de Cena podem, através do uso das audiovisualidades, auxiliar no caminho para o desenvolvimento e a ampliação dos espaços de diálogo e aprendizagem dentro da Educação para as Drogas.

Perguntamos à Letícia sobre como o trabalho de produção dos vídeos estudantis pode contribuir para discutir o tema das drogas, vejamos sua opinião:

Letícia: Eu acho o concurso, assim, uma possibilidade de reflexão, né?... Mas, a guestão de você olhar com os alunos o que circula por aí, ouvir deles, né? Acho que o primeiro ponto para o professor é ouvir o que o aluno pensa sobre aquele tema. Quais são as visões, que construções que ele tem, o quê que ele não sabe. E aí, sim, partir desse material que o próprio aluno te diz, você trazer materiais para apresentar pra ele e, a partir daí, construir um material que podia ser escrito, mas, no caso, é audiovisual, sobre aquela questão... Ele instaura dentro daquela sala de aula uma possibilidade de trazer o tema para ser refletido. Tanto por alunos quanto por professores. E mais, é uma oportunidade, ou pelo menos deveria ser, do aluno se colocar, né? Falar sobre suas histórias. expressar suas questões, suas dúvidas, seus medos... Dali, quantas questões podem surgir? O que o aluno não sabe? Qual droga a gente vai ser? E por que que isso é droga? Por que que isso não é? Por que essa é lícita? Por que essa é ilícita? Né? E aí, como é que a gente vai fazer? O que você pensa? Tem alguém da tua família que usa? Às vezes, a pessoa nem percebe, né, que o pai bebe e tá nessa situação. E a partir de uma construção, de um concurso desse, você pode mostrar para esse aluno essas questões também que estão ali no cotidiano dele. Né? Não está tão distante assim. E oferecer possibilidades, né? De pensar, refletir, falar sobre o assunto.

Observamos que nessa fala, a coordenadora reconhece claramente que, no encaminhamento do trabalho do docente orientador, deve-se considerar a realidade do estudante. Mostrando que, em sua visão, a Educação para as Drogas dentro do ambiente escolar deve caminhar no sentido de que considerar a realidade dos estudantes é democratizar a discussão. Contudo, identificamos que, em algumas práticas desenvolvidas no contexto do concurso, isso foi deixado de lado.

Quando perguntada sobre as potencialidades de um vídeo vencedor do Concurso TDC, a professora reforça esse pensamento:

Letícia: O vídeo vencedor tem que ter, acima de tudo, o olhar do aluno com o professor, sobre o tema... de alguma forma, ele não seja um vídeo pra dizer ao outro o que ele deve fazer em relação ao uso das drogas, né? Mas como é que se pensa essa questão, como essa questão impacta nossas vidas, assim, como é que a gente vivencia esse tema...

Conforme já abordamos, desde o início de sua criação, o Concurso TDC demonstra um caráter intersetorial e multidisciplinar, seja pela parceria entre Secretaria Especial de Prevenção à Dependência Química e a Secretaria Municipal de Educação, e/ou na formação do júri, que contemplava pessoas de diversos setores da Prefeitura, incluindo instituições de fora da estrutura — como exemplo o CECIP. Muitos dos jurados chegavam a sugerir modificações no edital ao longo dos anos, o que é ressaltado na entrevista com Letícia, que dá muita ênfase à importância desse trabalho colaborativo, principalmente para que a coordenação do Concurso TDC soubesse como as escolas estavam discutindo a Educação para as Drogas em suas unidades.

É nessa conjuntura que, antes de ser coordenadora, Letícia atuou como colaboradora em outra frente na estrutura do Concurso TDC, o que lhe trouxe uma certa experiência na dinâmica de funcionamento do programa. Por trabalhar na gerência de mídia-educação da SME e como pesquisadora em audiovisual, ela foi convidada a ser coordenadora do Programa. O contexto de sua entrada no Concurso TDC nos fala muito sobre a manutenção do concurso dentro da SME, e sobre esse processo falaremos mais à frente.

Reconhecendo a importância das parcerias no desenvolvimento desse trabalho, assim que assumiu a coordenação, além da MultiRio, articulou-se com o NIAP e o GPED/UERJ a fim de potencializar o processo de formação de professores da Rede dentro da temática das drogas e do audiovisual. Cabe destacar que Letícia teve sua primeira formação em educação e drogas nesse período, mas que, durante sua participação como colaboradora do Concurso TDC, a equipe envolvida recebia orientações da coordenadora na época que, segundo Letícia, era uma pessoa que militava nesse campo. Portanto, dentro da equipe, havia mais informações sobre o tema.

Ainda sobre as parcerias, juntamente a Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Educação, Secretaria da Casa Civil da prefeitura e MultiRio, implementou mudanças na estrutura do *site* institucional e do canal no *Youtube* do

Tirando a Droga de Cena⁵⁸. Com o objetivo de disponibilizar abertamente, todo produto audiovisual produzido ao longo da história do Concurso TDC, não somente os vídeos estudantis, mas material referente às formações sobre a temática das drogas e audiovisual.

No caminho das audiovisualidades apresentadas em nosso referencial teórico, os vídeos estudantis disponibilizados de forma aberta na *internet* podem ser assistidos/utilizados por um número incontável de outros estudantes e professores, com diferentes possibilidades e formas, por vários anos e momentos históricos distintos, podendo potencializar o trabalho pedagógico com diferentes formas de uso do audiovisual na Educação para as Drogas dentro desse contexto. Vale reforçar que o professor deve estar atento aos seus objetivos, analisando os conteúdos presentes nos materiais que irá utilizar, tendo cuidado para não reforçar o caminho contrário às perspectivas inerentes à RD, estimulando, assim, o interesse em discutir a temática de uma forma mais democrática e contra hegemônica.

A professora entrevistada não estava presente no projeto desde a sua criação⁵⁹, então, quando perguntada, não soube responder sobre os motivos que deram início à elaboração do projeto, a escolha do nome e seu formato. Indagada sobre a possibilidade de ter sido uma cobrança legal à Prefeitura/SME, diz que faz todo o sentido, pois, durante o período em que estava como coordenadora, foi convocada a participar de encontros de prestação de contas sobre o trabalho de prevenção de drogas – incluindo o COMAD –, afirmando que, por muito tempo, o Concurso TDC foi encarado como carro-chefe para atender essas demandas da prefeitura.

Essa informação corrobora com dados encontrados na ata de reunião referente a sessão 698 do Conselho Municipal de Educação (CME), realizada em 28 de janeiro de 2014 e publicada no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro (DOMRJ) em 26 de fevereiro de 2014, em que a professora Glória Antonieta Macedo apresenta o trabalho da prefeitura com as escolas na prevenção à dependência química, elencando cada ação do Projeto TDC (Rio de Janeiro, 2014).

⁵⁹ Não conseguimos realizar entrevistas com as coordenadoras presentes no início do projeto.

⁵⁸ É importante destacar que o *site* institucional (http://www.rio.rj.gov.br/web/sme/tdc) está fora do ar e o canal do Youtube permanece sem atualizações. Este último, no entanto, possui os vídeos participantes em 2019 (http://www.youtube.com/@tirandoadrogadecenasme-rj3379). O canal da MultiRio, por sua vez, disponibiliza alguns dos vídeos produzidos pelos estudantes, programas

realizados sobre TDC, peças publicitárias e as atividades remotas da Mostra Audiovisual de 2021 (https://www.youtube.com/playlist?list=PLPdaje007PVi7y7THTM18ULo_yT7RxEYo).

No material documental analisado, não encontramos uma participação efetiva do COMAD na logística do Concurso TDC, por isso, resolvemos confirmar na etapa de entrevistas. Letícia afirma que, no período em que estava na coordenação, o contato foi com o objetivo de demonstrar como o concurso estava desenvolvendo as atividades de prevenção à dependência química com os estudantes.

Pensando sobre a atuação de Conselhos Municipais sobre Drogas, achamos interessante trazer essa discussão sobre multidisciplinaridade, trabalho intersetorial e parcerias institucionais, por entendermos a importância desse caminho na promoção da saúde e melhoria de qualidade de vida.

Sendo o Concurso TDC um projeto educativo realizado no interior das escolas e que os vídeos estudantis são produtos do trabalho pedagógico conduzido por professores, eles refletem o que se discute dentro dos espaços escolares. Cabe a nós, levar em consideração o que dizem autores como Coelho (2019), Coelho e Monteiro (2019) e Silva e Coelho (2023), ao sugerirem o fortalecimento de um amplo diálogo dos conselhos com a educação, reconhecendo os saberes que circulam nas escolas. Numa perspectiva interdisciplinar, esses saberes podem buscar a integração entre programas e ações de diversas outras áreas. Agindo assim, deixa-se de lado uma lógica que prioriza a hegemonia dos conhecimentos da área da saúde, e que precisa ser revista dentro do que pensamos sobre o desenvolvimento de uma Educação para as Drogas.

Essa análise traz aspectos importantes sobre o papel dos Conselhos (seja em que instância for), a fim de fomentar ações educativas que abracem uma maior aproximação da população e promovam uma Educação para as Drogas de forma sensível e redutora de danos, levando em conta o conceito de promoção da saúde, com o objetivo de almejar uma abordagem integral do ser humano. Baseando-se nessa visão de integralidade num caminho biopsicossociocultural, podemos chegar mais próximos da perspectiva da Redução de Danos (Silva; Coelho, 2023).

Avaliando o tamanho e a abrangência da Rede de Educação da cidade do Rio de Janeiro e como o programa Tirando a Droga de Cena pode se capilarizar dentro dessa estrutura, vislumbramos a importância do COMAD, dentro dessa análise, saindo de uma posição que parece mais fiscalizatória, mas com a possibilidade de, juntamente com o poder público municipal, desenvolver por via das audiovisualidades sobre drogas uma Educação para as Drogas mais democrática, inserida numa visão integral de promoção da saúde dos estudantes.

Levando em conta que o Concurso TDC tem o objetivo principal de estimular a discussão pautada na prevenção à dependência química através das audiovisualidades, em nossas análises sobre os vídeos estudantis, ao utilizarmos o Instrumento de Aferição Dual, proposto por Silva e Coelho (2022b), a fim de auxiliar na identificação das abordagens pedagógicas presentes nas obras, encontramos muitas falas e cenas demonstrando conteúdos inseridos no que Silva (2019) chama de Currículo Mínimo Irredutível, com ações preventivas centradas em classificação, causas e efeitos das drogas.

Observamos que havia orientações oficiais da organização do Concurso TDC para evitar que as produções audiovisuais centrassem suas falas na droga propriamente dita e na violência gerada pelos cenários de guerra às drogas. Procuramos entender se essas diretrizes não conduziam a um modelo pautado na lógica da saúde, enfraquecendo outros saberes na condução dos trabalhos. Podemos observar que, no encaminhamento do Concurso TDC, a centralidade na prevenção, discutida no contexto hegemônico da saúde, chega a desconsiderar a realidade e as vivências dos estudantes ao discutir a temática dentro dos trabalhos pedagógicos desenvolvidos (Freire, 2002; Acselrad, 2013).

Achamos importante discutir sobre esse posicionamento do Concurso TDC e da própria Secretaria Municipal de Educação/Prefeitura sobre como desenvolver essa política pública educacional de prevenção às drogas preconizada na documentação orientativa do concurso. Silva e Coelho (2023, p. 4083) problematizam essa questão ao apontarem que: "O mais grave é que toda vez que a educação se propõe a abordar o tema sem levar em conta as questões da saúde, ela corre sério risco de ser acusada de fazer apologia às drogas", o que corrobora com o que já nos disseram Coelho (2019) e Machado (2023), acerca das dificuldades que os professores têm em desenvolver trabalhos dentro da Educação para as Drogas.

Observamos que, no Brasil, práticas centradas na Redução de Danos foram inseridas no tratamento de usuários de drogas dentro da área da saúde e, de certa forma, chegam à educação. A publicação dos PCN Saúde orienta os trabalhos pedagógicos visando uma Educação para as Drogas que valoriza princípios da Redução de Danos e orienta os docentes a trabalharem nessa abordagem.

Sendo assim, trazemos para o centro do debate o que a coordenadora Letícia nos disse sobre essa política da Prefeitura via Concurso TDC. Encontramos nas escolas brasileiras a predominância de trabalhos pedagógicos ancorados na visão proibicionista de guerra às drogas. Na criação do projeto, houve influência de pessoas

envolvidas na implementação do PROERD em escolas cariocas, oriundas da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Essa informação pode nos dizer muito sobre como as abordagens da Educação para as Drogas foram encaminhadas ao longo da construção do concurso.

No contexto em que estamos inseridos, onde há predominância de discursos ancorados na guerra às drogas, tanto nas escolas como na sociedade brasileira, encontramos uma observação importante na entrevista de Letícia, na qual ela destaca a falta de posicionamento da SME sobre discutir a questão das drogas de uma forma ampliada, o que reforça os resultados que encontramos na pesquisa. Assim como a coordenadora comenta, desde o início de sua participação no Concurso TDC, ela percebia ações que sinalizavam para a Redução de Danos, mas não se lembra de ouvir ninguém falar diretamente sobre essa abordagem educativa de fato.

Vejamos o que Letícia nos diz sobre informações que obteve em contato com as idealizadoras do concurso:

Letícia: No meu entendimento, já era questão de redução de danos, né? Nunca foi me dado com esse nome. Pelo menos que eu me lembro, nunca falaram nessa terminologia...

É interessante refletir na fala da coordenadora que, apesar de não encontrarmos o termo "redução de danos" nos documentos orientadores, ela percebe a presença como uma forma de se trabalhar o tema, incluindo outra possibilidade de abordagem. Mas problematizamos que não falar explicitamente da RD pode ser uma forma de negar essa abordagem.

Sobre o posicionamento em discutir a temática numa visão que não fosse centrada nos problemas da droga, vejamos a seguinte fala em que a coordenadora apresenta justificativas sobre esse encaminhamento dentro da escolha dos vídeos enviados para o júri:

Letícia: Sempre uma preocupação muito grande em não valorizar a droga, né, em si. Porque a gente recebia muitos vídeos, com a questão da criança se drogando e aquela historinha: "Ah! Não, não pode!". Bem mecanicista.

Conforme alguns docentes relataram, essa forma de encaminhamento do Concurso TDC, que ocorria via edital, acabava, de certa forma, dificultando ou até interferindo no tipo do trabalho pedagógico do professor. Sobre essa reflexão cabe analisar uma outra fala de Letícia:

Letícia: A orientação era: Não é que fossem vídeos de Disney, né? Tudo lindo e maravilhoso. Mas era de também ser uma coisa que passasse uma informação, às vezes, assim, também positiva, de autoestima para os outros alunos, que há possibilidades. Não uma coisa derrotista. Né? "Ah, tá, peguei droga, não serviu, o cara morreu ali na esquina." Mas que fossem formas de dialogar com a criança e mostrar: "Olha, existem outras opções. Como é que a gente lida com isso de forma mais reflexiva?".

Pensamos que, na medida que a SME entende que os vídeos são produtos que refletem um trabalho de Educação para as Drogas realizado dentro das unidades escolares e que limita, de certa forma, a expressão dos estudantes — muitos deles vivendo situações reais de violência, reflexo da guerra às drogas — isto pode reduzir o potencial reflexivo que um trabalho desse pode gerar. Como disse a professora Rita, muitos destes estudantes, ainda bem pequenos, nunca consumiram drogas, mas já sofrem dessa violência em seus locais de moradia e trazem essa problemática para dentro das salas de aula. Sendo assim, a pergunta que fica é: Será que interferir nessa questão poderia limitar a capacidade de reflexão que o uso das audiovisualidades sobre drogas pode trazer ao campo da Educação para as Drogas?

Conforme cita Letícia, a mudança que ocorre em 2010, na qual saímos da produção de textos teatrais para vídeos estudantis, é marcante nesse contexto das audiovisualidades. Estudos como os de Filho, Berino e Soares (2018) e Kilpp (2010) reconhecem que o audiovisual transborda os limites formais das mídias quando na *internet*. As formas de exibição de imagens se multiplicam e migram de uma forma incontrolável por várias telas e as produções audiovisuais se intensificam e se realizam por meio de dispositivos cada vez mais acessíveis (Filho; Berino; Soares, 2018).

Parece simples, mas não é, segundo a coordenadora, um vídeo produzido por estudantes e professores da SME, ao ficar disponível no *Youtube*, reflete para a sociedade como uma posição institucional. E numa situação em que discursos moralistas e discriminatórios sobre a questão das drogas permeiam a nossa sociedade, isso pode trazer problemas políticos para a estrutura da Prefeitura. Ademais, levando em conta que o *site* institucional está fora do ar, o material do Concurso TDC encontra-se inacessível.

Partindo das reflexões realizadas até agora, resolvemos deixar para essa etapa da apresentação dos resultados e suas análises, a forma como Letícia chega à coordenação do concurso. É importante relembrar que o Programa Tirando a Droga de Cena começou como um projeto que atuava em outras frentes que não somente

na forma do Concurso TDC realizado com as escolas. No final do ano de 2016, a partir da Portaria E/SUBE/CED nº 20, de 22 de dezembro de 2016, o projeto passa a ser um programa dentro da estrutura da SME, considerando a necessidade de consolidação das ações que já vinham sendo desenvolvidas dentro da estrutura da SME.

Com a saída da coordenadora anterior, Letícia, por seu histórico e interesse na logística do Concurso TDC, por estar lotada em outro setor, foi convidada a colaborar com a pessoa que havia assumido o programa. Deste modo, quando se dá aposentadoria dessa servidora, Letícia assume a coordenação.

Com essas alterações de pessoal, que começaram com a saída da coordenadora inicial e culminaram na mudança de setor na SME, o programa perde a estrutura que tinha anteriormente. Letícia só teve condições de colocar adiante o Concurso Audiovisual propriamente dito. Após o ano final de nosso recorte de análises dos vídeos estudantis (2019), o TDC aconteceu pela última vez em forma de mostra de vídeos, em 2021. Essa última edição, realizada no modelo remoto, parecia demonstrar uma forma de resistência aos efeitos da pandemia de COVID- 19, que afetou, entre outras coisas, os projetos escolares. Mas, após sucessivas baixas de pessoal, foi perdendo fôlego.

Em janeiro de 2024, entramos em contato com a Gerência de Projetos Pedagógicos Extracurriculares (GPPE) da SME, setor que organizou a mostra de vídeos em 2021, e recebemos a informação de que o projeto foi descontinuado nesta gerência, sem mais detalhes.

Sobre a continuidade do Concurso TDC, a coordenadora Letícia diz que não há uma pessoa que conduza o programa na Rede e retoma a questão do posicionamento da SME em relação à discussão de um tema complexo de ser trabalhado. Mas, a coordenadora reforça a importância de a Secretaria desenvolver algum trabalho de Educação para as Drogas dentro da Rede.

Concordamos com Letícia sobre as questões da continuidade do Concurso TDC. Na época, da mesma forma que o contexto histórico político favoreceu o desenvolvimento do projeto, avançamos muito pouco no que diz respeito às políticas públicas e educativas sobre drogas. Apesar das discussões, mesmo com o foco voltado somente para o uso medicinal e a descriminalização do porte ao usuário de maconha, no legislativo, encontramos retrocessos no que diz respeito ao porte de drogas e na promulgação da BNCC, o que acaba reforçando a manutenção de conteúdos do CMI (Silva, 2019).

O Brasil avança numa pauta conservadora na defesa da família e da moral cristã (Silva; Coelho, 2022a). Rodrigues (2024) concorda com essa ideia ao dizer que, quando a face moral religiosa da postura antidrogas ganhou formulação jurídica, formou-se o proibicionismo. Na sociedade brasileira, as drogas são primeiramente um pecado e também um crime. Para o autor, quando o Estado e/ou grupos políticos apresentam as substâncias psicoativas como uma ameaça à ordem social e à saúde, não fica difícil que a maioria da sociedade considere verdadeira e aceitável todas as acusações sobre as drogas e seus envolvidos (Rodrigues, 2024). Apesar da legislação vigente, mesmo que fortemente influenciada pelo proibicionismo, esta apresenta a obrigatoriedade de discutir a temática das drogas em ambientes educativos. Nos parece que, no contexto apresentado, a escola pouco fala dessas questões, apesar da importância constatada.

A partir do que analisamos, é importante questionar sobre um posicionamento real da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Educação em relação à inserção da Redução de Danos no âmbito dos projetos pedagógicos desenvolvidos nos currículos e na elaboração do Projeto Político-Pedagógico das escolas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme debatemos ao longo deste trabalho, desde que a questão do uso abusivo de substâncias psicoativas passou a ser considerado um problema de saúde pública, órgãos governamentais começaram a discutir e desenvolver políticas preventivo-educativas das drogas, elaboradas sob forte influência proibicionista.

Desta forma, o Brasil vem construindo suas leis e orientações ao trabalho educativo centrando as discussões principalmente nos conhecimentos das Ciências da Natureza. Assim, a área de Ensino em Biociências e Saúde vem assumindo papel principal na construção e no encaminhamento de atividades educativas dentro do temário das drogas.

Devido à complexidade e às múltiplas questões envolvidas nesse debate, não podemos tratar do assunto de forma simplificada e descontextualizada da realidade social dos educandos. Tendo em vista uma Educação para as Drogas ancorada na abordagem da Redução de Danos, concordamos com propostas que contemplem ações que se encaminhem de forma multidisciplinar. O que traz para o centro das discussões a integração entre as áreas correlatas às biociências e saúde e as diferentes disciplinas do currículo escolar, sobretudo àquelas ligadas à Arte e às Ciências Humanas, assumindo um caminho de integração e socialização dos saberes.

Pensando em projetos e práticas nessa perspectiva, este trabalho traz contribuições no sentido de apresentar as audiovisualidades como possibilidades de encaminhamento de uma Educação para as Drogas ancorada na abordagem da RD. Sendo assim, uma abordagem mais dialógica e democrática, desenvolvida num processo de construção do pensamento crítico e inserida nos conhecimentos sobre uma educação para autonomia do educando. Vale esclarecer que, nessa proposta, o papel do professor é fundamental na condução de todo processo pedagógico. Portanto, a formação do profissional, tanto na perspectiva da RD quanto ao que se refere à apropriação das audiovisualidades, é necessária. Torna-se crucial dar suporte à prática e ajudar na mudança de posicionamentos dos docentes, para que estes não reforcem/reproduzam os discursos hegemônicos de poder que estão presentes na sociedade.

Partindo da pesquisa documental, identificamos uma forte presença da abordagem proibicionista, tanto no projeto inicial como nas publicações oficiais e editais norteadores do Concurso TDC, o que influenciou no processo pedagógico de realização dos vídeos. Da mesma forma, foi observado nas falas dos professores

entrevistados que, orientados nessa proposta, desenvolveram seus projetos educativos sobre drogas, o que resultou na produção dos vídeos estudantis vencedores do Concurso TDC, os quais, em sua maioria, seguiram essas linhas de abordagem. Cabe citar a presença, mesmo que tímida, de itens relacionados à abordagem da Redução de Danos em alguns dos materiais e falas colhidas nas entrevistas.

Apesar das limitações encontradas, o Concurso TDC se atualizou com a chegada da *internet* e dos dispositivos móveis, configurando-se como uma prática educativa dentro das audiovisualidades sobre drogas, tendo a chance de extrapolar os limites da escola e levar o trabalho educativo, construído em colaboração entre alunos e professores, para incontáveis lugares, fomentando, assim, outras experiências educativas. O conteúdo dos vídeos analisados mostrou que, por conta das influências relacionadas aos seus contextos de criação e desenvolvimento, ele se manteve voltado a discutir a prevenção à dependência química, centrado na abordagem proibicionista, indicando que o uso das audiovisualidades é uma possibilidade de trabalho pedagógico que funciona. Mas, ao nosso ver, o contexto de estrutura e funcionamento do concurso deve ser reconfigurado.

Com base no corpo teórico e nos achados apresentados, respondemos nossa questão e identificamos que o Concurso TDC, enquanto projeto de audiovisualidades sobre drogas, poderia se apropriar de forma mais efetiva da abordagem da Redução de Danos para se apresentar como programa educativo de Educação para as Drogas, conforme sugerimos em nossos apontamentos iniciais. Objetivando, assim, a formação de estudantes mais autônomos e capazes de bem-viver em um mundo real, onde dificilmente teremos o fim das drogas.

É importante que as redes de ensino, as escolas e seus professores reflitam sobre os insucessos do uso das políticas proibicionistas em projetos educativos e introduzam práticas diferenciadas que possam desenvolver um debate mais democrático, um debate voltado para a realidade social do aluno. Não somente como forma de estimular o protagonismo dos estudantes, mas como proposta de ampliação dos espaços de diálogo, discussão, reflexão e trocas de conhecimento, através do uso da *internet* e suas inúmeras ferramentas de produção, interação e disseminação de conteúdos audiovisuais.

Não temos notícias da continuidade do Programa Tirando a Droga de Cena, mas, por diversos motivos anteriormente descritos, consideramos que a Prefeitura deveria investir em políticas públicas educacionais no contexto de uma Educação para

as Drogas que fossem ancoradas na abordagem da Redução de Danos e no caminho das audiovisualidades.

Na mesma tendência, é importante estimular a formação de professores e equipes pedagógicas na produção de material de apoio e em estrutura tecnológica para a produção e distribuição dos vídeos estudantis. Dentro dessas possibilidades, sugerimos a construção de um projeto educativo apoiado nas audiovisualidades sobre drogas que possa contemplar, além das propostas citadas por nós, um concurso ou uma mostra de vídeos estudantis dentro da temática e que tenha capilaridade na Rede Municipal, vislumbrando ampliação para o âmbito estadual ou até nacional. Nesse caso, seria interessante seguirmos nessa pesquisa para entendermos de forma mais ampliada como o uso das audiovisualidades, nessa perspectiva, pode contribuir com mudanças efetivas no campo.

Concordamos com Carneiro (2017) ao afirmar que ultrapassar a barreira do proibicionismo e da guerra às drogas se apresenta como uma das maiores reformas democráticas do nosso século. Esperamos que os resultados de nossas reflexões possam colaborar no encaminhamento de novos rumos de discussão dentro das audiovisualidades sobre drogas, trazendo recolocações de conceitos e abordagens sobre drogas, seja nas disciplinas das áreas do Ensino em Biociências e Saúde ou nas práticas multi ou interdisciplinares inseridas em projetos e discursos correntes na educação.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, G. A educação para autonomia: construindo um discurso democrático sobre as drogas. *In:* ACSELRAD, G. (Org.). **Avessos do prazer**: drogas, Aids e direitos humanos. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2005. p.161-188.

ACSELRAD, G. Drogas, a educação para a autonomia como garantia de direitos. **Revista** *EMERJ*., Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (ed. esp.), p. 96-104, 2013. Disponível em:

https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista63/revista63_96.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

ADADE, M.; MONTEIRO, S. Educação sobre drogas: uma proposta orientada pela redução de danos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 215-230, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000009.

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, M. Marxismo e filosofia da linguagem. 16. ed. São Paulo: Hucitec Editora, 2014.

BRAIT, B. (org.) Análise e teoria do discurso. In: **Bakhtin outros conceitos chave**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 9-32.

BRASIL. Lei nº 5.726, de 29 de outubro de 1971. Dispõe sobre a prestação de serviços de transporte de valores, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial, 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5726.htm. Acesso em: 6 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976. Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica. Brasília, DF: Diário Oficial, 1976. Disponível em:

https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6368&ano=1976&ato=0e7oXRq50MnRVTd44. Acesso em: 4 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. Decreto nº 2.632, de 19 de junho de 1998. Dispões sobre o Sistema Nacional Antidrogas. Brasília, DF: Diário Oficial, 1998. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=2632&ano=1998&ato=232ITRE50dNpWT7e7. Acesso em: 22 jan. 2025.

- BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes. Brasília, DF: Diário Oficial, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 20 jul. 2024.
- BUCHER, R. Visão Histórica e Antropológica das Drogas. *In:* FIGUEIREDO, R. (Org). **Prevenção ao abuso de drogas em ações de saúde e educação**: uma abordagem sócio-cultural e de redução de danos. São Paulo: NEPAIDS/USP, 2002. p. 8-17.
- CARNEIRO, H. Transformações do significado da palavra "droga": das especiarias coloniais ao proibicionismo contemporâneo. *In*: VENANCIO, R.P.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo: Alameda; Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2005. p. 11-27.
- CARNEIRO, H. O uso das Drogas com Impulso Humano e a Crise do Proibicionismo. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, R.; ADORNO, R. (Orgs.). **Drogas & Sociedade Contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017, p. 23-31.
- CARNEIRO, H. S. **Drogas**: a história do proibicionismo. 1. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.
- COELHO, F.J.F. **Educação sobre drogas e formação de professores**: uma proposta de ensino a distância centrada na redução de danos. 2019. Tese (Doutorado em Ciências) Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde, Instituto Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro 2019.
- COELHO, F.J.F.; MONTEIRO, S. Filmes sobre drogas como estratégia educativa no contexto escolar: relato de caso. *In*: Encontro Nacional de Ensino de Ciências da Saúde e do Ambiente, 5., 2018, Niterói-RJ. **Anais** [...]. Niterói-RJ: [S.n.], 2018.
- COELHO, F. J. F; MONTEIRO, S. Ensino de Ciências e Biologia e Educação sobre Drogas: Diálogos necessários. *In:* Encontro Regional de Ensino de Biologia, 9., 2019, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: EREBIO/CIEAA, 2019. Disponível em: https://educacaosobredrogas.com.br/wp-content/uploads/2019/12/2019_Coelho-e-Monteiro.-ENSINO-DE-BIOLOGIA-E-EDUCACAO-SOBRE-DROGAS..pdf. Acesso: 20 set. 2024.
- COELHO, F. J. F.; MONTEIRO, S. Jogo da onda digital: contribuições para a educação sobre drogas no âmbito do ensino de ciências e biologia. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**, v. 20, p. 321-334, 2021. Disponível em: http://reec.uvigo.es/volumenes/volumen20/REEC_20_2_7_ex1764_472.pdf. Acesso: 22 dez. 2022.

COELHO, F. J. F; SILVA, M. L. Materiais educativos sobre maconha e outras drogas: contexto de emergência, política educacional e Impactos na formação de professores. *In:* PEREIRA, T.F.P.D.; MAXIMILIANO, M. (Orgs.). **Maconha no Brasil contemporâneo, reflexões, desafios e possibilidades para além da Cannabis medicinal**. Rio de Janeiro. Editora Vista Chinesa, 2024. p. 228-251.

COELHO, F.J.F, SILVA, M.L.; MONTEIRO, S. Contribuições da abordagem da redução de danos para a educação sobre drogas. *In*: COELHO, F.J.F.; MEIRELES, R.M.S. (Orgs.). **Ensino de Biociências, Meio Ambiente e Saúde**: Dialogando com referenciais teóricos. Curitiba: Brasil Publishing, 2020. p. 70-81.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Metodologia da pesquisa**: conceitos e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Interciência, 2009.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. p. 185-210.

DOMANICO, A. Redução de danos sociais e à saúde associados ao uso de álcool e outras drogas no mundo e no Brasil. *In:* SURJUS, L.T.L.S; PASSADOR, L.H. (Orgs.). **Por uma redução de danos decolonial**. Santos-SP: Universidade Federal de São Paulo, 2021. p. 57-63.

DUARTE, R. Cinema & Educação. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FEFFERMANN, M.; FIGUEIREDO, R. Redução de Danos como Estratégia de Prevenção de Drogas entre Jovens. **BIS Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, n. 40, p. 37-40, 2006.

FERNANDES, L. C. Drogas: Proibicionismo, redução de danos, anti-proibicionismo e horizontes. **Captura Crítica - Direito, política, atualidade**, Florianópolis, n. 4, v. 2, p. 71-95, 2015.

FERRÉS, J. Vídeo e Educação. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

FERRUGEM, D. Guerra às drogas? **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 44-54, 2020.

FIGUEIREDO, R. Discursos e estratégias de prevenção às drogas na educação. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, R.; ADORNO, R. (Orgs.). **Temas em saúde coletiva 23.** Drogas & sociedade contemporânea: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde, 2017, p. 323-351.

FILHO, A. V.; BERINO, A.; SOARES, M. C. S. Conversas com Pesquisas sobre educação e audiovisualidades. *In*: FILHO, A.V.; BERINO, A.; SOARES, M. C. S (Orgs.). **Educação e Audiovisualidades**. 1. ed., Curitiba: Editora Appris, 2018. p. 11-22.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002.

- FRESQUET, A. M. Ver-rever-transver: Uma aproximação aos motivos visuais do cinema e ao plano comentado, entre outros modos de ver cinema na escola. *In*: GOMES, A. A. F.; MELO, M. R. COLUCCI, M. B. (Orgs.). **Cinema Educação em Mapas Abertos**. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2021. p.15-43.
- GALVÃO, C. A.; FIGUEREDO, C. A. P.; SANTOS A. A. Biopolítica de guerra às drogas em Abya Yala: um diálogo pedagógico Abayalense para uma Educação para as Drogas. **Revista Espirales**, Foz do Iguaçu, v. 8, n. 1, p. 227-256, 2024. DOI: 10.29327/2282886.8.1-12.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo. Editora Atlas. 2002.
- GOULART, C. Em busca de balizadores para a análise de interações discursivas em sala de aula com base em Bakhtin. **Revista Educação Pública**, Cuiabá, v.18, n. 36, p. 15-31, 2009.
- KENSKI, N. M. **Educação e Tecnologias**: o novo ritmo da informação. 8. ed. Campinas-SP: Papirus Editora, 2012.
- KILPP, S. Imagens conectivas da cultura. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p.181-189, 2010.
- KILPP, S. Dispersão-convergência: apontamentos para a pesquisa de audiovisualidades. *In*: MONTAÑO, S.; FISCHER, G.; KILPP, S. (Orgs.). **Impacto das novas mídias no estatuto da imagem**. Porto Alegre: Sulina, 2012. p. 223-238.
- LEAL, A. B.; PEREIRA, I. S.; MUNTEAL FILHO, O. (Org.). **Sonho de uma polícia cidadã**: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010. Disponível em:
- https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/liv_2010_O_sonho_policia.pdf. Acesso em: 20 jan. 2025.
- LEMGRUBER, J. (coord.) **Tiros no futuro**: Impactos da guerra às drogas na rede municipal de educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CESeC, 2002. Disponível em: https://cesecseguranca.com.br/textodownload/tiros-no-futuro-impactos-daguerra-as-drogas-na-rede-municipal-de-educacao-do-rio-de-janeiro/. Acesso em: 20 dez. 2024.
- LOPES, A. E. "Artes Visuais e os Diferentes Modos de Ver". *In:* SOUZA, S. J. (Org.). **Educação@pós-modernidade**: ficções científicas e ciências do cotidiano. 1. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 46-54.
- MACHADO, A. S. Educação sobre drogas na escola: concepções e práticas de professores egressos de um curso EAD sobre o tema. 2023. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas: A estratégia da redução de danos. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300006.

- MACRAE, E. Redução de danos para *cannabis*. *In*: **A questão das drogas**: pesquisa, história, políticas públicas, redução de danos e enteógenos. Salvador: EDUFBA, 2021. p. 209-230.
- MAIA, G. J. C; LINS, A. S. O "duque da maconha" e as representações da Cannabis na imprensa: uma história do estigma social da planta e de seus usos políticos (1950-1955). **Revista Oré**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 217-237, 2023.
- MENEZES, L. B. D. **Crianças por trás das câmeras**: infâncias em produção. 2023. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MONTEIRO, S. S.; VARGAS, E. P.; REBELLO, S. M. Educação, prevenção e drogas: resultados e desdobramentos da avaliação de um jogo educativo: resultados e desdobramentos da avaliação de um jogo educativo. **Educação & Sociedade**, v. 24, n. 83, p. 659-678, 2003. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302003000200018.
- MORÁN, J. M. O vídeo na sala de aula. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 27-35, 1995. DOI: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v0i2p27-35.
- MOREIRA, F. G.; SILVEIRA, D. X.; ANDREOLI, S. B. Redução de Danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p. 807-816, 2006.
- NAPOLITANO, M. Como usar o cinema na sala de aula. 5. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2019.
- NOLASCO-SILVA, L.; SOARES, M. C. S.; COSTA, S. G. A invenção de si, do outro e da diferença sexual nas telas do Youtube: sexo e gênero como prática culturais. *In*: FILHO, A. V.; BERINO, A.; SOARES, M. C. S (Orgs.). **Educação e Audiovisualidades**. Curitiba: Editora Appris, 2018. p. 75-92.
- PEREIRA, A. P. D.; SANCHEZ, Z. M. Características dos Programas escolares de Prevenção ao Uso de Drogas no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 8, p. 3131-3142, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232020258.28632018.
- PEREIRA, J.; DAL PONT, V. A formação de professores na produção de vídeos estudantil: importância dos cursos de licenciatura se abrirem para novas metodologias. **Revista Roquette-Pinto**, Pelotas-RS, n. 5, p. 17-24, 2021. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/roquettepinto/edicao-atual-2021/. Acesso em: 20 set 2024.
- PEREIRA, J.; DAL PONT, V. Vídeo Estudantil, Cinema Escolar ou Curta-metragem: Qual a diferença?. **UFPEL**, 2023. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/producaodevideo/2023/07/12/video-cinema-escolar-ou-curta-metragem-qual-a-diferenca/. Acesso em: 20 set. 2024

- PEREIRA, J. Vídeo estudantil ou vídeo escolar. **Revista Roquette-Pinto**, Pelotas-RS, n. 1, p. 57-59, 2007. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/roquettepinto/revista-01-roquette-pinto/. Acesso em: 20 set 2024.
- PETUCO, D. R. S. O pomo da discórdia? A constituição de um campo de lutas em torno das políticas públicas e das técnicas de cuidado em saúde dirigidas a pessoas que usam álcool e outras drogas no Brasil. 2016. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora-MG, 2016.
- PLENÁRIA do Seminário Internacional de Redução de Danos: evidências científicas, tecnologias e participação (Santos-SP, 6 a 8 dez. 2024). **Carta de Santos**. Documento aprovado por ocasião do Seminário Internacional de Redução de Danos, realizado em Santos (SP) entre 6 e 8 de dezembro de 2024. Disponível em: https://www.reducaodedanos2024.eventos.dype.com.br/arquivo/download?ID_ARQ UIVO=3433. Acesso em: 6 jan. 2025.
- PRADO, A. L. S.; VICENTE, J.; LOPES, O. História e Perspectiva da Redução de Danos no Contemporâneo. *In*: DUARTE, J. F.; ROSÁRIO, K. B. **Redução de Danos**: Experiências sociais e redes afetivas na produção de novos saberes. Santos-SP: UNIFESP, 2023. p.16-19.
- PRETTO, N. L. **Uma escola sem/com futuro**: educação e multimídia. 8. ed. Salvador: EDUFBA, 2013a.
- PRETTO, N. L. **Reflexões**: ativismo, redes sociais e educação. 8. ed. Salvador: EDUFBA, 2013b.
- REIS, A. A. C.; MALTA, D. C.; FURTADO, L. A. C. Desafios para as políticas públicas voltadas à adolescência e juventude a partir da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 9, p. 2879-2890, 2018.
- RIBEIRO, M. M.; BELLINI JÚNIOR, A. C. Conceito de Redução de Danos em políticas públicas relacionadas a drogas. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.32-39, 2020.
- RINCÓN, O. Experiências de convergência: Inovação na análise e na expressão audiovisual. *In*: BERINO, A.; SOARES, C. (Orgs.) **Educação e Imagens II**: currículos e dispositivos de produção e circulação de imagens. Petrópolis-RJ: Editora DP et ali de Petrus, 2013. p. 23-36.
- RIO DE JANEIRO. Lei nº 2.799, de 30 de abril de 1999. Torna obrigatória a inclusão de noções de prevenção e defesa contra o uso de drogas e tóxicos no programa de ensino das unidades escolares do município do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 1999. Disponível em: https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/2ed241833abd7a5b8325787100687ecc/eb7cd42deabe71ef032576ac007338f3?OpenDocument&CollapseView. Acesso em: 13 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.172, de 27 de dezembro de 2000. Cria e extingue Secretarias Especiais, altera a denominação das atuais secretarias municipais de trânsito e de cultura. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2001. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2000/318/3172/lei-ordinaria-n-3172-2000-cria-e-extingue-secretarias-especiais-altera-a-denominacao-das-atuais-secretarias-municipais-de-tr-nsito-e-de-cultura-e-da-outras-providencias. Acesso em: 13 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 3.298 de 12 de novembro de 2001. Cria o Conselho Municipal Antidrogas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2001. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2001/330/3298/lei-ordinaria-n-3298-2001-cria-o-conselho-municipal-antidrogas-do-rio-de-janeiro-e-da-outras-providencias. Acesso em: 13 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 30.339 de 01 de janeiro de 2009. Dispõe sobre a organização básica do poder executivo municipal. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2009. Disponível em:

https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/10185971/4250219/DECRETO303390101200 9.pdf. Acesso em: 13 jun. 2023.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Conselho Municipal de Educação. ATA da 698ª Sessão do Conselho Municipal de Educação 11 de fevereiro de 2014. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2014. Disponível em: https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/2339/#/p:110/e:2339. Acesso em: 22 nov. 2024.

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. Portaria E/SUBE/CED Nº 20 de 23 de dezembro de 2016. Consolida as ações do Projeto Tirando a Droga de Cena, estabelecendo-o como Programa. Rio de Janeiro: Diário Oficial, 2016. Disponível em:

https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/3296/#/p:10/e:3296. Acesso em: 6 nov. 2023.

RIO DE JANEIRO. Unidades escolares. **Secretaria Municipal de Educação**, 2025. Disponível em: https://educacao.prefeitura.rio/unidades-escolares/. Acesso em: 2 jan. 2025.

RODRIGUES, T. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-85292012000100001.

RODRIGUES, T. **Narcotráfico**: uma guerra na guerra. 2. ed. São Paulo: Desatino, 2014.

RODRIGUES, T. Drogas e Proibição: um empreendedorismo moral. *In*: FIGUEIREDO, R.; FEFFERMANN, R.; ADORNO, R. (Orgs.). **Drogas & Sociedade Contemporânea**: perspectivas para além do proibicionismo. São Paulo: Instituto de Saúde. 2017. p. 33-55.

RODRIGUES, T. **Drogas e Capitalismo**: uma crítica marxista. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2024.

- ROLIM, A. Redução de Danos e o HIV/AIDS: um breve enredo de uma jornada. *In:* SURJUS, L. T. L. S; PASSADOR, L. H. (Orgs.). **Por uma redução de danos decolonial**. Santos-SP: Universidade Federal de São Paulo, 2021. p.98-105.
- SILVA, A. R. O fenômeno audiovisual entre Peirce e Deleuze. *In:* SILVA, A. R; ROSSINI, M. S. (Orgs.) **Do audiovisual às audiovisualidades**: convergência e dispersão nas mídias. 1. ed. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2009. p. 81-102.
- SILVA, A.R.; ROSSINI, M.S.; ROSÁRIO, N.M.; KILPP, S. Manifesto Audiovisualidades. *In*: SILVA, A.R; ROSSINI, M.S. (Orgs.) **Do audiovisual às audiovisualidades** convergência e dispersão nas mídias. 1ª ed. Porto Alegre: Editora Asterisco, 2009. p.7-8.
- SILVA, E. A. *et al.* As drogas no âmbito familiar, sob a perspectiva do cinema. **Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 214-222, 2008.
- SILVA, M.L. Álcool, medicamentos e outras drogas nos materiais paradidáticos entre os anos 1970-2000: embates de sentidos na educação. *In:* Simpósio Nacional de História, 30., 2019, Recife. Anais [...]. Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564717752_ARQUIVO_TextosAnpuh2019.pdf. Acesso em: 2 dez. 2022.
- SILVA, M. L.; COELHO, F. J. F. A educação sobre drogas no Brasil diante do novo ordenamento legal. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 28, e42176. 2022a. DOI: https://doi.org/10.26512/lc28202242176.
- SILVA, M. L; COELHO, F. J. F. Argumentos a favor de um instrumento de aferição dual sobre programas e materiais didáticos/paradidáticos em educação sobre drogas. *In:* Congresso Scientiarum História, 15., 2022, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: HCTE/UFRJ, 2022b. Disponível em: http://bibcegos.nce.ufrj.br/hcte/downloads/sh/sh15/anais_SH_15.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.
- SILVA, M. L.; COELHO, F. J. F. Prevenção ou educação? Considerações para a gestão dos conselhos sobre drogas. **Cuadernos de Educacion y Desarrollo**, v. 15, n. 5, p. 4069-4089, 2023.
- SOARES, M. C. S. O audiovisual como dispositivo de pesquisa nos/com os cotidianos das escolas. **Visualidades**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 80-103, 2016. DOI: https://doi.org/10.5216/vis.v14i1.43033.
- SODELLI, M. Redução de danos e educação. **Boletim do Instituto de Saúde**, São Paulo, v. 21, n. 2, p.175-181, 2020.
- SURJUS, L. T. L. S.; FORMIGONI, M. L. O. S.; GOUVEIA, F. **Redução de Danos no Brasil**: Conceitos e Práticas. Material comemorativo aos 30 anos de Redução de Danos no Brasil. São Paulo: UNIFESP/UNIVESP, 2018. p. 4.
- UCHOA, B. D. M. **Proibicionismo e antiproibicionismo**: Estudo de caso das políticas de drogas no Brasil (1998 a 2006). 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

VARGAS, E. V. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE, B. C.; GOULART, S. L.; FIORE, M.; MACRAE, E.; CARNEIRO, H. (Orgs.). **Drogas e cultura**: Novas perspectivas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 41-64.

VERÍSSIMO, M. As "drogas", seus usos e abusos no ambiente escolar. **Em Sociedade**, Belo Horizonte, v.1, n. 1, p. 76-98, 2018.

VIANNA, R. A linguagem pela perspectiva do Círculo de Bakhtin. **Odisseia**, Natal, v. 4, n. 1, p. 19-33, 2019.

VIEIRA, A. L. *et. al.* Corpos à flor da pele: audiovisualidades gênero, sexualidade e formação de professores. *In*: AMARO, I.; SOARES, M.C.S. **Tecnologias digitais nas escolas**: outras possibilidades para o conhecimento. Petrópolis: DP et alii, 2016. p. 135-156.

7 APÊNDICES E ANEXOS

Apêndice A - Texto para convite aos participantes da pesquisa (professor orientador das produções audiovisuais).

Olá!

Sou Flávio da Silva Miranda, professor da rede municipal do Rio de Janeiro e mestrando em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz).

Umas das etapas do nosso projeto de pesquisa sob a responsabilidade do pesquisador Francisco José Figueiredo Coelho, intitulado: Concurso Tirando a Droga de Cena: Uma análise entre o proibir e o reduzir danos é a realização de entrevista com professores orientadores de obras audiovisuais que participaram do Concurso Tirando a Droga de Cena.

Por isso, entro em contato para lhe convidar a participar desta etapa. Que consiste em uma entrevista realizada por videochamada com duração de cerca de 60 minutos.

O consentimento e segurança sobre suas respostas são garantidos pelo Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), que está no formulário eletrônico presente no *link* abaixo, onde você irá obter todas as informações. E caso deseje participar responderá o seu aceite.

Link do formulário eletrônico com o TCLE e opção de aceite pelo participante.

Enfatizo que é importante que você guarde uma cópia do TCLE, por isso disponibilizo o documento como PDF, em anexo

No momento da entrevista vou pedir permissão para gravá-la, facilitando que eu organize as informações posteriormente. Mas sua identidade, o áudio e o vídeo permanecerão em sigilo. O termo de autorização de Uso de Imagem e Som está presente eletronicamente no *link* abaixo, para sua leitura e aceite.

Link do formulário eletrônico com o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Som com opção de aceite pelo participante.

O dia e horário marcados serão de acordo com o que puder disponibilizar. Tenho disponibilidade em diferentes horários pela manhã e à tarde.

Será muito importante se puder participar. Buscamos aprofundar o entendimento das práticas pedagógicas na Educação sobre Drogas, presentes no desenvolvimento do concurso. E a participação de pessoas que atuaram na orientação de estudantes e/ou execução de produções audiovisuais participantes do concurso, será fundamental na pesquisa.

Desde já agradeço e fico disponível para marcarmos ou para esclarecimento de dúvidas, entre outros.

Cordialmente, Flávio.

Apêndice B - Texto para convite aos participantes da pesquisa (Coordenador).

Olá!

Sou Flávio da Silva Miranda, professor da rede municipal do Rio de Janeiro e mestrando em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz).

Umas das etapas do nosso projeto de pesquisa sob a responsabilidade do pesquisador Francisco José Figueiredo Coelho, intitulado: Concurso Tirando a Droga de Cena: Uma análise entre o proibir e o reduzir danos é a realização de entrevista com coordenadores do Concurso Tirando a Droga de Cena em nível central, na Secretaria Municipal de Educação.

Por isso, entro em contato para lhe convidar a participar desta etapa. Que consiste em uma entrevista realizada por videochamada com duração de cerca de 60 minutos.

O consentimento e segurança sobre suas respostas são garantidos pelo Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), que está no formulário eletrônico presente no *link* abaixo, onde você irá obter todas as informações. Caso deseje participar responderá o seu aceite.

Link do formulário eletrônico com o TCLE com opção de aceite pelo participante.

Enfatizo que é importante que você guarde uma cópia do TCLE, por isso disponibilizo o documento como PDF, em anexo.

No momento da entrevista vou pedir permissão para gravá-la, facilitando que eu organize as informações a posteriori. Mas sua identidade, o áudio e o vídeo permanecerão em sigilo. O termo de autorização de Uso de Imagem e Som está presente eletronicamente no *link* abaixo, para leitura e aceite.

Link do formulário eletrônico com o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Som com opção de aceite pelo participante.

O dia e horário marcados serão de acordo com o que puder disponibilizar. Tenho disponibilidade em diferentes horários pela manhã e à tarde.

Será muito importante se puder participar. Buscamos aprofundar o entendimento das práticas pedagógicas na Educação sobre Drogas, presentes no desenvolvimento do concurso. E a participação de pessoas que atuaram na gestão, execução e/ou coordenação do Concurso será fundamental.

Caso concorde em participar desta pesquisa, encaminharei formulário eletrônico via e-mail para que registre seu aceite.

Desde já agradeço e fico disponível para marcarmos ou para esclarecimento de dúvidas, entre outros.

Cordialmente,

Flávio.

Apêndice C – Texto presente no Termo de Esclarecimento Livre Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

(Conselho Nacional de Saúde, Resolução 466/2012/Resolução 510/2016)

Você está sendo convidado (a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada Concurso Tirando a Droga de Cena: uma análise entre o proibir e o reduzir danos, que será realizada pelos pesquisadores Flávio da Silva Miranda, Francisco José Figueiredo Coelho e Maria de Lourdes da Silva, parte do Mestrado Acadêmico em Ensino em Biociências e Saúde do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

- 1. <u>OBJETIVO</u>: Analisar o concurso Tirando a Droga de Cena no período entre 2014 e 2019, investigando as perspectivas e práticas da educação sobre drogas, envolvidas em documentos/produções audiovisuais do concurso.
- 2. <u>PROCEDIMENTOS</u>: A sua participação se dá pelo interesse em ouvir diferentes pessoas que estiveram de alguma forma envolvidas com a organização/gestão e orientação de estudantes participantes do concurso Tirando a Droga de Cena da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro SME/RJ. Trata-se de uma pesquisa qualitativa com aplicação de entrevista semiestruturada realizada por videoconferência com professores, sendo gravadas em áudio e vídeo, para posterior transcrição e análise dos pesquisadores. As entrevistas seguirão o roteiro de questões previamente elaborado, podendo haver desdobramentos dessas questões mediante a fala dos entrevistados, sendo estimado o tempo de uma hora de duração. As datas da entrevista serão agendadas seguindo a disponibilidade dos entrevistados em acordo prévio com os pesquisadores, sendo realizadas por meio digital remoto via videoconferência, utilizando plataforma *Zoom*, *Google Meet*, ou outra plataforma que esteja disponível gratuitamente, sendo gravadas para posterior transcrição e análise das falas.
- 3. POSSÍVEIS DESCONFORTOS E RISCOS: Toda pesquisa oferece algum tipo de risco e desconforto imediato e/ou tardio do estudo. Durante as perguntas orais que serão realizadas para a análise do discurso, há a possibilidade de você sentir constrangimento, e/ou desconforto (emocional, sentimental, psicológico e/ou social), e/ou sentir a sua privacidade invadida com as perguntas do pesquisador colaborador. Os procedimentos dessa pesquisa levarão em consideração estes riscos, respeitando a vontade dos participantes, caso haja desistência ou recusa em responder qualquer questão da entrevista. Os pesquisadores entendem que estas recusas podem fazer parte do processo de pesquisa. Além disso, os pesquisadores ficarão atentos às reações dos participantes que serão entrevistados, não insistindo em temas ou relatos que possam causar desconforto aos participantes, deixando claro que esse cuidado faz parte do processo de pesquisa. Se preferir não ter a sua participação registrada em qualquer etapa dessa pesquisa, você deverá comunicar pessoalmente e em particular ou mandar e-mail para um dos pesquisadores comunicando a sua escolha. não precisando se justificar, para que saiba e tome as devidas providências, como: apagar/destruir e/ ou desconsiderar o material que conste a sua participação (antes e após a decisão). Você não será intimidado e/ou constrangido caso não queira mais ter a sua participação registrada na pesquisa, por decorrência de alguma(s) eventualidade(s) conforme mencionadas anteriormente. Caso mude de opinião e queira que a sua participação seja registrada, deverá comunicar a um dos pesquisadores. A entrevista será realizada individualmente e suas respostas serão dadas somente aos pesquisadores envolvidos. Você não será identificado, somente

os pesquisadores (mencionados neste documento) terão acesso ao material, e as informações captadas não serão usadas em seu prejuízo pessoal e de qualquer natureza, garantido a sua confidencialidade e privacidade. Tratando-se de pesquisa com coleta de dados por meio de ambiente virtual, a plataforma pode apresentar vulnerabilidades em sua segurança e pode ocorrer vazamento de dados da entrevista. Para amenizar esse risco, uma vez concluída a coleta, será feito download desses dados para um dispositivo eletrônico local, apagando todo e qualquer registro digital em ambiente compartilhado ou "nuvem". Os riscos ligados a possibilidade de revelação de identidade e ligação com as respostas, serão minimizados com uso de códigos para cada participante e sigilo dos dados a respeito.

- 4. <u>BENEFÍCIOS</u>: A participação na pesquisa consiste no fornecimento de informações que contribuirão tanto para a produção científica sobre a temática quanto para projetos e programas voltados para a Educação sobre Drogas nas escolas. Podendo trazer benefícios no sentido de possibilitar a ampliação do conhecimento e das reflexões relacionadas à temática.
- 5. GARANTIA DE SIGILO E LIBERALIDADE DE RECUSA: Os dados da pesquisa serão publicados/divulgados em livros e revistas científicas. Asseguramos que a sua privacidade será respeitada e o seu nome ou qualquer informação que possa, de alguma forma, o (a) identificar, será mantida em sigilo. Você somente será identificado por códigos para futuras publicações dos resultados. O(a) pesquisador(a) responsável se compromete a manter os dados da pesquisa em arquivo material e digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, que posteriormente a esse período serão destruídos. A sua participação neste estudo é voluntária e não é obrigatória. Poderá se recusar a participar do estudo ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar. Se desejar sair da pesquisa não sofrerá qualquer prejuízo.
- 6. <u>CUSTOS</u>, <u>REMUNERAÇÃO E INDENIZAÇÃO</u>: A participação neste estudo não terá custos adicionais para você. Também não haverá qualquer tipo de pagamento por conta da sua participação no estudo. Fica garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da Lei.
- 7.ESCLARECIMENTOS, SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES: Você terá a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada a pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Os pesquisadores garantem a você livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências. Você poderá ter acesso ao(a) pesquisador(a) responsável Figueiredo Coelho (telefone: (21)98338-2126/ Francisco José ensinodeciencias.ead@gmail.com) ou através do pesquisador colaborador Flávio da Silva Miranda (telefone: (21) 99761-0224/ e-mail: flaviosmiranda@outlook.com) ou da colaboradora (telefone: (21)98104-6035/ pesquisadora <u>lullua2@yahoo.com.br</u>). Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Oswaldo Cruz (CEP Fiocruz/IOC), situado no Endereço: Avenida Brasil nº 4.036 -Prédio do Campus Maré (antiga Expansão) na sala 705, 7º andar – Manguinhos – Rio Janeiro/RJ. CEP: 21.040-361. pelo telefone (21)3882-9011 mail: cepfiocruz@ioc.fiocruz.br
- O Comitê de Ética é a instância que tem por objetivo defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Dessa forma, o comitê tem o papel de avaliar e monitorar o andamento do projeto, de modo que a pesquisa respeite os princípios éticos de proteção aos direitos humanos, da dignidade, da autonomia, da não maleficência, da confidencialidade e da privacidade.

Estou ciente que poss em pesquisa que apr			quer momei	nto para	o Cor	nitê de É	tica
Dessa forma, se você rubricada(s) e assina teor, sendo que uma	da por você e pel	os(a) pe	squisadores	s(a) em	duas	vias de ig	gual
Eu, esclarecimentos dest				declaro	que	entendi	os
esclarecimentos dest	e termo e concord	o em pa	articipar da p	esquisa			
	, de		de	2024.			
Ass	sinatura do(a) part	ticipante	da pesquis	а			
	Rio de Janeiro,	de	de 2	2024.			
	Assinatur	a do pe	squisador		=		

Apêndice D – Texto presente no Termo de Autorização de uso de imagem e som

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM

Eu,		, CPF
nº	, RG nº	, depois de conhecer
e enter	der os objetivos, procedimentos	metodológicos, riscos e benefícios da
pesquis	a, bem como de estar ciente da ne	cessidade do uso de minha imagem e/ou
depoime	ento, especificados no Processo	de Consentimento Livre e Esclarecido,
AUTOR	ZO, através do presente termo, o	pesquisador responsável, Francisco José
Figueire	do Coelho, e os pesquisadores c	olaboradores, Flávio da Silva Miranda e
Maria d	e Lourdes da Silva, do projeto de	pesquisa intitulado "Concurso Tirando a
Droga d	e Cena: uma análise entre o proibil	e o reduzir danos" a realizar os registros
de imag	ens e som que se façam necessário	os e/ou a colher meu depoimento para fins
desta pe	esquisa.	
Р	or esta ser a expressão da minha	vontade declaro que autorizo a utilização
destas i	magens e/ou depoimentos para fin	s científicos e de estudos (livros, artigos,
slides e	transparências), em favor desta pes	quisa, sem que nada haja a ser reclamado
a título d	le direitos conexos à minha imagen	n ou a qualquer outro, e assino a presente
autoriza	ção em 02 vias de igual teor e	forma. O sigilo e anonimato devem ser
preserva	ados.	
	Rio de Janeiro, de	de
	Assinatura do(a) p	articipante da pesquisa
	Assinatura do(a) pe	squisador(a) responsável
	Assinatura do(a) pe	squisador(a) colaborador
	Assınatura do(a) pe	squisador(a) colaborador

Francisco José Figueiredo Coelho, ensinodeciencias.ead@gmail.com, (21) 98338-2126

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEP Fiocruz/IOC Av. Brasil, 4036, 7º andar - sala 705 – Campus Maré (antiga Expansão) Manguinhos - Rio de Janeiro-RJ - CEP: 21.040-361 Tel.: (+55 21) 3882-9011

rel.: (+55 21) 3882-9011 e-mail: <u>cepfiocruz@ioc.fiocruz.br</u>

Apêndice E – Roteiro de entrevista com coordenadores do Concurso TDC

Perfil e entrevista semiestruturada com coordenadores do concurso

Local onde trabalhou/trabalha no período em que atuou no concurso?

Perfil do entrevistado
Nome:
dade:
Gênero:()Masculino()Feminino()Outro (Qual?)()Prefiro não dizer()
Profissão:
Bairro de residência:

Entrevista semiestruturada

- 1 Fale um pouco da sua experiência profissional (sua formação, tempo de formação e de magistério, se é regente, segmento em que atua/atuou).
- 2 Como foi sua trajetória no Tirando a Droga de Cena (TDC)? Quanto tempo ficou na gestão/organização?
- 3- Como foi o início do projeto? Quais foram as motivações? Como foram pensados, formato e nome do concurso?
- 4 Em relação à temática do concurso, havia interlocutores que davam assessoria ao projeto? Como, por exemplo, Conselho Municipal Antidrogas, algum setor na SME, profissionais da área?
- 5 O que você pensa a respeito da educação sobre drogas?
- 6 Você realizou alguma formação sobre o tema drogas e/ou educação e drogas? Em que momento de sua trajetória profissional?
- 7 Como você acha que a rede municipal de educação deve promover/desenvolver o debate sobre as drogas em suas unidades escolares?
- 8 O projeto/programa tem uma formação para professores/estudantes, você pode informar como funcionava? Era necessário participar da formação para se inscrever no concurso?
- 9 Você pensa ser importante a formação de professores e alunos, anteriormente à participação no concurso? Isso acontece? Como se dá esse processo?
- 10 O que você acha importante ser trabalhado numa formação em educação e drogas, para os professores e alunos que irão participar do concurso?
- 11 O que um audiovisual participante de TDC precisa ter para ser um vencedor do concurso?

Apêndice F – Roteiro de entrevista com professores participantes do Concurso TDC

Perfil e entrevista semiestruturada com professores participantes.

Perfil do entrevistado
Nome:
Idade: anos.
Gênero: () Masculino () Feminino () Outro (Qual?) () Prefiro não dizer ()
Profissão:
Bairro de residência:
Nome e localidade da unidade escolar onde desenvolveu o trabalho com os
estudantes:

Entrevista semiestruturada

- 1 Fale um pouco da sua experiência profissional (sua formação, tempo de formação e de magistério, disciplina que leciona, segmento e se é regente ou está em outra função).
- 2 O que você pensa a respeito da educação sobre drogas?
- 3 Como ficou sabendo do concurso TDC? Por que se interessou em participar? Participou de outras edições?
- 4 Você realizou alguma formação com o tema drogas e/ou educação e drogas anteriormente a sua participação no concurso?
- 6 Qual foi a sua principal motivação para desenvolver o trabalho audiovisual com o tema drogas, junto aos seus estudantes?
- 7 Você costuma produzir audiovisuais com seus estudantes utilizando outras temáticas?
- 8 Como foi o processo de produção do(s) vídeo(s) participante(s) do TDC?
- 10 Como você acha que a escola deve participar do debate sobre as drogas, o que é importante desenvolver? Que agentes devem participar do processo?
- 11 Como você acha que o (a) professor/professora deve trabalhar o tema educação sobre drogas, o que é importante desenvolver?
- 12 Participar do TDC foi importante para auxiliar no trabalho sobre o tema das drogas com seus estudantes? O que você pensa sobre isso?
- 13 Como você avalia os impactos desse processo de produção audiovisual e participação dos estudantes no concurso TDC?

14 - Como você acha que o concurso TDC ajuda a fomentar a discussão do tema das drogas dentro das escolas? Percebeu algum impacto na escola e/ou em outros estudantes após a participação no concurso?

Anexo A – Artigo publicado na Revista Educação Pública (Rio de Janeiro) – Fundação CECIERJ⁶⁰



ISSN: 1984-6290 Qualis B1 - quadriënio 2017-2020 CAPES DOI: 10-18264/REP

Audiovisualidades na Educação para as Drogas: possibilidades educativas no ensino em Biociências e Saúde

Flávio da Silva Miranda

Mestrando (PPGEBS/IOC), integrante do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas (GPED/UERI)

Francisco José Figueiredo Coelho

Docente do PPGEBS/IOC, integrante do Grupo de Pésquisa Educação e Drogas (GPED/UERJ)

Não são recentes os dados que mostram o aumento do uso de drogas entre adolescentes e adultos, seja no âmbito da recreação ou tangendo práticas de abuso. A título de exemplo, informações do III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (III LNUD), realizado em 2015 e liderado pelo pesquisador Francisco Bastos (Fiocruz), mostram que 3,2% dos entrevistados — o que equivale a cerca de 4,9 milhões de pessoas — usaram alguma substância ilicita nos 12 meses anteriores à pesquisa. E, curiosamente, não se pode destacar que os medicamentos e o álcool — ainda que não sejam produtos ilícitos — assumem contornos de uso e abuso crescentes.

Se considerarmos tanto o III LNUD quanto outros levantamentos realizados para mapear o consumo de drogas na sociedade brasileira, apura-se um grande desaño no trato do tema entre jovene. Essa preocupação, já revelada na pesquisa publicada por Reis, Malta e Furtado (2018), analiza e relata problemas e desafios na implementação de políticas públicas voltadas para a adolescência brasileira com base em revisão de periódicos que tratam de informações presentes na Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) dos anos 2009, 2012 e 2015. Os autores questionam como as políticas educativas sobre drogas assumem propostas contraditórias no país. Para eles, é necessário desconstruir a visão meramente proibitiva e segregatória que as abordagens sobre drogas têm trazido, destacando frentes que atuam nas questões da utilização das substâncias psicoativas sem perpetuar as imprecisões e ideologias centradas na lógica punitiva (Reis; Malta; Furtado, 2018).

O fato é que o termo drogas tem múltiplos significados. Se, por um lado, está ancorado em visões pejorativas e traumáticas, costumeiramente associado a efeitos destrutivos no organismo, por outro abarca sentimentos de prazer e bem-estar ou recomendações de uso amparadas em seu potencial curativo. Portanto, desvenciihar-se das generalizações imprecisas pode ser um primeiro caminho para compreender socialmente o tema e evitar a propagação de falácias acerca dos diferentes tipos de substâncias, bem como de suas práticas de uso e abuso, o que – por si só – dificulta uma compreensão mais educativa e alimenta uma pedagogia mais repressora.

Trabalhos como o de Adade e Monteiro (2014), Acselrad (2015) e Coelho (2019) corroboram as perspectivas de Reis, Malta e Furtado (2018). Todas reconhecem tais imprecisões e as difficuldades sociais e pedagógicas que incidem sobre o tema. Para os autores, isso acarreta um processo de demonização das drogas (a droga é o agente mau da histórica), construido historicamente e erguido sobre os pilares moralizantes e fatalistas da política proibicionista, negando-se o prazer de uso e simplificando a discussão centrada nas drogas ilicitas, em sua ação no sistema nervoso central, nos danos considerados inevitáveis e generalizados.

Essa simplificação também é registrada na publicação de Silva (2019), ao reconhecer a abundância de materiais educativos que abordam o tema. Essa multiplicidade, contudo, está centralizada na égide classificatória e perpetuadora dos efeitos e maleficios que as drogas trazem, configurando o que a pesquisadora chama de curriculo mínimo irredutivel sobre as drogas. Nessa visão, a autora entende que tat tipo de abordagem — primária e suficiente para quem produz os materiais, mas não para quem os lê — no fundo é agressiva e segregadora. Nessas condições, Silva (2019) nota que esses materiais pouco se abrem para a possibilidade de construir espaços de diálogo e aprendizagem sobre drogas: mesma perspectiva apontada por Coelho (2019).

Nesse caminho, têm crescido as publicações que refletem acerca de uma Educação para as Drogas mais ampliada, global e critica sobre a realidade sociál dos jovens, o que resulta do próprio fracasso tanto das políticas públicas quanto das pedagógicas sobre drogas estabelecidas até hoje (Adade; Monteiro, 2014, Acselrad, 2015; Coelho; 2019; Silva, 2019; Reis; Malta; Furtado; 2018). Tais publicações reconhecem as limitações e o insucesso das abordagens proibicionistas voltadas para o controle e a prevenção do uso indevido de drogas, evidenciando um crescimento regular do consumo entre jovens nas últimas décadas, particularmente do álcool, como mostram os dados III LNUD.

Com base nessa constatação, alguns trabalhos sugerem práticas educativas na abordagem da redução de danos (RD), que, entre outros fatores, leva em conta as vulnerabilidades específicas de cada população, bem como a magnitude do problema das drogas em nível local (Adade; Monteiro, 2014, Acselrad, 2015). Percebendo a importância de trabalhar a Educação para as Drogas numa perspectiva que reflita melhor as questões de uma educação mais dialógica e numa visão que não seja amedrontadora e proibicionista, convém sinalizar a importância da literatura de Paulo Freire, que discute a emancipação do sujeito a partir do estímulo ao exercício de sua autonomia e na possibilidade de que os saberes cotidianos desses jovens possam alimentar os debates educativos sobre drogas, produzindo espaços de diálogo que favorecem a aprendizagem do assunto (Coelho, 2019).

Diante de tais pressupostos teóricos, envergamos a escola como espaço potente para favorecer a integração e a ampliação de sociabilidade, desconstruindo a Pedagogia da segregação e buscando reduzir o contexto de violência que o tema, exclusivamente, possa filiar. Nessa ótica, apropriar-se das distintas audiovisualidades pode ser um caminho complementar para tratar o temário de forma mais suave e mais contextualizada com as Ciências Humanas e Sociais. Esse é o cerne deste trabalho, cuja intenção é se apropriar de alguns referenciais teóricos do campo do Ensino e da Educação para debater o uso dos audiovisuais sobre drogas como estratégia de ensino que motive e fomente a reflexão e a críticidade nas práticas educativas a partir do protagonismo juvenil.

⁶⁰ MIRANDA, F. S.; COELHO, F. J. F. Audiovisualidades na Educação para as Drogas: possibilidades educativas no ensino em Biociências e Saúde. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 9, p. 1-16, 2024. Disponível em: https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/24/9/audiovisualidades-na-educacao-para-as-drogas-possibilidades-educativas-no-ensino-em-biociencias-e-saude. Acesso

Anexo B - Parecer consubstanciado do CEP/IOC



FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ/IOC



Continuação do Parecer: 6.600.930

Justificativa de Ausência	TCLE_3.pdf	20/12/2023 10:26:30	COELHO	Aceito
Outros	DOCUMENTO_DE_RESPOSTA_PEND ENCIA2.pdf	20/12/2023 10:25:43	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMApdf	29/11/2023 15:35:29	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Outros	TEXTOCONVITEEMAIL_COORDENAD ORESpdf	29/11/2023 15:31:13	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Outros	TEXTOCONVITEEMAIL_PROFESSOR ESpdf	29/11/2023 15:28:35	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Detalhado.pdf	29/11/2023 15:28:00	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostofrancisco.pdf	16/10/2023 23:57:27	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Outros	Termodeconfidencialidadesigiloassinado .pdf	16/10/2023 23:55:16	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Outros	Apendice2Roteirodeentrevistaprofessoro rientador.pdf	09/10/2023 00:57:01	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Outros	Apendice1Roteiroentrevistacoordenador. pdf	09/10/2023 00:55:36	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Outros	TermoautorizacaousoimagemsomMAIO R.pdf	08/10/2023 23:00:29	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito
Orçamento	Orcamentodapesquisa.pdf	08/10/2023 22:34:52	FRANCISCO JOSÉ FIGUEIREDO COELHO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Brasil 4036, sala 705 - 7º andar, Campus Maré (antiga Expansão)
Bairro: Manguinhos CEP: 21.040-361
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO

Fax: (21)2561-1547 Telefone: (21)3882-9011 E-mail: cepfiocruz@ioc.fiocruz.br

Página 08 de 09

Anexo C - Instrumento de aferição quanti-qualitativo para avaliação de programas e materiais didáticos e paradidáticos sobre drogas⁶¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro — UERJ GPED/GT interinstitucional GIEESAA/UFRJ/UERJ Profa. Maria de Lourdes da Silva/ Prof. Francisco Coelho

Avaliação dos programas e materiais didáticos e paradidáticos sobre Drogas

1 To 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1		100	CELL !		
No	ma	~	~ I	11/1	-0.

Dados bibliográficos: Autor, Cidade, Editora, Edição e ano de publicação/permanência do programa.

1 - Aspectos Quantitativos:

Nº	Critérios de Avaliação	s/N
1	Definição das drogas	
2	Classificação das drogas	
3	Efeitos no organismo	
4	Danos causados ao organismo	
5	Enfoque da Redução de Danos (RD)	
6	Enfoque proibicionista	
7	Menção aos conhecimentos das ciências biopsicomédicas ¹	
8	Menção aos conhecimentos das Ciências Sociais	
9	Menção às práticas de uso	
10	Menção às formas de tratamento	
11	Propostas de prevenção	

S = Sim N = Não

- Aspectos Qualitativos (Relativos aos itens marcados com <u>Sim</u> – como aparecem no texto)				

Fonte: SILVA, Maria de Lourdes da. e COELHO, Francisco José Figueiredo (2022).

¹ - Ciências biopsicomédicas são as ciências naturais ou do campo da saúde que tem como objeto de estudo dos fenômenos mentais e funcionamento do cérebro, partindo dos conhecimentos científicos das ciências biológicas, da psicologia e da medicina e áreas afins da saúde.

⁶¹ SILVA, M. L; COELHO, F. J. F. Argumentos a favor de um instrumento de aferição dual sobre programas e materiais didáticos/paradidáticos em educação sobre drogas. In: Congresso Scientiarum História, 15., 2022, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: HCTE/UFRJ, 2022. Disponível em: http://bibcegos.nce.ufrj.br/hcte/downloads/sh/sh15/anais_SH_15.pdf. Acesso em: 2 jul. 2023.

Anexo D – Carta de aceite XI Encontro Regional de Ensino de Biologia - RJ/ES - EREBIO 2025



O trabalho intitulado DO AUDIOVISUAL ÀS AUDIOVISUALIDADES: O TRABALHO PEDAGÓGICO SOBRE DROGAS EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO., de autoria de Flavio da Silva Miranda , Francisco José Figueiredo Coelho e Maria de Lourdes da Silva foi aprovado na modalidade Pesquisa acadêmica, para apresentação no evento XI EREBIO - Encontro Regional de Ensino de Biologia – RJ/ES: O Ensino de Ciências e Biologia nas fronteiras da democratização do acesso à ciência: possibilidades e desafios em diferentes espaços educativos. a ser realizado de 30 de julho de 2025 a 01 de agosto de 2025.

RIO DE JANEIRO-RIO DE JANEIRO-BRASIL

Comissão Científica EREBIO - sbenbio2@gmail.com

Data do Aceite: 29/06/2025

Anexo E – Anais do III Seminário Interno GPED/UERJ



UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro GPED - Grupo de Pesquisa Educação e Drogas III Seminário Interno do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas

CONCURSO TIRANDO A DROGA DE CENA: LEVANTAMENTO DOS VÍDEOS PREMIADOS NO PERÍODO DE 2014 A 2019

Flávio da Silva Miranda Francisco José Figueiredo Coelho Maria de Lourdes da Silva

Resumo: O uso de drogas e os conhecimentos sobre seus efeitos nos organismos. se configuram como ações presentes há muito tempo em nossa sociedade. Atualmente, quando falamos a palavra droga, normalmente a primeira ideia que vem em nossa mente é de uma substância que nos remete a acontecimentos ruins, ao uso ilegal, a criminalidade e aos seus efeitos destrutivos. A partir do século XX, concepções demonizadoras centradas nos efeitos, foram se constituindo ao longo da história, negando-se o prazer do uso, simplificando-se nas drogas ilícitas, agregando ações repressivas, produzindo o que alguns autores chamam de "guerra às drogas". Nesse cenário, as escolas se configuram como importantes espaços de desenvolvimento de trabalhos educativos sobre drogas, com uma abordagem que possa ampliar as discussões, incorporando outras formas e contextos. Apresentando uma educação sobre drogas comprometida com a emancipação do sujeito, a partir do estímulo ao exercício de sua autonomia. Alguns trabalhos demonstram essa prática atrelada à redução de danos (RD), entendendo a existência de limitações e insucessos das abordagens proibicionistas, voltadas para o controle e a prevenção do uso indevido. Ao longo de todo século XX, as produções audiovisuais, tiveram presencas constantes em nossas vidas. Fica difícil pensar o nosso cotidiano sem a influência das inúmeras linguagens audiovisuais. Nesse contexto trazemos para essa discussão as audiovisualidades, entendidas como um termo plural e contemporâneo. que transborda os limites formais das mídias a partir do surgimento da internet e dos dispositivos móveis. O audiovisual como ferramenta pedagógica é uma prática comum na educação e um pressuposto de potencialização e contribuição do processo ensinoaprendizagem. A escola pode aproveitar a aproximação dos estudantes à utilização de câmeras de telefones celulares, para estimular um acesso mais democrático às tecnologias, a fim de facilitar o processo de educação dos indivíduos. Nesse sentido, a produção do audiovisual sobre drogas como ferramenta de trabalho docente, pode ser um caminho que facilite o debate nas unidades escolares. Há duas décadas, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de estimular a reflexão acerca da temática da prevenção à dependência química, através da participação de alunos da Rede Municipal de educação, criou o concurso Tirando a Droga de Cena (TDC), que incentivava a participação de seus estudantes e professores na produção de vídeos curta-metragem baseados nessa temática. O objetivo deste trabalho é apresentar dados iniciais da pesquisa de mestrado em Ensino em Biociências e Saúde desenvolvido no Programa de Pós-Graduação do IOC/FIOCRUZ. O estudo busca analisar o concurso TDC no período entre 2014 e 2019, investigando as perspectivas e práticas da educação sobre drogas, envolvidas em documentos/produções audiovisuais do concurso. Os dados coletados a partir dos vídeos e entrevistas semiestruturadas, realizadas através de um roteiro de perguntas abertas, feitas com professores participantes e coordenadores. Serão analisados em articulação entre os





Anexo F – Anais do IV Seminário Interno GPED/UERJ



V SEMINÁRIO

UERU - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

SPED - Grupo de Pasquies Educação o Dissas INTERNO GOED GPED - Grupo de Pesquisa Educação e Drogas IV Seminario Interno do Grupo de Pesquisa Educação e Drogas

EDUCAÇÃO PARA AS DROGAS: análise das abordagens pedagógicas presentes em vídeos estudantis8

Flávio da Silva Miranda Francisco José Figueiredo Coelho Maria de Lourdes da Silva

RESUMO: Seguindo uma trajetória internacional de controle das drogas, o Brasil optou pela importação de um sistema pré-concebido de programa político criminal um conjunto de reformas que configuram um enfoque proibicionista - que vêm produzindo o que se chama de guerra às drogas. Mesmo na presença de um contexto histórico milenar da utilização de drogas em nossa sociedade, esse combate gera violência que se evidencia num processo bélico e de exclusão social. Esse cenário se reflete nas escolas, onde se reforça, em sua maioria debates voltados ao proibicionismo que sabemos não trazer efeitos positivos. Em contraponto, encontramos a redução de danos como uma abordagem de trabalho pedagógico que não considera a abstinência como seu principal objetivo, configurando um resgate a cidadania e de respeito aos direitos humanos. Observando as audiovisualidades como um termo plural e contemporâneo, que se atualiza na presença da internet e de dispositivos móveis, vislumbramos o uso de vídeos estudantis, como forma trabalhar a Educação para as Drogas em contextos mais democráticos. Esse estudo objetivou analisar o que audiovisuais produzidos por estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos participantes do Concurso Tirando a Droga de Cena, nos dizem sobre o proibicionismo e a redução danos em contextos educativos de produção. Utilizando um instrumento que nos ajudou na classificação e reconhecimento dos marcadores de conteúdos presentes na Educação para as Drogas e ancorados nos referenciais metodológicos de Bakhtin, encontramos um predomínio de falas que nos remetem a abordagem proibicionista e algumas situações de nos levam a observar um certo hibridismo nas obras.

Palavras-chave: Audiovisualidades. Educação para as Drogas. Redução de Danos. Tirando a Droga de Cena. Vídeo Estudantil.

1. INTRODUÇÃO

O uso de drogas se configura como um hábito milenar em nossa sociedade. seja como medicação, em experiências espirituais, ou no contexto agregador e da diversão (Carneiro, 2018; Ribeiro; Júnior, 2020). MacRae (2021) afirma que o uso

Anais do IV SIGPED 2024, GPED, UERJ # GPED

⁸ Este trabalho apresenta parte dos resultados preliminares de projeto de pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ensino em Biociências e Saúde do Instituto Oswaldo Cruz -IOC/FIOCRUZ, desenvolvido pelo autor.